

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Centro de Letras e Comunicação
Programa de Pós-Graduação em Letras



Dissertação

O gigante acordou:

Uma análise discursiva dos protestos de junho de 2013 em três gestos

Tiago Alves da Silva Lopes

Pelotas, 2021

Tiago Alves da Silva Lopes

O gigante acordou:

Uma análise discursiva dos protestos de junho de 2013 em três gestos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras do Centro de Letras e Comunicação da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Iost Vinhas

Pelotas, 2021

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

L864g Lopes, Tiago Alves da Silva

O gigante acordou : uma análise discursiva dos protestos de junho de 2013 em três gestos / Tiago Alves da Silva Lopes ; Luciana Iost Vinhas, orientadora. — Pelotas, 2021.

130 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, 2021.

1. Junho de 2013. 2. O gigante acordou. 3. Neoliberalismo. 4. Nacionalismo. 5. Protestos. I. Vinhas, Luciana Iost, orient. II. Título.

CDD : 469.5

Elaborada por Maria Inez Figueiredo Figas Machado CRB: 10/1612

Tiago Alves da Silva Lopes

O gigante acordou: uma análise discursiva dos protestos de junho de 2013
em três gestos

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 09/12/2021

Banca examinadora:

Profa. Dra. Luciana Iost Vinhas (Orientadora).
Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Profa. Dra. Freda Indursky.
Doutora em Linguística, Letras e Artes pela Universidade Estadual de Campinas.

Profa. Dra. Aracy Graça Ernst.
Doutora em Linguística Aplicada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Dedicamos este trabalho aos que ousam se revoltar.

Agradecimentos

O mestrado é algo que passa realmente rápido. Parece, e faz, pouco tempo desde que entrei no programa de pós-graduação em Letras da UFPEL. Ao experienciar uma segunda demissão na área de *startups* devida a *reestruturações das empresas*, no início de 2019, resolvi retornar a Pelotas, minha cidade natal, para reorganizar a vida. Eu havia me formado, em 2014, em Relações Internacionais, mas sempre tive interesse na área de Letras. Chegando em Pelotas, busquei conhecer o programa de pós-graduação em Letras da UFPEL. Conversei com a coordenadora do curso à época, a profa. Daiane Neumann, e soube que poderia tentar o ingresso sendo originalmente de outra área. Cursei duas disciplinas como aluno especial e foi aí que passei a conhecer a Análise de Discurso, linha que acabei por optar no momento da seleção. Não sei ao certo o que mais me prendeu à teoria, se foi o materialismo histórico, a psicanálise, um estudo mais aprofundado da língua ou a teoria dada pelas aulas da profa. Aracy Ernst. Provavelmente tenha sido um pouco de cada. Tive um forte sentimento de pertencimento. Consegui ser aprovado na seleção seguinte, na metade de 2019, com a orientação da profa. Luciana Vinhas. Nós ainda não nos conhecíamos muito bem e fomos construindo uma ótima relação ao longo do tempo. Não tenho palavras para agradecer a orientação da profa. Luciana. Desde o início, uma orientadora sempre muito presente, auxiliando e desbravando conjuntamente o terreno móvel e intrincado do mundo dos protestos de rua, uma professora de notório saber, experiência teórica e analítica e uma infinita generosidade no processo dialético de ensino. Tivemos uma experiência atípica de escrever este texto durante um período pandêmico. Infelizmente, só tive um semestre presencial do curso. Considero o ano de 2020, o início da pandemia da Covid-19 o mais difícil deles. Tive grande dificuldade em escrever e produzir academicamente aflito com os horrores que aconteciam pelo descaso de todas as esferas governamentais e privadas. No ano de 2021, as coisas pareciam retornar a uma normalidade anômala. Felizmente, fui agraciado com uma bolsa CAPES a partir de abril do último ano do mestrado, uma bolsa essencial aos pesquisadores e infelizmente indisponível para muitos deles.

Na reta final da escrita da dissertação fui acometido pelo vírus da pandemia, fazendo com que eu ficasse mais de 10 dias em recuperação, mas sem riscos sérios a minha vida, e por isso agradeço ao SUS por estar vacinado quando contraí o vírus e pelo atendimento no posto de saúde onde descobri que havia contraído a COVID-19. Na jornada, também fizeram parte meus amores infinitos à minha namorada e companheira Natália Stofel, uma mulher incrível que conheci em Pelotas e me levou a morar no estado de São Paulo. Professora, enfermeira e militante, sempre uma entusiasta apoiadora do meu projeto acadêmico. Também fez parte o nosso gato Gandhi, que não raras vezes digitou uma ou outra letra no trabalho enquanto subia na mesa querendo atenção. A minha mãe Carmen Lucia, companheira de leituras psicanalíticas e uma mãe coruja que vibra e está junto em cada momento, meu pai Marcus Roberto, um homem sempre disponível para levar os filhos a qualquer canto para buscarmos nossos sonhos, a minha irmã Daniela, com quem mais uma vez dividi casa durante a estadia em Pelotas, sendo também uma amiga querida. Os meus amigos (agora dos encontros virtuais), presenças essenciais nos melhores e piores momentos: Eduardo, Êmily, Francis, Gustavo, Leonardo, Luca, Pedro, Renan e muitos outros. Os novos amigos que vão se formando em São Carlos. As minhas colegas de pós-graduação, especialmente a doutoranda Bruna Tejada, que me presenteou com o enunciado que virou objeto desta dissertação. Agradeço reiteradamente a minha orientadora profa. Luciana Vinhas, à banca de qualificação composta pela profa. Aracy Ernst e pela profa. Freda Indursky, somos muito gratos pelas contribuições, à banca final, à CAPES, ao programa de pós-graduação em Letras da UFPEL e ao grupo de pesquisa OUSAR.

Resumo

LOPES, Tiago Alves da Silva. **O gigante acordou**: uma análise discursiva dos protestos de Junho de 2013 em três gestos. 2021. 123f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

As jornadas de Junho de 2013 são opacas e até hoje objeto de disputa. Em vista de um novo olhar para esse marcante acontecimento, trabalhamos, ao longo desta dissertação, com uma análise vertical do enunciado “o gigante acordou” em três gestos analíticos com base na teoria da Análise de Discurso Materialista. O enunciado não surge no primeiro dia de manifestações, mas começa a circular quando as manifestações estão na segunda etapa, pulverizadas em várias cidades. O “gigante acorda” quando a pauta da revogação do aumento das passagens, os vinte centavos, é engolida pelas manifestações em massa na etapa seguinte. No primeiro gesto, sugerimos a categoria enunciado-objeto como um *corpus* que se desdobra em diferentes materialidades, partindo de uma mesma linearidade, significando inicialmente o grande volume de corpos nas ruas em um efeito de autoidentificação com a massa que protestava. Na sequência, trouxemos os protestos como opacidade, analisando sua historicidade em meio ao capitalismo, ao direito e à consagração do Estado-Nação, e, a partir dessa análise, propomos a categoria forma/corpo-protesto, terminando por verificar os atravessamentos do anticomunismo no enunciado. Por último, analisamos os efeitos do neoliberalismo nos protestos, através do enunciado, destacando os pontos simbólicos que as Jornadas de Junho inauguram. Buscamos, ao longo do trabalho, fornecer novos olhares, com base nos acontecimentos posteriores e em contribuições já dadas sobre o nosso objeto.

Palavras-chave: Junho de 2013; o gigante acordou; neoliberalismo; nacionalismo; protestos.

Abstract

LOPES, Tiago Alves da Silva. **The giant woke up**: a discursive analysis of the June 2013 protests in three gestures. 2021. 123f. Dissertation (Master degree in Linguistics) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

The June 2013 protests are opaque and are still disputed today. In view of a new look at this remarkable event, we have worked, throughout this dissertation, with a vertical analysis of the statement “the giant woke up” in three analytical gestures based on the theory of Materialist Discourse Analysis. The statement does not appear on the first day of the demonstrations, but begins to circulate when the demonstrations are in the second stage, spread over several cities. The “giant wakes up” when the agenda for the revocation of the increase in transportation tickets, the twenty cents, is swallowed up by the mass demonstrations in the next stage of the protests. In the first gesture, we suggest the utterance-object category as a corpus that unfolds in different materialities, starting from the same linearity, initially meaning the large volume of bodies on the streets in an effect of self-identification with the protesting mass. Next, we consider the opacity of the protests, analyzing their historicity in the midst of capitalism, law and the consecration of the Nation-State, and, based on this analysis, we propose the form/body-protest category, ending up by verifying the crossings of anti-communism in the statement. Finally, we analyze the effects of neoliberalism on protests, through the statement, highlighting the symbolic points that the June Journeys inaugurate. We seek, throughout the work, to provide new perspectives, based on later events and on contributions already given to our object.

Keywords: June 2013; the giant awoke; neoliberalism; nationalism; protests.

Lista de Figuras

Figura 1 - Faixa com a inscrição "O gigante acordou" em protesto em frente ao estádio Castelão, em Fortaleza, em 19 de junho de 2013.	16
Figura 2 Protesto no dia 13/03/2016.....	22
Figura 3 Protesto no dia 31/03/2016.....	23
Figura 4 Cartaz de 1964.	81
Figura 5 Manifestação em 2019.	82

Sumário

1 O início da marcha.....	14
2 Ouviram da Avenida Paulista.....	25
2.1 Apontamentos teóricos da Análise de Discurso	26
2.2 O enunciado-objeto “o gigante acordou”	38
2.3 O gigante Münchhausen	44
3 O gigante em berço esplêndido	53
3.1 Breve ensaio sobre a constituição dos Estados-Nação	55
3.2 A forma/corpo-protesto.....	64
3.3 Um gigante anticomunista?	77
4 O gigante adorado	88
4.1 O sofrimento neoliberal	92
4.2 Dos vândalos aos cidadãos de bem.....	101
4.3 O estopim da “nova política”	109
5 Por onde anda o gigante?.....	123
Referências.....	126

Apresentação

Vivemos o nosso inverno político. São infinitas as provocações e os incômodos que me instigam a pensar sobre dispositivos para interpretar a nossa atualidade. Neste trabalho, teremos mais perguntas do que respostas, mas esperamos contribuir para um dispositivo analítico dentro da Análise de Discurso Materialista (AD) que comporte, ao menos em parte, um entendimento das filiações ideológicas dentro da complexidade histórica da atual etapa do capitalismo dependente brasileiro.

A produção deste trabalho se encontra em meio a uma pandemia mundial, onde já se somam mais de 5 milhões de mortes evitáveis¹. No Brasil, agora na metade de novembro de 2021, temos mais de 610 mil mortes². Ao mesmo tempo, vivemos uma dura investida neoliberal no país. É assustador presenciar que o capital não recua nem quando a consequência é última: a morte explícita e quantificada diariamente nos jornais de todo o país.

Além da indiferença capitalista quanto à tragédia sanitária e social, temos o agravante de estarmos sob um governo de extrema-direita. Em 2018 houve a derrota eleitoral do Partido dos Trabalhadores (PT), representado pelo candidato Fernando Haddad, contra o candidato de extrema-direita, Jair Bolsonaro, então do Partido Social Liberal (PSL). Desde o *impeachment* sem crime de responsabilidade de 2016 sobre a presidenta Dilma Rousseff, do PT, vemos as condições de trabalho deteriorarem, com os direitos trabalhistas sendo encolhidos e o Estado engessado e desmontado com a atual doutrina de choques neoliberais, ou seja, um agravamento da assimetria social e política que constitui a formação social brasileira.

¹ Disponível em: <<https://ourworldindata.org/coronavirus-data#confirmed-deaths>>. Acesso em 14 de novembro de 2021.

² Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br>>. Acesso em 12 de novembro de 2021.

Além do fortalecimento das investidas neoliberais, primeiramente com o programa do MDB intitulado Ponte para o futuro³, que aprofundou diretrizes neoliberais sobre política fiscal e monetária, além da defesa de privatizações, e, posteriormente, com o programa Bolsonaro/Guedes dando sequência a essas políticas, também observamos o crescimento da influência religiosa cristã na política brasileira, como a Frente Parlamentar Evangélica⁴.

Nesse contexto político, me perguntei: como chegamos até aqui, e por que ainda seguimos esse caminho? Por que a esquerda segue no banco dos réus em meio à falência sanitária e social? O PT representou uma alternativa à esquerda? O que mudou nos setores sociais que apoiavam o partido?

A minha trajetória acadêmica começou em 2010, na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul. No ápice das conquistas sociais do PT, durante a minha graduação, me parecia plenamente possível, apesar de não ser ideal, balancear os interesses privados das corporações nacionais e internacionais e um Estado atuante para proporcionar oportunidades às camadas mais vulneráveis.

No ano de 2013, quando estouraram as manifestações de Junho, participei dos atos. O que me motivava era a solidariedade devido à repressão policial que ocorria em São Paulo. Eu decidi não mais participar quando vi que alguns grupos estavam hostilizando quem portava bandeiras de partidos (de esquerda). Parecia que estavam prestes a assumir um tom reacionário em que pudesse inclusive emergir gritos de “volta ditadura”, que até então circulavam apenas nas sombras.

Minha filiação política foi sendo mexida a cada episódio desta década. Depois de 2013, tivemos as eleições em 2014, quando o tom contra o PT já era mais duro. Embora o partido tenha vencido a disputa, o que se seguiu revelou os limites da conciliação de classes. O teor reacionário e de exceção - com o questionamento das urnas pelo PSDB, logo que saiu sua derrota em 2014, seguido pelo *impeachment* sem crime de responsabilidade capitaneado por Eduardo Cunha em 2016, e a prisão ilegal de Lula em 2018 - mostrava que a direita partia para o vale-tudo. Isso mexeu com minha filiação “democrática”, pois percebi que esse véu de formalidade era facilmente

³ Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/colunistas/terraco-economico/uma-ponte-para-o-futuro-analisando-os-seus-pilares/>>. Acesso em 8 de março de 2021.

⁴ A exemplo também do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, chefiado pela pastora evangélica Damares Alves.

abandonado quando preciso. Minha identificação política se movia a uma posição mais à esquerda do espectro político a cada nova ofensiva da direita.

O capitalismo, por ser um modo de produção de exploração e acumulação, leva a crises entre classes e frações de classe. Muitos autores apontam que vivemos os efeitos da última grande crise, em 2008. Nesse sentido, não podemos entender nosso contexto histórico olhando apenas para as eleições, o sistema político ou as relações entre as instituições, mas sim analisando a luta de classes a partir da resposta a essa crise, que teve um marco importante em 2013 com os protestos.

A reestruturação econômica para manter a acumulação capitalista na etapa neoliberal alterou a divisão internacional do trabalho e o papel do Estado na condução da economia. Se hoje nos deparamos com aberrações, como movimentos em defesa de terra plana, de conspirações sobre os grupos LGBTQIA+, do *marxismo cultural* e do *globalismo* (para trazer alguns exemplos), assim como assistimos ao crescimento vertiginoso do fundamentalismo religioso, isso é sintoma de que a ideologia está se adaptando às novas condições da acumulação capitalista.

Pêcheux (2014a, p. 171-196), a partir da teoria marxista, defende que não há discurso científico fora da ideologia. A ciência não seria a superação da ideologia, ao contrário, está necessariamente limitada pela história e suas formações ideológicas. Somando essa consideração com a atual crise do capitalismo, é esperado que o discurso científico esteja também em crise, pois a crise de acumulação, e, em consequência, a crise entre classes e frações de classe, irrompem na ideologia.

Buscando, atravessado por essas provocações, um ponto de agitação das redes discursivas, pensei em me dedicar, neste trabalho, aos protestos de 2013, tomados aqui como início simbólico de disputas difusas nas ruas. Talvez esses protestos sejam o ponto mais opaco da conjuntura brasileira da última década, sendo que até hoje acontecem debates acalorados sobre os sentidos das manifestações. Foi por R\$0,20? Não foi só por R\$0,20? Queremos mais direitos e mais acesso a serviços públicos? Queremos menos Estado? Queremos mais do PT? Queremos tirar o PT?

Perspicazmente sugerido por uma querida colega de mestrado (agora doutoranda), Bruna Tejada, em uma reunião do nosso grupo de pesquisa Ousar, coordenado pela minha querida orientadora, Luciana Vinhas, por quem tenho grande estima, aceitei ter como norte o enunciado “o gigante acordou”. Nada melhor do que um enunciado de grande opacidade para um evento de igual ponto de deriva.

São essas algumas das provocações que me levaram a tentar entender a conjuntura brasileira da década passada, e talvez conseguirmos apontar alguma luz na difícil atualidade que hoje vivenciamos.

1 O início da marcha

Propor um trabalho sobre a política, no nosso caso, feita nas ruas, traz um intrincado de conceitos e opacidades que sabemos de antemão que não daremos conta na totalidade, especialmente sendo o nosso caso o trabalho a partir da AD. Se tomamos a língua como opaca, parece-nos que cada palavra mereceria um longo aprofundamento, começando por “política”. De que “política” estamos falando? Isso se estende a “esquerda” e “direita”, pois usamos esses sintagmas sem grandes mergulhos teóricos e históricos e estamos cientes dessas limitações.

Para tornar o nosso trabalho realizável, analisamos alguns desses sintagmas em momentos que achamos necessários. As referências que trazemos suprem um pouco dessa carga analítica, pois cada trabalho, especialmente os da AD, verticaliza diferentes opacidades. De início, apontamos o uso do sintagma “gesto” (de análise, interpretativo), pensando em nossa contribuição, desde a escolha do objeto a ser analisado (o *corpus*) até as interpretações e categorias que propomos sobre o enunciado “o gigante acordou” e Junho de 2013. Ou seja, tratamos “gesto” como a nossa apropriação da teoria para dela escolher e articular o nosso enunciado e sua opacidade, ancorados, principalmente, nas definições teóricas de Pêcheux (2014a).

Apresentando a conjuntura histórica a ser analisada, em Junho de 2013 começava uma série de protestos em São Paulo devido ao aumento do valor da passagem do transporte público em R\$0,20. Organizados pelo Movimento Passe Livre (MPL), um movimento social dedicado a lutar por mais acesso ao transporte nas cidades, dificilmente alguém diria que aqueles protestos na capital paulista viriam a se tornar um tsunami político que se espalharia pelo país.

Fundado em 2005 na cidade de Porto Alegre, o movimento se declara horizontal, apartidário e independente. Incorpora uma tradição de luta por um transporte público mais acessível e democrático, como a Revolta do Buzu de 2003, em Salvador, e a Revolta da Catraca de 2004, em Florianópolis, normalmente composta por jovens estudantes⁵.

⁵ Disponível em: <<https://www.mpl.org.br>>. Acesso em 18 de março de 2021.

Sua base de atuação se restringia a poucas cidades. Em entrevista ao Roda Viva⁶, durante os protestos de 2013, no dia 17 de junho, um dos representantes do movimento informou que a organização era composta por cerca de 40 a 50 participantes, mas que sempre contaram com grande número de colaboradores externos. Na mesma entrevista, o representante declarou que a maioria dos protestos ocorria em cidades onde não havia a presença do MPL.

O enunciado escolhido não surge no início dos protestos de 2013, mas quando há uma surpreendente massificação deles, expandindo-se para centenas de cidades pelo país. “O gigante acordou” é materializado na opacidade desse aumento de intensidade e difusão dos protestos. O que parecia facilmente designável como “estão protestando pela revogação do aumento de R\$0,20 da passagem em São Paulo” torna-se turvo. Um manifestante em Porto Alegre, Curitiba, Salvador ou Belém estaria protestando pela revogação do aumento da passagem paulista? Estaria protestando em solidariedade aos manifestantes? Estaria lá por causas outras?

Nesse sentido, propomos a divisão dos protestos em dois momentos: o primeiro, da reivindicação da revogação do aumento da passagem do transporte, e o segundo, na massificação difusa das reivindicações. É o segundo momento que vai marcar simbolicamente a política nacional. Entendemos o primeiro como estopim dos grandes protestos e não como um movimento contínuo.

O objetivo deste trabalho é compreender, a partir da AD, o funcionamento discursivo dos protestos que ocorreram em Junho de 2013 no Brasil em uma análise vertical do enunciado “o gigante acordou”. Para atingir tal objetivo, a análise se dará em três gestos interpretativos do mesmo enunciado: (i) o “gigante” que se puxa pelos cabelos; (ii) o atravessamento de um possível anticomunismo; e (iii) os efeitos do neoliberalismo na dada conjuntura.

⁶ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8FacFeGixxY>>. Acesso em 20 de março de 2021.



Figura 1 - Faixa com a inscrição "O gigante acordou" em protesto em frente ao estádio Castelão, em Fortaleza, em 19 de junho de 2013⁷.

Em 2013, encontramos um Brasil pós-redemocratização, que, saindo da ditadura civil-militar que durou mais de 20 anos (1964-1985), estava no sexto mandato desde a retomada do voto direto para chefe do Executivo. Ocupava a presidência Dilma Rousseff, a primeira mulher eleita ao cargo no Brasil. Era o terceiro mandato consecutivo do Partido dos Trabalhadores (PT). O país estava em uma posição de prestígio internacional, tendo chegado a ocupar o lugar de sexta maior economia do mundo⁸. Estava há um ano de sediar a Copa do Mundo de 2014.

O Brasil vinha conquistando importantes reparações sociais com os últimos governos. O país combatia a fome, aumentava o valor real do salário-mínimo em mais de 70% desde 2002, expandia o acesso e o investimento às universidades (como a lei de cotas, abrindo espaços historicamente negados às minorias no ensino superior). No entanto, ainda era um país com as contradições da ordem capitalista em sua forma neoliberal, além de estar na periferia do sistema internacional (SAMPAIO JR, 2012).

Os governos petistas durariam até 2016, ao sofrerem um golpe após a vitória eleitoral na reeleição de Dilma Rousseff, em 2014. O PT ocupou um lugar que em outro tempo foi, de certo modo, do antigo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Ambos

⁷ Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/18/manifestantes-gritam-palavras-de-ordem-pela-paz-e-contra-a-pm-em-sp.htm?foto=35>>. Acesso em 10 de janeiro de 2021.

⁸ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/12/111226_grabretanhabrasil_ss>. Acesso em 20 de março de 2021.

terminaram em golpes (1964 e 2016) e tiveram seus governos marcados por contradições ao buscar uma certa conciliação de classes (MASCARO, 2018).

O Partido dos Trabalhadores não reivindicou um papel revolucionário, e talvez nem reformista, se pensarmos as grandes reformas, como a tributária e a agrária. Inclusive, manteve a estrutura neoliberal na condução econômica e não revogou importantes privatizações da década de 1990⁹ (MASCARO, 2018; SAMPAIO JR, 2012).

O PT também era governo na cidade de São Paulo em 2013, sob comando de Fernando Haddad. Naquela conjuntura, encontrávamos, então, o governo federal e municipal dirigidos pelo PT. Esse aspecto traz efeitos importantes nos protestos de Junho. Por que os protestos assumem tamanha magnitude sob governos da centro-esquerda? Não estamos aqui sugerindo que, se fosse outro partido na presidência e/ou município, os protestos não existiriam ou seriam radicalmente diferentes, mas entendemos que isso contribui para a circulação de certos discursos, como foi posteriormente aproveitado pela direita.

A materialidade “o gigante acordou”, pensando sua manifestação complexa em faixas nos protestos a partir da sua conjuntura, abre-nos um grande leque de possibilidades de sentidos, dada a sua opacidade. Quem é o “gigante”? O “gigante acordou” quando os brasileiros tomaram as ruas? Se ele acordou, antes estava dormindo, inerte aos acontecimentos? O que o fez despertar?

Trabalhar com a AD é nadar contra a corrente. Vivemos ainda sob o efeito da declaração do “fim da história” por Fukuyama¹⁰ (1989). Se o comunismo sempre ocupou um espaço marginal na formação social brasileira, apesar de ser um inimigo constante, quando a União Soviética se desintegra, há uma marcação simbólica do fim da esquerda (MARIANI, 1996). O que isso significou para a ciência? Seria o atestado de óbito do socialismo científico? Os sentidos da ciência marxista estariam, a partir de então, interditados?

⁹ Sampaio Jr. (2012) reconhece que devemos levar em conta os limites postos pelas instituições ao Executivo, não sendo uma tarefa simples ou fácil (se é que é possível de ser realizada sem rompimentos) tensionar a luta de classes de dentro do Estado, mas o autor percebe que os pronunciamentos dos dirigentes petistas, de modo geral, foram em direção à conciliação.

¹⁰ Artigo publicado em 1989, sustentando que o liberalismo político e econômico seria o melhor e último modo de governo para as sociedades contemporâneas. Žižek (1996) aponta que a partir da década de 1990, se estabelece uma relação da realidade concreta com o liberalismo (ou neoliberalismo). Isso seria o fim da história, e, conseqüentemente, da ideologia, pois teríamos chegado à realidade (ou à verdade).

Há vários aspectos para se analisar a língua. É um objeto de “uso” de variadas formas. Entre a oralidade e a escrita encontramos desde a poesia até o manual burocrático. Sujeitos se atravessam e se confundem entre formas e sentidos a partir dela. Poderíamos defender que as palavras são um elo interpessoal e social, a barreira civilizatória contra a linguagem da violência entre sujeitos. Ou poderíamos igualmente defender que as palavras são em si lugar de violência, de normatização, de contingenciamento, de diferenciação entre classes, gênero e raça, por exemplo (ŽIŽEK, 2013).

Pêcheux (2014a) dedica boa parte da sua principal obra para mostrar o estágio dos estudos linguísticos até então, em 1975. Desde apontamentos da unificação da língua na França, até a crítica direta a autores formalistas, que veem a língua como um espaço logicamente estabilizado, Pêcheux (2014a) busca a construção de uma teoria materialista do discurso, ou seja, o fim da separação entre língua e sujeito, ligando-os através da ideologia e do inconsciente.

Na AD, a disputa é constitutiva da língua. Pêcheux (2014a) rechaça a análise da língua como somente estrutura, pois ela é atravessada pela História, sempre em movimento devido à luta de classes. O autor (PÊCHEUX, 2014a) não a vê como objeto logicamente estabilizado (onde cada palavra seria vinculada a sentidos previamente determinados), mas como o lugar de produção e reprodução de sentidos a partir da sua constituição histórica e ideológica.

Em um contexto de “fim da história”, historicizar a língua é um ato de resistência. Trabalhar a historicidade da língua é se opor ao “fim da história” e às ciências formalistas. É firmar uma posição a que não chegamos, nem nunca chegaremos, à verdade em sua totalidade, pois somos sujeitos ideológicos (ALTHUSSER, 1985). A identificação com esse enunciado indicaria que o capitalismo não é somente o último dos sistemas, mas também a realidade como um todo, a manifestação da natureza humana.

É importante que os analistas do discurso compreendam que sua teoria é absolutamente marginal nos tempos atuais. Não falo em sua localização dentro do campo dos estudos sobre a língua, mas como teoria crítica em um mundo onde vemos o espaço reservado às humanidades se estreitar mais a cada dia. Muitos debates, coincidindo com o neoliberalismo, ignoram a categoria de sujeito e enaltecem a categoria de indivíduo.

No decorrer da história, há um encontro¹¹ entre a normatização da língua e o capitalismo, como Pêcheux (2014a) aborda ao falar da padronização da língua francesa. Esse encontro faz sentido se pensarmos que um ensino padronizado sobre a língua, que a vê como totalidade (dotada de sentidos absolutos), como se fosse uma “máquina”, desprezando o sujeito e o que “resta” dela, é ideal para uma reprodução menos crítica de saberes, ou, nas palavras da ordem dominante, mais “eficiente”.

Inclusive, talvez valha a comparação com o simulacro democrático da lei dentro do capitalismo. Formalmente, há um conjunto de leis para todos (todos compartilham dos mesmos direitos e deveres). A língua, em um viés idealista, também seria uma para todos. No entanto, sabemos que não há neutralidade no direito ou no Estado, sendo estas formas derivadas do capitalismo (MASCARO, 2013), assim como não há na língua ou nas teorias que a estudam (PÊCHEUX, 2014a). Compreendemos essas linearidades como relativamente autônomas, como mostraremos ao longo do trabalho.

Como analistas do discurso, rechaçamos as acepções idealistas. No entanto, entender suas proeminências, cada uma em seu campo, é essencial para o nosso trabalho analítico. Não é por acaso que determinada visão sobre a língua, o direito ou a política predomina sobre outras. Buscaremos analisar a opacidade dessas linearidades à medida que apresentamos o nosso trabalho.

Destacamos que não nos filiamos a reducionismos sobre Junho de 2013 ou aos governos do PT. Não partimos de análises, tampouco de métodos, que pressupõem a homogeneidade dos acontecimentos e dos enunciados. A AD tem como base a incompletude do sujeito e da língua (PÊCHEUX, 2015). O enunciado (e suas derivas) que propomos analisar é, já na superfície, extremamente opaco. Ele nos exige uma análise sobre o Brasil além da reivindicação imediata da redução do preço da passagem em São Paulo, com todas as contradições da sua formação social. É necessário analisar os fenômenos e dizeres a partir do materialismo histórico e não pelo idealismo.

Já antecipamos que nossas interpretações não terão como resposta a culpabilização dos movimentos sociais pelos acontecimentos posteriores a 2013.

¹¹ Inclusive podemos pensar o materialismo de encontro de Althusser (2005) aqui, já que *a priori* não havia um ensino padronizado em uma língua oficial, sequer a ideia de língua oficial. Podemos pensar como isso afeta a entrada do marxismo nos estudos linguísticos, pois se choca frontalmente com a autoridade que até então era conferida à língua.

Também não pretendemos elaborar uma forma rígida para entender os protestos, mas sim um dispositivo para analisá-los dentro das contradições da sociedade e do Estado.

Acreditamos que em Junho de 2013 houve uma inflexão e um ponto simbólico no cenário brasileiro. Aconteceu uma magnitude de protestos que remetiam a manifestações anteriores, considerando o número de pessoas nas ruas, como a campanha do “Diretas Já” na década de 1980 e o “Fora Collor” na década seguinte (INDURSKY, 2016).

As formações discursivas na AD são sintetizadas por “*o que pode e deve ser dito*” (PÊCHEUX, 2014a, p. 147 [grifos do autor]) em uma conjuntura, um contexto e posição X? Aplicaremos esse questionamento a esses protestos, no intuito de analisar o processo discursivo que levou à resposta “o gigante acordou”. Questionaremos o que pode e deve ser dito, assim como o que pode e deve ser feito, na forma de reivindicação dos protestos que tomaram as ruas do país em Junho de 2013 nas dadas condições sócio-históricas e ideológicas.

Os protestos, a partir da massificação nas ruas, foram se tornando cada vez mais despolitizados e restritivos a algumas bandeiras, pois verificamos a *falta* (ERNST, 2009)¹² de dizeres anticapitalistas, ou até por grandes reformas que trariam reparações históricas (como a tributária e a agrária), exceto a opaca reforma política, que parecia se limitar a demandas moralistas, e o *excesso* de elementos do hino nacional, como “o gigante acordou” (e “o povo acordou”) e “Verás que um filho teu não foge à luta”.

Indursky (2016) aponta que, além de “o gigante acordou”, houve outros enunciados (que não serão objeto desta reflexão) clamando por apartidarismo nas manifestações, como “Fora todos os partidos” e “Sem bandeiras de partidos políticos”. É levantada a hipótese de um desejo de democracia mais direta (fim de intermediações institucionais), mas que teve um efeito fascistoide¹³ que chegou a resultar em conflitos durante as manifestações contra militantes que portavam bandeiras.

¹² Aqui estamos fazendo referência ao entendimento de Ernst (2009), considerando o aspecto pendular entre objeto e teoria a partir de três modalidades: a *falta*, o *excesso* e o *estranhamento*, conforme será aprofundado mais adiante.

¹³ Entendemos fascistoide como uma feição (um potencial) fascista, ou seja, não concordamos em definir Junho de 2013 como fascista, mas identificamos elementos na fase de massificação dos protestos onde havia a irrupção de saberes e práticas fascistas, como a interdição de bandeiras partidárias da esquerda, por exemplo.

Não estamos mais em 2013, mas vivemos seus efeitos. Passaram-se oito anos desde o início dos protestos e estamos em um crescente ambiente de extrema-direita, já com um representante de um movimento neofascista no poder (BOITO JR, 2020). No entanto, direcionamos nosso olhar para aquele ano pela magnitude dos protestos nas ruas e pela opacidade dos dizeres que carregavam, ainda hoje em disputa.

É fundamental entendermos que/qual “gigante acordou”, pois esses protestos foram reivindicados por diversos movimentos, inclusive neofascistas, como o caso do bolsonarismo (BOITO JR, 2020). Esses movimentos, anos depois, estariam conquistando cadeiras no Parlamento e no Executivo, embasando decisões jurídicas justificadas “no sentimento social” (a exemplo da Operação Lava-Jato¹⁴) e fortalecendo um nacionalismo reacionário.

Ao mesmo tempo, os protestos conquistaram o objetivo proposto: a redução do valor da passagem em SP, além de também barrar o aumento da tarifa do transporte público em mais de 100 cidades (NOVAES, 2019). Nesse sentido, poderíamos dizer que os protestos foram bem-sucedidos. No entanto, nosso foco é na fase mais opaca dos protestos, pois é dali que saem os efeitos que ultrapassam 2013. Eles se iniciam sobre a questão tarifária e, a partir disso, se dá o estopim para os grandes protestos, fazendo com que a demanda inicial seja diluída e trazendo elementos outros que tomaram uma dimensão maior que a organização original do MPL conseguiu conduzir sob seu guarda-chuva.

Acreditamos não se poder fazer uma relação direta entre os protestos de 2013 com a atual conjuntura fascistoide, dada a sua heterogeneidade. No entanto, dentro de sua constituição contraditória, foi semente para os movimentos reacionários que foram se fortalecendo desde então. No intervalo temporal entre os protestos e a atualidade, houve quase uma “revolução” neoliberal dentro do próprio neoliberalismo de caráter internacional, como já vislumbrava Sampaio Jr. (2012).

A ofensiva neoliberal no Brasil pode ser constatada no golpe (2016), na eleição marcada por *fake news* (2018), na prisão do candidato favorito dessa eleição, no ataque às leis trabalhistas e aposentadorias (desde 2016), na privatização de empresas e setores estratégicos, entre outros. Estamos experienciando uma modificação das relações de produção, não para uma alternativa socialista, mas para um aprofundamento da exploração (ANTUNES, 2020). Hoje, por exemplo, os maiores

¹⁴ Araújo (2019) aponta como práticas de *lawfare*, ou seja, o uso do aparelho jurídico para decisões de exceção, o golpe de 2016 e a perseguição ao Lula que resultou em sua prisão em ano eleitoral.

empregadores do país são aplicativos, que sequer têm relações trabalhistas com os trabalhadores que operam no setor¹⁵.

O que se sucede aos protestos de 2013 (talvez objeto para uma sequência deste trabalho) é o controle por organizações de direita nos protestos que seguirão até 2016, quando Dilma Rousseff é deposta do cargo por um golpe (INDURSKY, 2019b). As manifestações de direita não são exclusividade nas ruas, existindo, também, manifestações de resistência ao golpe e às reformas neoliberais (trabalhista e previdenciária).

Essa divisão de protestos nos anos seguintes a 2013 é inclusive diferenciada por cor, sendo os da direita verde-amarelos e os da esquerda vermelhos. Os protestos de 2013, aparentemente, mantiveram, por um curto período, ambos grupos antagônicos na mesma trincheira, possivelmente como um efeito da simbologia nacional, que simula uma unidade entre os sujeitos.



Figura 2 Protesto no dia 13/03/2016¹⁶.

¹⁵ Disponível em: <<https://exame.com/economia/apps-como-uber-e-ifood-sao-fonte-de-renda-de-quase-4-milhoes-de-pessoas/>>. Acesso em 20 de março de 2021.

¹⁶ Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2016/03/protestos-anti-governo-marcam-domingo.html>>. Acesso em 25 de abril de 2021.



Figura 3 Protesto no dia 31/03/2016¹⁷.

A negação da política (despolitização), o “fim da história”, seguiu como regra geral; a reivindicação e a identificação a signos nacionais, como elementos do hino, por exemplo, se desdobraram em campanhas que reivindicavam um certo nacionalismo, o qual desembocou no movimento neofascista bolsonarista (BOITO JR, 2020). Esse movimento se mostrou muito eficaz se verificarmos o resultado das urnas nas eleições posteriores.

Nosso estudo, então, é direcionado para quando foi tensionada, mais recentemente, a democracia liberal no Brasil. Quando se renovaram os protestos de grande magnitude expressando dizeres de grande opacidade, veremos como pode e deve se realizar a ideologia na língua nas dadas condições sócio-histórico e ideológicas, refletindo um conflito do que se espera do Estado burguês brasileiro e o que ele pode entregar.

Os protestos de 2013 ainda são um objeto em disputa. Algo aconteceu que levou milhões de pessoas às ruas em diversas cidades do país em Junho daquele ano. Da crise e dos limites do neoliberalismo, com sujeitos assujeitados/identificados com as “relações sociais jurídico-ideológicas” de seu tempo (PÊCHEUX, 2014a, p.

¹⁷ Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/protestos-contrainpeachment-e-a-favor-de-dilma-reunem-dezenas-de-milhares-em-todos-os-estados/>>. Acesso em 25 de abril de 2021.

145), o que causa o mal-estar? Ou: o que esconde o mal-estar (onde o sujeito se agarra)? Estamos nos deparando com uma nostalgia reacionária com “o gigante acordou”? O que esse enunciado sintomático pode nos dizer?

A partir desses questionamentos, damos como iniciada a marcha. Iniciaremos nos aprofundando no nosso complexo objeto com o qual estamos trabalhando e abriremos um primeiro caminho de significação. Ouvimos da Av. Paulista o grito “o gigante acordou” e apreenderemos os primeiros efeitos entre o enunciado e os corpos nas ruas.

2 Ouviram da Avenida Paulista

Os significados de Junho de 2013 ainda estão em disputa. Sabemos que não esgotaremos (e nem assim pretendemos) os aspectos e nuances desse acontecimento. Com o nosso recorte “o gigante acordou”, iniciaremos o primeiro gesto de análise. Apesar da divisão em três gestos analíticos do nosso objeto, não significa que elementos da análise de um gesto não atravessem outros capítulos ou se repitam de alguma forma, pois eles se constituem de olhares que dialogam entre si.

Para iniciarmos o primeiro gesto de interpretação do enunciado, esclareceremos algumas especificidades do *corpus*. Trabalhar a partir da teoria da AD significa que nossas análises não serão restritas à linearidade significante. Assim, não queremos dizer apenas que há um contexto sócio-histórico e ideológico constitutivo desse dizer (próprio da teoria). Para esta primeira etapa, dedicaremos um espaço para analisar como o protesto significa junto com o enunciado “o gigante acordou”, pois, como mostraremos mais adiante, eles se constituirão mutuamente, como efeitos que se encontram e se confundem.

Retiraremos os protestos da condição de mero contexto, como se isso fosse corriqueiro em relação aos dizeres, pois um dos elementos principais de Junho de 2013 é justamente o volume massivo de pessoas nas ruas, sendo um aspecto central do seu impacto imediato e nos anos seguintes. Nessa lógica, optamos por não deixar escapar os protestos e evitar dá-los como evidentes e dispensáveis de análise que se restringem aos enunciados, e sim nos demorarmos nesse aspecto.

Adentraremos algumas especificidades da teoria antes de começarmos o primeiro gesto interpretativo. Faz-se necessário destacar, mesmo que brevemente, a evolução da teoria e seus conceitos. O objeto teórico da AD é o discurso. No entanto, ao longo dos anos, diferentes contribuições foram moldando a teoria para o que conhecemos hoje.

Em seguida, trabalharemos sobre a constituição do nosso objeto, o enunciado-objeto “o gigante acordou”, mostrando os possíveis desdobramentos e significações a partir dos corpos nas ruas e do enunciado. Por último, traremos o primeiro gesto analítico, resgatando os protestos e suas fases, pois nosso enunciado não inaugura Junho de 2013, mas surge em um segundo momento dos protestos.

2.1 Apontamentos teóricos da Análise de Discurso

Propomos, neste trabalho, antes de adentrarmos na análise do enunciado “o gigante acordou”, definirmos a categoria da forma-protesto ou corpo-protesto. Sentimos falta de uma teorização desse movimento reivindicatório de ocupar as ruas utilizando o(s) corpo(s) acompanhado de faixas, gritos de ordem, pinturas, entre outros. Para isso, iremos desenvolver alguns conceitos da AD.

Não é nossa intenção contar a história da Análise de Discurso Materialista por duas razões: a primeira é que temos um grande número de obras que já fizeram esse resgate, incluindo categorizações que auxiliam na compreensão do desenvolvimento da teoria, como a obra de Maldidier (2017); a segunda é que uma história à altura da teoria demandaria um trabalho à parte, pois teríamos que levantar a sua gestação, nascimento e amadurecimento na França, para, em seguida, traçar o percurso que a teoria adquire quando rompe as fronteiras europeias e chega ao Brasil, por meio de Eni Orlandi, incluindo o desenvolvimento da teoria até aqui.

Nesse sentido, traremos um resgate recortado de obras que dizem respeito à nossa análise, de maneira a tentarmos localizá-los e explicá-los para ajudar a leitura de eventuais não-analistas do discurso, assim como traçarmos nosso percurso teórico.

O filósofo que se fez linguista sem deixar de ser filósofo, Michel Pêcheux, é o grande autor da teoria da Análise de Discurso (MALDIDIER, 2017). Ao longo de sua vida, ele escreveu e reescreveu teorizações que ajudaram a pensar radicalmente diferente do que era postulado até então sobre a semântica. Seus passeios incluem visitas à matemática, informática, psicologia, marxismo, psicanálise, linguística, entre outras áreas. Porém, foi em *Semântica e Discurso* (2014), considerada sua principal obra, que ele deu corpo à Tríplice Aliança da psicanálise, materialismo histórico e linguística (MALDIDIER, 2017).

A construção da AD começa a partir do final da década de 1960. Apesar de não ser a primeira publicação do autor, o texto *Análise Automática do Discurso* (PÊCHEUX, 1997), também conhecido como AAD ou AAD-69, é considerado o marco inicial da inquietação sobre o discurso (MALDIDIER, 2017). Indursky (2019a) vai mais além e a define como inauguração, teórico-fundadora, de um novo objeto, o discurso. Ali já se manifestavam questionamentos sobre os limites da análise linguística e a necessidade de incorporar elementos exteriores à língua no estudo dos sentidos.

No texto, Pêcheux (1997), reavaliando os rumos do estudo da linguagem a partir de Saussure e o *Curso de Linguística Geral* (que sistematizou a categoria da língua, inaugurando a linguística moderna) demonstra como as abordagens que conferem ao texto sentido em si mesmo funcionam. Pêcheux (1997) destaca que, até recente período, o estudo da língua se concentrava em um tipo de compreensão do texto que tentava responder à pergunta “o que esse texto quer dizer?”, ao passo que à gramática era dirigida a indagação “a escrita está adequada às normas gramaticais?”. O autor usa como exemplo o enunciado “a terra gira”, destacando que qualquer linguista pré-copernicano diria que é uma frase anômala, desprovida de sentido, indicando elemento de historicidade que incide sobre a língua, sendo exterior a supostos sentidos contidos na própria língua ou a regras de funcionamento do sistema linguístico (PÊCHEUX, 1997).

Isso mostra que os elementos integrantes léxico-gramaticais possuem limites estabelecidos pela própria história, daí a necessidade de conceitos que englobem a exterioridade dos dizeres. As condições de produção (CP) aparecem em uma primeira tentativa de organização do processo discursivo, que ainda carecia de aprofundamento e de conceitos que seriam mais tarde apresentados e aprofundados. O processo discursivo desenhado por Pêcheux (1997) nesse momento já comporta os efeitos da formação social no discurso (as relações de poder ali projetadas), assim como as formações imaginárias dos interlocutores (imagem sobre si, sobre o outro e sobre o objeto em determinada formação social).

Pêcheux (1997) destacou que tal desenvolvimento era um esforço inicial, e ainda não poderia ser caracterizado como teoria, porém serviu de base para os trabalhos seguintes. O marxismo, como teoria da formação social, e conceitos da psicanálise, como o inconsciente, apareceriam nos próximos trabalhos, apesar de já haver menções a esses conceitos na ADD 69 (MALDIDIER, 2017).

Em uma parceria entre Pêcheux e Fuchs (1997), em 1975, são feitas reconsiderações sobre os rumos da AD a partir de críticas e leituras recebidas da obra de 1969, do conceito de formações discursivas (FD) de Foucault, em 1969, e da publicação do texto *Aparelhos Ideológicos de Estado* de Althusser (1985), em 1970 (COURTINE, 2009). No texto de Pêcheux e Fuchs (1997), é apresentado o quadro geral da teoria, replicado muitas vezes por analistas do discurso, que, resumidamente, diz: a AD é uma teoria entre a língua e a história, atravessada, de uma maneira específica, pela Psicanálise (PÊCHEUX; FUCHS, 1997).

A partir dos conceitos de Althusser (1985), incorpora-se o materialismo histórico como teoria das formações sociais. A grande contribuição do autor com os aparelhos ideológicos de Estado (AIE) é localizar a reprodução e a disputa da ideologia e definir seu funcionamento a partir do modo de produção capitalista e da luta de classes antagônicas. Tão importante quanto produzir é garantir que a produção não cesse, ou seja, “(...) a condição última da produção é a reprodução das condições de produção” (ALTHUSSER, 1985, p. 53).

Esse conceito torna-se central na definição das formações discursivas, pois o processo discursivo incorpora, nesse momento, a interpelação ideológica por meio da materialidade linguística.

FD é um conceito de Foucault apropriado pela AD (COURTINE, 2009). Um discurso, para Foucault, resumidamente, não pode ser confundido com um enunciado, mas seria a união de diversos enunciados com elementos de repetibilidade e dispersão comuns, ou seja, analisar uma FD seria investigar os elementos que uniriam ou separariam os enunciados em diferentes discursos (COURTINE, 2009). Já para a AD, discurso é um efeito que depende da filiação ideológica e da identificação do sujeito (e estes dependentes da história), não sendo uma série de enunciados, mas sim um efeito entre a língua e a história. Entretanto, as duas versões parecem combinar em buscar entender o funcionamento dos sistemas de saber e de suas repetibilidades.

Pêcheux e Fuchs (1997) também apresentam conceitos como interpretação e as noções de esquecimento. O sujeito só é capaz de um gesto interpretativo através do assujeitamento ideológico, por meio da língua (PÊCHEUX; FUCHS, 1997). No entanto, o faz sem saber, de forma inconsciente. O sentido histórico que atravessa o sujeito de maneira involuntária se materializa através de dois esquecimentos: primeiro, o sujeito *esquece* que ele não é a fonte do sentido seu dizer (ou de sua

interpretação); segundo, ele *esquece* que há derivas possíveis na enunciação do objeto que ele busca apreender (PÊCHEUX; FUCHS, 1997). Segundo Vinhas (2020, p. 91),

Os esquecimentos n° 1 e n° 2 materializam a relação entre inconsciente e ideologia almejada por Michel Pêcheux. Por um lado, o esquecimento n° 1 concerne à ilusão subjetiva de que o sujeito se encontra na fonte do sentido; de outro lado, o esquecimento n° 2 diz respeito à ilusão subjetiva de que o sujeito controla enunciativamente o sentido do que fala.

A evidência do sentido de uma materialidade agora é entendida como efeito da interpelação ideológica (“é óbvio que as coisas são assim”), ou seja, a ilusão de estabilidade de um significado em uma materialidade é um efeito ideológico (PÊCHEUX; FUCHS, 1997). Os sentidos deslizam não porque há enunciados homogêneos se confrontando entre si, mas devido às formas-sujeito (produto do processo discursivo das FD) ali presentes. Assim, o que é aparentemente coberto de lógica, sentido e evidência, é, segundo a teoria, um efeito (uma ilusão) do sujeito que inconscientemente ocupa uma posição ideológica, através da FD, e somente por ocupar uma posição que ele consegue apreender um sentido das materialidades (PÊCHEUX; FUCHS, 1997).

Justamente por não ter controle do inconsciente que a ideologia desempenha um papel fundamental e constitutivo dos sujeitos e discursos. A “realidade” só existe por meio da ideologia (esta materializada na língua, nos costumes, nos rituais), não sendo o resultado do espírito de uma era ou da vontade divina, mas das relações de produção/reprodução dos modos de produção (PÊCHEUX, 2014a). O sujeito não dispõe de um dispositivo em que seja possível desligar e ligar a ideologia, pois a interpelação está sempre presente. A logicidade de um dizer só é possível pela ideologia, não sendo algo que a fura ou a torna obsoleta.

Essa retomada sobre a construção da teoria se faz necessária, pois os conceitos que estamos apresentando (e iremos continuar fazendo isso na sequência), como as CP, FD, formação ideológica (FI), interdiscurso e intradiscurso, são essenciais para nossa análise pela perspectiva da AD. Em cada capítulo esses conceitos serão utilizados diferentemente nos três gestos interpretativos do enunciado “o gigante acordou”.

Na sequência, tomada como principal obra de Pêcheux (2014a), *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* incorpora e expande as contribuições da obra de mesmo ano por Pêcheux e Fuchs (1997) em 1975. Se a AD em 1969 começou

com uma tentativa metodológica de entendimento do discurso, em 1975 há um salto qualitativo na questão teórica, transitando de método analítico para teoria científica (COURTINE, 2009). O livro é local de cruzamento de todos os caminhos trilhados por Pêcheux até então (MALDIDIER, 2017).

A edição brasileira de *Semântica e Discurso* traz as modificações feitas pela edição inglesa de 1982. Pêcheux alterou a introdução da obra nessa edição para incorporar apontamentos sobre os anexos que se encontram ao final do livro. O anexo III *Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação* foi escrito com base nos acontecimentos de 1978-1979¹⁸ na França. Assim, a edição que estamos utilizando contempla o texto original de 1975, mas também críticas e apontamentos a essa mesma obra nos anexos e em notas de rodapé. Trataremos mais adiante dessas retificações.

Na sequência, nos aprofundaremos nos conceitos citados sobre a obra de 1975. A partir do funcionamento do processo discursivo, buscaremos demonstrar como funciona o dispositivo de análise da teoria e a busca pelos sentidos que deslizam pela história e pela língua.

Como o cerne da discussão sobre discurso se dá na ideologia, faz-se importante um adendo neste momento, antes de adentrarmos as formações discursivas. Assim como mencionado anteriormente, a ideologia é central na constituição de sentido, e é por meio dela que a língua adquire sua historicidade. Mas, como está estruturada nossa formação social que *origina* a ideologia?

Em uma perspectiva materialista, a ideologia não precede as relações de produção nem as formas sociais. Não existe, assim, um costume ou saber que flutue sobre a história, fazendo-se alheio a ela. No capitalismo, ordem vigente, não houve um grupo de senhores que o idealizou a partir de sua criatividade abstrata e, de seu pensamento, fez-se a história (como o mito bíblico da criação do mundo). Houve um processo histórico que se acentua na Europa ocidental na metade do milênio passado, onde o volume de trocas, em conjunto com a exploração escravista de territórios apropriados em outros continentes, e conseqüente acumulação de riquezas, gradualmente aumentou até termos uma classe incipiente que se fortalece (a burguesia), resultando em revoluções dessa classe (MASCARO, 2013). No entanto,

¹⁸ Maldidier (2017) separa cronologicamente o desenvolvimento da teoria em três grandes etapas: de 1969-1975 a formação da teoria; de 1976-1979 o impasse e retificações sobre *Semântica e Discurso* (2014a) e 1980-1983, segundo a autora, como a fase da “desconstrução domesticada”.

não é no aumento do volume de trocas que surge o capitalismo e o direito, mas do salto qualitativo da mudança da mão-de-obra, ou seja, é quando o trabalho dos despossuídos passa a também ser mercadoria (MASCARO, 2013).

A exploração assalariada não aparece depois de uma negociação entre as classes, definindo como se daria essa relação. No Brasil, por exemplo, só teremos a consolidação das leis trabalhistas (CLT) em 1943 na era Getúlio Vargas. Isso significa que até então não havia capitalismo no país? Assim como, se pensarmos que hoje a CLT sofreu duros golpes, podendo-se dizer que ela praticamente terminou, o país deixou de ser capitalista? O que estamos buscando demonstrar é que o direito não surge antes das relações de trabalho assalariadas, já que, em última instância, seu *papel* é ser o regulador/garantidor da produção/reprodução dessas relações de exploração e não um garantidor de direitos sociais ou uma via de superação do capitalismo (MASCARO, 2018).

O capitalismo, então, gera a forma estatal e o direito, e não o contrário. Não se organizou a estrutura estatal para depois se decidir que tipo de modo de produção essa forma estruturaria. Pelo contrário, o Estado e o direito modernos (e conseqüentemente o sujeito de direito) são formas do capitalismo, e garantidores últimos da manutenção da forma-mercadoria, ou seja, a sociedade mediada por contratos, onde um pequeno grupo detém os meios de produção e um grande grupo não os detém (burgueses e proletários), sendo os últimos compulsoriamente obrigados a vender sua força de trabalho para buscar meios de subsistência (MASCARO, 2013).

É nesse contexto histórico que se dá a nossa formação social, por meio de um sistema de acumulação e exploração que divide a sociedade em duas classes, de maneira geral, apesar de haver frações em cada uma, os burgueses e os proletários. Para a manutenção dessa ordem é necessário que o modo de produção seja reproduzido continuamente. Para tanto, Althusser (1985), a partir de Marx, elaborou o conceito de AIE, que são os lugares e meios de reprodução, assim como de disputa, da ideologia, sendo, inicialmente, os aparelhos: familiar, escolar, religioso, jurídico, político, sindical, cultural e de informação (ALTHUSSER, 1985). Segundo Althusser (1985, p. 68),

Designamos pelo nome de aparelhos ideológicos do Estado um certo número de realidades que apresentam-se ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas. Propomos uma lista empírica, que deverá necessariamente ser examinada em detalhe, posta à prova, retificada e remanejada.

Assim, apesar da listagem inicial, Althusser (1985) nos diz que os AIE não são categorias fixas. Os aparelhos devem ser sempre colocados à prova para analisar suas relações de dominância histórica. Também é importante destacar que os aparelhos não devem ser confundidos com instituições ou dizem respeito a sua natureza. Por exemplo, o aparelho escolar diz respeito tanto ao ensino público quanto ao privado. Seu funcionamento histórico sob o capitalismo opera na mesma estrutura.

Um outro aparelho, ainda não citado, mas essencial à manutenção da ordem, é o Aparelho Repressivo de Estado (ARE), que não deixa de também atuar pela ideologia (afinal é necessário saber a quem reprimir), mas tem a função de manutenção de certa ordem (ALTHUSSER, 1985). Assim,

(...) na teoria marxista, o aparelho de Estado (AE) compreende: o governo, a polícia, os tribunais, as prisões, etc, que constituem o que chamaremos a partir de agora de aparelho repressivo do Estado. Repressivo indica que o aparelho de Estado em questão ‘funciona através da violência’ – ao menos em situações limites (pois a repressão administrativa, por exemplo, pode revestir-se de formas não físicas)¹⁹ (ALTHUSSER, 1985, p. 67-68).

Esses diferentes aparelhos significam que as formações ideológicas ali reproduzidas e disputadas “(...) possuem um caráter ‘regional’ e comportam posições de classe” (PÊCHEUX, 2014a, p. 132 [grifo do autor]), assim como possuem estrutura de desigualdade-subordinação entre eles. Essa estrutura constitui a cena da luta de classes de uma formação social (PÊCHEUX, 2014a). Por exemplo, o aparelho religioso era o dominante na ordem feudal, sendo todos os outros subordinados a ele, mas neste aparelho havia distinções entre as classes (PÊCHEUX, 2019).

Faz-se necessário destacar duas colocações de Althusser que Pêcheux (2014a, p. 135 [grifos do autor]) enumera: “Só há prática através de e sob *uma* ideologia” e “Só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos”. Ou seja, estamos dissertando sobre a ideologia, mas temos que lembrar que o sujeito é central, pois é dele que estamos falando, mesmo sem tê-lo exposto diretamente até então. A ideologia interpela o sujeito, mas é o próprio sujeito que estará na tensão reprodução/produção da ideologia por meio dos AIE. Nas palavras de Althusser (1985, p. 98 [grifos do autor]), “(...) *os indivíduos são sempre já sujeitos*. Os indivíduos são, portanto, “abstratos” em relação aos sujeitos que existem desde sempre”.

¹⁹ Para Althusser (1985), o direito ocupa simultaneamente o lugar de aparelho repressivo do Estado e aparelho ideológico de Estado.

E onde entra a língua nessa equação ideologia-sujeito? A língua, como sistema relativamente autônomo de significantes (PÊCHEUX, 2014a), ou seja, não portadora de sentido (devido à constituição exterior deste), mas onde a sintaxe não pode ser vista como desprezível ou descartável no processo discursivo, aparece como materialidade inserida na tensão reprodução/transformação ideológica entre as classes antagônicas. Assim, o sentido das palavras nunca está já-posto, a não ser por ilusão ideológica (e conseqüente processo de identificação/interpelação do sujeito). Como diz Pêcheux (2014a, p. 146 [grifos do autor]),

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos *o caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados.

O sentido das palavras, então, surge como efeito das formações ideológicas (FI) dadas (pois são resultado de uma formação social). Assim, podemos definir quem somos, como são as coisas etc. Esse efeito é tratado por Pêcheux (2014a) como posição (de um sujeito), que se inscreve em uma determinada FI, e é nessa tomada de posição que o sentido de evidência aparece (de que um objeto é assim e só pode ser assim).

Retomando o conceito de discurso, fundamental para nós, lembramos que ele é efeito de sentido entre os pontos A e B, constituído por todo esse processo que descrevemos até aqui. Feito esse breve resgate teórico, podemos fazer a conexão entre a língua, a história e o sentido, que se dá na identificação de uma materialidade com uma FD. Segundo Pêcheux (2014, p. 147 [grifos do autor]),

Chamaremos, então, *formação discursiva* aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.).

Na seqüência, Pêcheux (2014a, p. 147) diz que “(...) os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (...) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes”. Assim, ocorre no interior de uma FD a interpelação ideológica por meio do processo de identificação/assujeitamento (inconsciente) do sujeito com a FI que incide na materialidade linguística (PÊCHEUX, 2014a). Resumidamente, as formações discursivas definem o que pode e deve ser dito, conforme citado acima.

Segundo Courtine (2009), as FD, além de fornecer os saberes (o que pode e deve ser dito), também, por exclusão, limitam os saberes por meio do que não pode e não deve ser dito, causando um fechamento (sempre instável, pois partimos de relações tensas devido ao materialismo histórico) de uma FD em relação a outra. E, por pertencer a diferentes FD, a materialidade linguística adquire sentidos diferentes, ou seja, uma mesma palavra, expressão ou proposição pode adquirir sentido diferente de uma FD para outra, assim como essas materialidades podem ser diferentes na superfície linguística, mas significar o “mesmo” a partir de FD diferentes (PÊCHEUX, 2014a).

Nesse processo em que materialidades e FD se defrontam, um outro conceito de que ainda não tratamos se faz necessário: o interdiscurso. A função do interdiscurso é primordial, pois funciona como uma matéria-prima do dizer. Como já mencionamos, é característica da AD a repetibilidade (apesar de nunca perfeita e nunca homogênea). O interdiscurso dá as condições para que o sujeito formule sua materialidade: tanto o sentido quanto os elementos linguísticos.

Chama-se interdiscurso o “todo complexo com dominante” das formações discursivas (intricadas no complexo das FI), sujeito à lei de desigualdade-contradição-subordinação (que também caracteriza as FI), simulando o efeito de que “algo fala” sempre, antes, “em outro lugar” (PÊCHEUX, 2014a). Em outras palavras, o interdiscurso fornece insumos para a formação das FD, porém não de maneira livre e espontânea, mas seguindo a determinações sócio-históricas e ideológicas, atravessado por relações desiguais e contraditórias.

Com efeito, o interdiscurso é o lugar no qual se constituem, para um sujeito falante, produzindo uma sequência discursiva dominada por uma FD determinada, os objetos de que esse sujeito enunciador se apropria para deles fazer objetos de seu discurso, assim como as articulações entre esses objetos, pelos quais o sujeito enunciador vai dar coerência à sua declaração, no que chamaremos, depois de Pêcheux (1975), o *intradiscurso* da sequência discursiva que ele enuncia (COURTINE, 2009, p. 74 [grifos do autor]).

Essa apropriação pelo sujeito dos objetos do interdiscurso, por meio dos esquecimentos que simulam a não existência do assujeitamento a determinações exteriores²⁰, para formular o seu dizer é chamado de intradiscurso, conforme Courtine (2009). O funcionamento entre o interdiscurso e o intradiscurso é dinâmico (ou dialético), ou seja, o sujeito não é apenas um espelho do interdiscurso e seus estados

²⁰ O que Pêcheux e Fuchs (1997) caracterizam de teoria não-subjetiva da subjetividade.

de dominância dos sentidos, mas é através de uma “conversa interna” (dentro das instâncias psíquicas, mas não de forma consciente) que o sujeito busca e, ao localizar uma *autorização* para o seu dizer (caso não localize, entraria em um terreno de *nonsense*), *constrói* a coerência dos sentidos por meio do intradiscurso.

Assim, como Pêcheux (2015, p. 55-56) descreveu, o discurso não é produto de uma *máquina* que uniformizaria os sentidos, tampouco é um “aerólito miraculoso” independente da conjuntura sócio-histórica e ideológica em que é produzido. Ele sempre resgata uma memória, no que chamamos acima de “conversa interna”, mas ao tentar dar coerência ao(s) objeto(s) que está resgatando, há sempre a chance de modificá-lo. Todo discurso tem potencial de agitar as filiações históricas, cabendo a nós, analistas, a tentativa de separar o que é acontecimento discursivo e o que é reprodução de sentidos.

As FD, então, são a intermediação entre a ideologia e a língua, correspondendo a um domínio de saber, e é seu funcionamento que dita o processo de assujeitamento dos sujeitos, ou seja, “o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 2014a). Porém, lembrando da prerrogativa materialista da AD de que não acessamos o real nem do sujeito, nem da história, temos que considerar que não há identificação plena do sujeito, seja com a FD ou com a ideologia que a atravessa (PÊCHEUX, 2014b; 2015).

Pêcheux (2014a) traz três modalidades de tomada de posição na obra, sendo elas: o bom sujeito, o mau sujeito e a desidentificação. É importante ressaltar que o marxismo-leninismo é essencial na configuração dessas modalidades, pois é a partir da obra de Marx, e posteriormente de Lenin, que é inaugurado o continente história (PÊCHEUX, 2014a). O movimento histórico da luta de classes é incompatível com categorias idealistas, como, por exemplo, a homogeneidade da língua (como sistema, constituída de forma e conteúdo) e a ciência do proletariado é quem fornece a matéria prima de contestação dos saberes dominantes do capitalismo.

Como a teoria é constituída pelo atravessamento da história, se falamos de ideologia dominante na atualidade, falamos da ideologia burguesa. Assim como, se falamos de identificação, contraidentificação ou desidentificação, estamos falando de modalidades assimétricas a partir dessa mesma posição burguesa. Essa posição de

dominância é invariável²¹ na ordem capitalista, mesmo com todos os adendos que outros autores, e o próprio Pêcheux, farão após 1975.

O funcionamento do discurso não age diferentemente de um sujeito para outro, como se fosse possível um sujeito não reconhecer o efeito de evidência dominante (mesmo que não se identifique com o sentido dominante, ele o reconhece). Um sujeito não poderia desconhecer o sentido dominante e conhecer apenas e diretamente um sentido socialista (e assim inverter toda estrutura dos AIE e da história). As características do processo de assujeitamento explicaremos a seguir.

A primeira modalidade, caracterizada pelo discurso do “bom sujeito”, comportaria uma superposição entre o sujeito do discurso e o sujeito universal, uma identificação plena com os saberes de determinada forma-sujeito de uma FD, compondo um elo imaginário desse sujeito com a forma-sujeito correspondente a partir dos esquecimentos (PÊCHEUX, 2014a; INDURSKY, 2008).

A segunda modalidade, caracterizada pelo discurso do “mau sujeito”, ocorre quando o sujeito questiona o sujeito universal de determinada FD por meio de uma tomada de posição resistente aos seus saberes. Segundo Pêcheux (2014a), essa modalidade tem traços linguísticos, como “o que você chama...” e “sua ciência...”, criando um distanciamento entre ele e a forma-sujeito da FD, abrindo espaço para contestação e revolta.

Conforme mencionamos anteriormente, Pêcheux (2014a) parte da ruptura marxista-leninista na categorização dessas modalidades. Não só o sentido desliza com a história, a partir do marxismo, como também há uma nova acepção sobre a ciência e o discurso científico, assim como sobre a prática política. Pêcheux (2014a) argumenta que a própria noção de ciência é histórica, e a ideologia impõe limites onde o discurso científico irá operar. Ser um sujeito-cientista não significa a superação da ideologia, mas a aquisição de saberes específicos e históricos, dentro de formações ideológicas dadas (oriundas do modo de produção correspondente).

Feito esse comentário, podemos apresentar a terceira e última modalidade, a desidentificação. É a modalidade onde o sujeito rompe com a forma-sujeito correspondente, ou seja, ele não somente contesta os saberes do sujeito universal da FD, como não mais se identifica com eles, deslizando sua identificação para uma FD

²¹ Invariável não quer dizer eterna ou infalível, mas que há uma relação de dominância constante, oriunda do modo de (re)produção capitalista.

concorrente. Ou seja, o sujeito não se vê livre da ideologia ao se desidentificar (teoricamente deixaria de ser sujeito), mas se vê imediatamente assujeitado por outra FD. Na nossa situação moderna capitalista histórica, é a ciência, teoria e prática marxista-leninista que contesta os saberes científicos, teóricos e políticos da ideologia burguesa.

A desidentificação tem um funcionamento diferente do bom e do mau sujeito. Essa modalidade é inaugurada a partir de uma nova ciência, o marxismo-leninismo. É diferente do bom sujeito, pois a ideologia dominante possibilita caminhos de assujeitamento “espontâneo”, está sempre já-lá, ou seja, é sempre reconhecível; também se difere do mau sujeito, uma modalidade que pode ocorrer “naturalmente”²² (PÊCHEUX, 2014a). Já a terceira modalidade dá-se a partir da apropriação de conceitos marxistas e da prática política inaugurada pelos partidos comunistas. Seria diferente de uma simples recusa aos saberes capitalistas dominantes, mas a apreensão científica do funcionamento do modo de produção e os meios para transformá-lo. Segundo Pêcheux (2014a, p. 201 [grifos de autor]),

(...) se estamos sendo bem compreendidos, essa *desidentificação* é correlativa do fato, já mencionado, de que os conceitos científicos não possuem “um sentido” apreensível no funcionamento de uma formação discursiva, o que acarreta, ao mesmo tempo, o fato de que, enquanto conceitos, não há nenhuma ‘representação’ que lhes corresponda.

Assim, a desidentificação não é uma simples nova identificação, pois a apropriação dos conceitos científicos é diferente de um assujeitamento, já que falta aos conceitos uma representação que gerasse uma forma-sujeito. Paradoxalmente, uma desconstrução dos saberes dominantes não significa que o sujeito fica fora da ideologia, mas, junto à apreensão dos conceitos críticos, há uma identificação aos novos tipos de organizações, os partidos comunistas.

Indursky (2008), seguindo o caminho da retificação de Pêcheux (2014b), aponta que há sim um espaço de liberdade do sujeito. Analisando a modalidade de desidentificação, ela já aponta que ali há um espaço de liberdade, uma brecha de resistência²³. Assim como, antes da tomada de consciência do sujeito de que há uma troca de sistemas de saber, o inconsciente já está sendo interpelado a essa outra

²² Pêcheux (2014a, p. 209) traz como exemplo a “resistência espontânea” dos jovens ao ensino escolar, uma recusa, e um desconforto, ao período a que são submetidos dentro das instituições de ensino.

²³ Beck e Esteves (2012), seguindo as três modalidades de assujeitamento de Pêcheux (2014a), sugerem a resistência como presente na primeira modalidade, já que não há identificação plena; revolta na segunda modalidade, sendo que o sujeito se contraidentifica; e a revolução na terceira modalidade, a desidentificação.

forma (INDURSKY, 2008). A autora segue sua análise à luz de obras posteriores de Pêcheux, contribuindo ao que ela chamou de porosidade das FD, ou seja, há espaços de infiltração de outros saberes em uma FD.

Segundo Indursky (2008), concordando com a retificação de Pêcheux (2014b), o conceito e o funcionamento da forma-sujeito em *Semântica e Discurso* pressupõe uma FD homogênea, mas não fechada (se fosse o caso, só haveria uma modalidade). A identificação de um sujeito a uma FD é, então, um processo sempre suscetível ao deslize. Assim como a forma-sujeito derivada da interpelação ideológica, as FD podem sofrer modificações a partir de outras FD que irrompem nas suas fronteiras, que não são intransponíveis (INDURSKY, 2008). Por isso, fala-se em sentido estabilizado, pois as condições sócio-históricas e ideológicas atuam nessa estabilização, mas que, em última instância, não é fixo ou perene.

Vencidos esses apontamentos teóricos (mas não esgotados, pois serão retomados e aprofundados gradualmente na medida em que nossas análises assim demandarem), passaremos para a próxima etapa, a história. Para compreender os protestos enquanto parte da materialidade, precisamos realizar um movimento de tentar localizá-los na nossa formação social.

2.2 O enunciado-objeto “o gigante acordou”

Propomos analisar um único enunciado dentre os inúmeros que circularam em 2013. O enunciado-objeto, conforme propomos apresentar, é uma linearidade significativa com potencial de diversos desdobramentos. Fazemos tal designação pensando na potencialidade da verticalização da análise de um enunciado em relação a um acontecimento social, fazendo com que os gestos interpretativos abram diferentes significações não sinonímicas entre si a partir de um único ponto.

O enunciado-objeto “o gigante acordou” não é uma simples linearidade significativa, mas também a designação da FD que iremos configurar ao longo do trabalho. Assim, a relação dos sujeitos com o enunciado vai além da apreensão de elementos do interdiscurso para tal enunciação. É inaugurada uma forma-sujeito, delimitando como podem e devem ser os protestos, entre os símbolos (quais bandeiras e vestimentas são permitidas) e os dizeres (o que pode e deve ser dito).

A partir do enunciado, abrimos três caminhos de significações. Ele emerge como uma metáfora dos corpos nas ruas, mobilizando uma identificação imediata com

o massivo agrupamento de pessoas nos protestos; como um resgate dos símbolos nacionais, como o hino, mas os alterando e, por último, como um atravessamento pelos efeitos do neoliberalismo e da despolitização.

Seguindo um caminho semelhante a Pêcheux (2015), quando analisa o cântico futebolístico *on a gagné* cantado nas ruas da França em comemoração à vitória eleitoral de François Mitterrand, em 1981 (que ficaria no poder até 1995), estabelecemos diversas questões ao longo do trabalho, questionando a opacidade de um dizer aparentemente simples, mas que, paradoxalmente, se desdobra em diversos sentidos. Pêcheux (2015) elabora sobre o que é estrutura ou acontecimento na língua. Tendo como base esse enunciado, o autor questiona: quem ganhou?

(...) trata-se do “nós” dos militantes dos partidos de esquerda? Ou do “povo da França”? Ou daqueles que sempre apoiaram a perspectiva do Programa Comum? Ou daqueles que, não mais se reconhecendo na categorização parlamentar direita/esquerda, se sentem, no entanto, liberados subitamente pela partida de Giscard d’Estaing e de tudo o que ele representa? Ou daqueles que, “nunca tendo feito política”, estão surpresos e entusiasmados com a ideia de que enfim “vai mudar”? (PÊCHEUX, 2015, p. 24).

A articulação entre o enunciado vindo dos estádios e atravessando as ruas em uma vitória política na França nos parece semelhante ao nosso objeto. Faltava apenas um ano para o início da Copa do Mundo de 2014 e as ruas foram tomadas por multidões com dizeres opacos e ostentando símbolos nacionais. O enunciado “o gigante acordou” é gritado nas ruas no que parece uma realização e uma comemoração.

(...) o enunciado “On a gagné” [“Ganhamos”] é profundamente opaco: sua materialidade léxico-sintática (um pronome “indefinido” em posição de sujeito, a marca temporal-aspectual de realidade, o lexema verbal “gagner” [“ganhar”], a ausência de complementos) imerge esse enunciado em uma rede de relações associativas implícitas – paráfrases, implicações, comentários, alusões, etc – isto é, em uma série heterogênea de enunciados, funcionando sob diferentes registros discursivos, e com uma estabilidade lógica variável (PÊCHEUX, 2015, p. 23).

No enunciado “o gigante acordou” o verbo “acordar” é intransitivo, segundo a tradição gramatical. Isso significa que ele não precisa de complemento (não precisa de objeto direto nem de objeto indireto). Assim, não propomos uma reflexão direta entre duas estruturas sintáticas iguais, pois o verbo “ganhar” pode ser considerado transitivo direto (precisa de complemento objeto direto) ou, inclusive, bitransitivo (ganhar algo de alguém).

Pela construção sintática, podemos entender que ele simplesmente *acordou*. Isso, no entanto, parece ir na contramão de sentidos que entendam esse enunciado como uma ação em resposta a algo, como “algo o acordou”, ou seja, retirou-o do sono que o acometia, de uma oposição de inércia. Podemos ainda inferir um modo como ele acordou, por exemplo, “o gigante acordou *assustado*”, ou, ainda, uma sequência para essa ação, como “o gigante acordou, mas não se levantou”. No entanto, o “gigante” não nasce, ele já está lá, pois uma impossibilidade de paráfrase seria “o gigante nasceu/surgiu”; por isso iremos verificar se o acordar pode ser entendido como um acontecimento discursivo.

Também estabelecemos relação com a análise de Guilhaumou e Maldidier (2010) sobre o enunciado da Revolução Francesa *pão e liberdade*. Se, em Pêcheux (2015), acontecia uma comemoração, manifestada em um cântico futebolístico, da vitória eleitoral de Mitterand em 1981, dentro dos parâmetros legais da ordem burguesa, no trabalho de Guilhaumou e Maldidier (2010) temos o prenúncio de uma revolução. Os protestos pelo aumento do preço trigo desencadearam revoltas ligadas à questão de subsistência.

O problema da subsistência concentra grande parte das relações entre os grupos sociais subalternos, as elites e os poderes (o Estado monárquico, o Parlamento, as comunidades etc.), tendo um papel fundamental na formação da opinião pública. Esse problema mobiliza um vasto leque de arquivos: do grito do povo amotinado que chega até a justiça até o tratado de economia política, passando pela correspondência dos intendentés, a obra literária ou o debate da assembleia etc. (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 2010, p. 171).

No enunciado “o gigante acordou” não temos diretamente uma causa de subsistência, como no exemplo de Guilhaumou e Maldidier (2010). Por outro lado, a tarifa do transporte público impacta diretamente na subsistência dos estudantes e trabalhadores, especialmente se pensarmos nos que ganham um salário mínimo ou menos. Os enunciados, nessa primeira fase, circularam em torno dos “R\$0,20”, que era o valor do aumento das passagens. No trabalho de Guilhaumou e Maldidier (2010), vemos que o “pão” introduz a questão social da subsistência. Uma série de relações vão se tornando novos enunciados, coordenando “pão” e outros elementos, emergindo ao longo dos anos que circundam a Revolução Francesa de 1789.

Diversos trabalhos já trataram dos protestos de Junho de 2013, sendo essa uma das vantagens de estarmos resgatando o tema em 2021. Seleccionamos alguns trabalhos sobre Junho de 2013, sendo cada um composto por gestos de interpretação diferentes: Goulart (2015), Costa (2018) e Novaes (2019). Ressaltamos que não é

proposta desta dissertação a revisão sistemática do que já foi produzido sobre o tema, mas sim aproveitar gestos anteriores para situarmos nossa contribuição. Nesse sentido, recortaremos trechos das análises sobre o nosso enunciado.

Goulart (2015) propõe a análise de três enunciados dos protestos de Junho, sendo “o gigante acordou” um deles. Ele analisa o enunciado através de uma charge encontrada na *internet* que faz referência ao gigante de pedra que aparece na propaganda da empresa de bebida alcóolica Johnny Walker.

A análise leva em conta tanto a parte gráfico-imagética, que remete a um “gigante de pedra”, conforme o anúncio, quanto à ressonância dos dizeres da propaganda - O Gigante acordou - pelas vozes presentes nas manifestações em 2013, por meio de seus cartazes e gritos de ordem e que, inusitadamente, ganharam novos contornos, servindo como discurso de ordem dos manifestantes (GOULART, 2015, p. 92).

Não iremos reproduzir a charge, mas descrevê-la. Trata-se da imagem de um gigante se levantando, sendo sua pele ilustrada pela bandeira nacional do Brasil e 15 dizeres inscritos em seu corpo: *inflação, impunidade, superfaturamento, estradas, falta sistema saúde digno, mídia vendida, transporte público, justiça políticos condenados na ativa, salário professores médicos, impostos, violência urbana, corrupção, falta educação, altos salários políticos e mensaleiros julgados condenados e livres*. Fora do corpo, uma pequena pedra verde é apontada com o dizer *20 centavos*. Por último, abaixo da imagem consta *será que agora certas emissoras irão entender o motivo de irmos às ruas?*

Goulart (2015) entende o dizer abaixo da imagem como um contra-discurso em relação ao discurso da mídia hegemônica que não legitimava os protestos inicialmente. Também destaca a presença da bandeira nacional como símbolo de uma certa união. Entendendo o gigante como o próprio país constituído por aspectos negativos, o autor analisa os possíveis sentidos da *corrupção* na cabeça do gigante na imagem.

Em seguida, Goulart (2015, p. 97) traz os elementos do hino nacional: “(...) Gigante pela própria natureza, És belo, és forte, impávido colosso (...)” para, na sequência, mostrar o deslocamento metafórico de outro enunciado capturado pela foto de um cartaz das manifestações: “*Brasil alterou seu status de ‘deitado eternamente em berço esplêndido’ para ‘verás que um filho teu não foge à luta’*” (GOULART, 2015, p. 98 [grifos do autor]), estabelecendo uma relação com “o gigante acordou”, ou seja, “o gigante que dormia, acordou”.

Em geral, o autor destaca a relação com a corrupção através da charge, apontado como o principal problema de todos listados na imagem, pois estava na cabeça do gigante de pedra. Sobre a corrupção, acreditamos ser um tema secundário e seu excesso em dizeres a ser visto como sintoma da despolitização. Não vemos a possibilidade de um capitalismo idôneo (sem corrupção). Se legitimamos o que se opera dentro na lei - como despejos, exploração do trabalho para acúmulo privado, criminalização da pobreza, encarceramento em massa, mercantilização de direitos, entre outros -, a desigualdade e injustiça estrutural desse modo de produção fica oculta, e até naturalizada. Chama-nos mais a atenção as relações que o autor estabelece com os elementos do hino. Como trataremos no próximo capítulo, há uma sugestão de uma *nova brasilidade* no enunciado.

O trabalho de Costa (2018) tem outros desdobramentos do “gigante”. Começa com um comentário sobre a relação metafórica dele com o tamanho do território brasileiro. Em seguida, o que causou uma certa estranheza, do potencial de o Brasil ser um “império” devido a essa *grandeza* (COSTA, 2018, p. 40), pois o país de fato foi um império no século XIX e dificilmente extraímos conquistas sociais desse período, sendo constituído por uma ordem escravocrata.

Em seguida, o autor traz uma imagem de uma faixa da manifestação de 1964 na Marcha da Família com Deus pela Liberdade²⁴, onde constava o dizer “o gigante acordou”, mostrando os efeitos anticomunistas do enunciado. Realizando um gesto interpretativo, ele aponta o “gigante” de 1964 como uma metáfora que significaria a própria ditadura civil-militar no momento seguinte, ou seja, o discurso do enunciado teve efeitos de certa legitimação do regime reacionário de exceção através de uma relação com um ideal nacional anticomunista (COSTA, 2018).

Costa (2018, p. 42 [grifos do autor]) também retoma as peças publicitária da Fiat e da Johnny Walker, com os dizeres “vem pra rua”, de 2013, e “O gigante não está mais adormecido. *Keep Walking Brazil*”, de 2011, respectivamente. Tratam-se de atualizações, agora mercadológicas, dos elementos nacionais, conforme o autor “De fato, vender a ideologia garante a venda do produto. Não à toa existe intercâmbio entre o discurso publicitário e o discurso político”.

²⁴ Movimento de cerca de 300 mil pessoas que ocorreu nas vésperas do golpe de 1964 em São Paulo, onde setores do clero e entidades femininas conservadoras organizaram as manifestações com apoio de ruralistas e industriais em resposta às reformas pretendidas por João Goulart, como a reforma agrária (LOPES, 2013).

Na sequência, Costa (2018) aponta para a heterogeneidade dos protestos, pois muitos dos que neles compareciam tinham reivindicações outras que o aumento da passagem, sendo relativamente centralizadas na insatisfação com a esfera política. Ele designa o enunciado como um unificador incompleto dessas pautas gerais, em especial o combate à corrupção. Sobre a mídia, ele a trata apenas como divulgadora dos protestos (e do próprio enunciado).

Por último, o autor faz referências às obras *As viagens de Gulliver*, cuja história mostra um gigante que é aprisionado pelos habitantes locais até provar seu valor, e a história em quadrinhos *V de Vingança*, onde um justiceiro, utilizando uma máscara (símbolo este muito utilizado durante os protestos de rua), luta contra uma ordem distópica e ditatorial (COSTA, 2018).

Costa (2018) estabelece uma relação de continuidade de sentidos entre “o gigante acordou” e o movimento “vem pra rua”, ou seja, a apreensão de sentidos do primeiro enunciado só se completa quando é acompanhado pelo segundo, sendo este o momento em que o “gigante” “acorda”. O autor interpreta esse movimento como um chamado a uma mudança de comportamento social, ou seja, os manifestantes não tolerariam mais o descaso e a corrupção do meio político, ao mesmo tempo em que iam às ruas para demonstrar/lutar que tinham o direito de protestar. Novamente, temos um trabalho que dá grande destaque à esfera política e à corrupção, sem se adentrar nas causas materiais que antecedem tais crises.

Novaes (2019), sendo nosso terceiro trabalho, faz a sua análise através da comparação do enunciado “o gigante acordou” com “Vc acordou agora a periferia nunca dormiu”, escrito em um cartaz de uma das manifestações que aconteceram no Rio de Janeiro no dia 27 de Junho de 2013. A autora traz alguns sentidos por meio da sua interpretação, contrastando o “sujeito da periferia”, já aparentemente ciente dos problemas sociais e acostumado à luta cotidiana, com o “sujeito carnavalesco”, que estava surgia em um clima de descontração nas ruas.

A autora estabelece relações similares aos outros dois trabalhos, analisando elementos retirados do hino, como o próprio “gigante” e “deitado eternamente em berço esplêndido”, assim como as propagandas da Johnny Walker, já mencionada (NOVAES, 2019). Fora essas relações, a autora não retorna ao “gigante”, mas faz uma prospecção mais ampla de outros dizeres que circularam em 2013, incluindo espaços na *internet*.

Retomaremos algumas dessas interpretações já realizadas ao longo da nossa reflexão. Esperamos ter situado por onde andava o “gigante” nesses trabalhos. Há outras elaborações sobre Junho de 2013 que não trazem o nosso enunciado-objeto especificamente, porém, também nos serão úteis nos nossos gestos para entender a complexidade das manifestações daquele ano, pois a profundidade do enunciado não termina em si mesmo, mas se desdobra em diversas significações.

Propomos o enunciado-objeto “o gigante acordou” como efeito de uma tensão entre uma memória e uma atualidade. Temos, de um lado, o resgate de elementos do interdiscurso, como a forma-protesto (que elaboraremos mais adiante) e um certo nacionalismo por meio de linearidades retiradas do hino nacional. Por outro lado, temos uma *sugestão* de acontecimento discursivo, ou seja, uma “desestruturação-reestruturação” nas redes sociais e históricas dos sentidos (PÊCHEUX, 2015, p. 56), podendo ser entendida como a materialização na língua da explosão dos protestos, mas também como novos sentidos para esse nacionalismo resgatado, ao que entendemos, neoliberais.

O “gigante”, tomado metaforicamente pela imensidão de pessoas nas ruas, agitou uma aparente normalidade política e, até ser docilizado, foi objeto de grande preocupação da ordem dominante, como será desenvolvido a seguir. No entanto, já estamos adiantando o pressuposto de que o gigante teve um potencial revolucionário, o qual não se concretiza. Não aconteceu uma articulação que o estabilizasse a um símbolo dos oprimidos, como o “pão” da revolução francesa.

2.3 O gigante Münchhausen

A nossa proposta, que acreditamos ser inovadora, é de darmos uma atenção especial aos protestos. A forma pela qual reconhecemos um protesto de rua não se dá exclusivamente por faixas, mas, antes, pelas pessoas que portam essas faixas, ou seja, os corpos nas ruas. É esse uso do corpo que nos é caro, pois aparece como um espaço de resistência, em geral, dentro de uma coletividade.

Para chegarmos aos protestos, primeiro levantaremos outras manifestações brasileiras que antecederam Junho de 2013, fazendo parte do interdiscurso. Conforme também apontam Carmo (2014), Costa (2018) e Pimenta (2016), os protestos, a partir da nova república, foram precedidos pelo Diretas Já, na década de 1980, e o Fora

Collor, no início da década de 1990. Foram as duas grandes manifestações de rua realizadas no Brasil a partir do fim da ditadura civil-militar (1964-1985).

Esses dois protestos ocorreram em circunstâncias políticas específicas. O Diretas Já foi um amplo movimento em torno do voto direto para governador e presidente, tendo um peso simbólico importante na restauração da institucionalidade democrática, já que, desde 1964, nenhum civil havia assumido o cargo. O Fora Collor²⁵ foi uma série de protestos pela saída do primeiro presidente eleito diretamente desde o final da ditadura. Um desastroso governo neoliberal marcado por crises, especialmente a tentativa de controle da inflação através do congelamento de poupanças e contas correntes por 18 meses. O desgaste com a população foi irreversível, e, em 1992, teve como justificativa formal para abertura do processo de *impeachment* uma denúncia a partir de uma crise familiar que estourou na época²⁶.

O Brasil entrava na última década do século XX em um turbilhão de acontecimentos. Para complementarmos a visão sobre a nossa formação social²⁷, a década de 1990 foi a chegada definitiva do neoliberalismo no país. O governo Collor e, em seguida, o governo FHC assumiram a empreitada de privatizar o setor produtivo estatal, desmontando a siderurgia, as telecomunicações, a energia elétrica, o setor bancário, entre outros (ANTUNES, 2020).

Desde esses dois grandes protestos citados, apenas em 2013 veríamos um agrupamento de pessoas nas ruas de intensidade similar, em um intervalo considerável de duas décadas. Lembrando que protestos nunca deixaram de acontecer²⁸, mas, tendo em vista a intensidade e a midiaticização, esses três casos são emblemáticos.

Finalmente, chegando aos protestos de 2013, começaremos retomando a sequência de acontecimentos que antecederam à massificação dos protestos com um

²⁵ Interessante destacar que o próprio presidente pediu manifestações pela sua permanência no cargo, demandando aos seus apoiadores que saíssem às ruas usando roupas das cores da bandeira nacional, de verde e amarelo. A resposta dos manifestantes foi sair às ruas de preto (PIMENTA, 2016).

²⁶ Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrivendohistoria/destaque-de-materias/20-anos-do-impeachment>>. Acesso em 23 de fevereiro de 2021.

²⁷ Lembrando que cada país possui particularidades sobre sua formação social, como o Brasil, que foi estruturada em cima do trabalho escravo e da superexploração, mesmo que, em linhas gerais, os países capitalistas se constituam de formas compartilhadas, como a mercadoria, o valor, o Direito, etc. (MASCARO, 2018).

²⁸ Por exemplo, temos o trabalho de Nunes (2013) acerca de protestos urbanos que ocorreram alguns anos antes de 2013, como a Marcha da Maconha, a Marcha das Vadias e a Marcha da Liberdade. Esses movimentos compartilhavam uma forma de organização via das manifestações por meio da internet.

breve histórico. O momento era de véspera da Copa das Confederações de 2013 (faltando um ano para a Copa do Mundo de 2014). A prefeitura de São Paulo declarava um aumento da passagem de transporte público em R\$ 0,20. Em reação ao aumento, integrantes do Movimento Passe Livre (MPL) vão às ruas.

No momento inicial dos protestos, segundo Singer (2013) e Antunes (2020), ainda era um protesto com uma demanda bem definida: reduzir o preço das passagens do transporte público na capital paulista. Essas manifestações ocorreram nos dias 6, 10, 11 e 13 de Junho e eram organizadas pelas redes sociais (principalmente Facebook e Twitter). Em São Paulo, “os manifestantes percorriam e paralisavam grandes vias públicas por horas a fio, ao final havendo escaramuças com a polícia” (SINGER, 2013).

No terceiro dia de manifestações, dia 11 de Junho, houve um aumento da repressão policial, que já estava ocorrendo nos outros dias, sendo considerada por Singer (2013) uma “verdadeira batalha campal”, com muitas cenas televisionadas de destruição de patrimônio por alguns manifestantes e violência policial. No entanto, isso não desestimulou os manifestantes, que já organizavam o próximo ato. Nesse intervalo, o governador Alckmin anunciou que iria endurecer a repressão (mais do que já estava sendo feito) na próxima manifestação. Indursky (2016) aponta que, na mídia, os manifestantes foram genericamente nomeados de “vândalos”, o que ajudava a legitimar o uso de violência policial sobre eles.

A promessa do governador Alckmin foi cumprida. No dia 13 de Junho aconteceram os protestos e começou uma repressão violentíssima, com a polícia atacando manifestantes, jornalistas e transeuntes de maneira indiscriminada (SINGER, 2013). Esse episódio, amplamente divulgado nas redes e na mídia, foi um momento de inflexão nas manifestações. A partir do dia 13, as manifestações se expandiram pelo país, já não mais trazendo apenas os enunciados de reivindicação da diminuição da passagem do transporte público, mas uma série de enunciados difusos, apresentando diferentes demandas.

Segundo Singer (2013), as manifestações que ocorreram nos dias 17, 18, 19 e 20 de Junho trouxeram outras frações da sociedade para as ruas. Nesse momento, os protestos apareceram em diversas cidades pelo país. A mídia, que, até então, tratava os manifestantes como “vândalos”, agora revia essa designação²⁹,

²⁹ Disponível em: <https://www.brasil247.com/midia/jabor-que-atacou-manifestacoes-admite-que-errou>. Acesso em 4 de outubro de 2020, às 17:57.

descobrimo o potencial das manifestações para seus interesses (INDURSKY, 2016).
Nessa etapa,

Surge quase um cartaz por manifestante, o que leva a uma profusão de dizeres e pautas: "Copa do Mundo eu abro mão, quero dinheiro pra saúde e educação", "Queremos hospitais padrão Fifa", "O gigante acordou", "Ia ixcrever augu legal, maix fautô edukssão", "Não é mole, não. Tem dinheiro pra estádio e cadê a educação", "Era um país muito engraçado, não tinha escola, só tinha estádio", "Todos contra a corrupção", "Fora Dilma! Fora Cabral! PT = Pilantragem e traição", "Fora Alckmin", "Zé Dirceu, pode esperar, tua hora vai chegar", foram algumas das inúmeras frases vistas nas cartolinas (SINGER, 2013).

Nos dizeres, vemos que há referências à Copa do Mundo, evento que aconteceria no ano seguinte. Há demanda por "mais dinheiro" na educação e na saúde (criticando o alto custo dos eventos esportivos). Também há críticas ao governo petista e algumas faixas cobrando resposta à corrupção (sem especificar um caso específico).

Nas ruas, o enunciado "o gigante acordou" passa a ser visto em circulação a partir da massificação dos protestos e não durante os protestos iniciais pela redução da passagem. Dos 5 mil manifestantes iniciais nos primeiros dias de protesto, temos agora centenas de milhares por diversas cidades do país, com demandas difusas (SINGER, 2013).

É importante pontuar mais uma vez que as manifestações de Junho de 2013 são contraditórias. Parece-nos improdutivo caracterizá-las como de esquerda ou de direita, pois em nenhum caso teríamos FD homogêneas. Não poderíamos afirmar que o MPL, ao protestar pela revogação do aumento da passagem para não prejudicar estudantes e trabalhadores, estivesse identificado a uma posição conservadora e burguesa. Também não poderíamos afirmar que os manifestantes se identificavam com uma posição proletária ao agredir outros que carregavam bandeiras partidárias.

É interessante lembrar que tanto a prefeitura de São Paulo quanto a presidência da república estavam sob o governo do PT. Ironicamente, o partido compartilha essa indefinição sobre sua posição política. O PT se declara como esquerda e vem de uma história de luta sindical contra a ditadura civil-militar e a favor da promoção de políticas progressistas. Porém, enquanto esteve no poder, manteve a ordem neoliberal intacta, não representando, em nenhum momento, perigo à burguesia (MASCARO, 2018).

O protesto contraditório, acontecendo sob um partido contraditório, parece encontrar-se na confusão ideológica. Segundo Indursky (2016), a grande mídia, sendo

uma constante opositora do PT, ajudou a disputar os sentidos dos protestos como antipetistas, buscando ligar as reivindicações difusas a uma suposta insatisfação com o governo federal e municipal.

Voltando ao enunciado, se traçarmos um fio sobre “o gigante acordou”, o primeiro elemento que chama a atenção é o “gigante”. Este visto no hino brasileiro³⁰, na estrofe “Gigante pela própria natureza”, que, por sua vez, pode ser entendido como metáfora da grande extensão territorial brasileira, assim como de sua riqueza pelos recursos naturais (COSTA, 2018), conforme mostramos anteriormente. Já a construção do enunciado como tal, como aponta Costa (2018), é observada nos protestos reacionários de 1964, na Marcha da Família com Deus e pela Liberdade.

Esse histórico não significa que os sujeitos apreenderam sentidos do enunciado de 1964, mas há certos atravessamentos semelhantes. Também é interessante verificar o momento histórico em que o enunciado aparece na rede de formulações de protestos no Brasil, pois o antigo PTB e o PT jamais foram reconhecidos como partidos burgueses, e isso se mostrou inaceitável para as classes dominantes se pensarmos no golpe de 1964 e no de 2016.

Braga (2014) analisou os efeitos de sentido sobre a materialidade “Vem pra rua”, que circulou durante os protestos de Junho de 2013. O autor traz a referência da propaganda da Fiat lançada em maio de 2013, como também aparece em alguns dos trabalhos que já citamos, que buscava mobilizar as pessoas a ocuparem as ruas, “a maior arquibancada do Brasil”, em comemoração aos jogos da Copa das Confederações, que começariam em breve.

O uso do enunciado pelos manifestantes desliza do sentido da propaganda, que seria de festa, para uma chamada às ruas em um intuito reivindicatório. Foi um enunciado tão simbólico que um Sítio na *internet* foi inaugurado sob o nome de www.vempraru.org, com informações sobre a agenda e local dos protestos de Junho (BRAGA, 2014). Essa análise se faz importante ao nosso gesto, pois o efeito da propaganda se desloca, fomentando a presença de mais pessoas às manifestações. Neste ponto, concordamos com Costa (2018) ao mostrar uma certa complementariedade entre “o gigante acordou” e “vem pra rua”, não como se o primeiro fosse incompleto (como um *nonsense*), mas que, para ele surgir, antes precisaríamos de um grande volume de pessoas nas ruas.

³⁰ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/hino.htm>. Acesso em 23 de fevereiro de 2021.

Seguindo na linha dos apontamentos que fizemos até então, a memória discursiva do “gigante”, a partir dos casos acima apontados, e a memória dos protestos, onde, mais recentemente, tivemos o Diretas Já e o Fora Collor (em comparativo de volume de pessoas nas ruas), temos a materialização dos protestos massificados, já não mais vinculados a uma demanda de subsistência, mas de enunciados difusos como “o gigante acordou”.

O protesto se divide em dois momentos (se é que não falamos de protestos diferentes). No primeiro momento do protesto, há revolta quanto ao aumento da passagem. Apesar da demanda não ir além, pedindo talvez a gratuidade do transporte, melhores veículos ou mais linhas e horários de circulação, é uma reivindicação dentro da disputa de classes, pois quem é prejudicado quando o valor da passagem aumenta é a classe trabalhadora, ou seja, quem utiliza o transporte público. Reiterando, o transporte afeta as condições de subsistência dos trabalhadores.

Como contextualizamos, a demanda inicial pela revogação do aumento da passagem na capital paulista é engolida pela expansão desorganizada dos protestos em mais de 100 cidades no país. Conforme apontam Indursky (2016) e Novaes (2019), a mídia hegemônica articulou sentidos pejorativos às manifestações enquanto estavam na etapa inicial. No entanto, quando os protestos se dispersam, novos sentidos passam a ser atribuídos a eles.

Do movimento inicial de revolta quanto ao aumento da passagem ao momento de difusão de dizeres há mudança nas posições-sujeito ali presentes. Se o primeiro é um movimento, a partir do interdiscurso, de revolta, o segundo seria uma revolta a quê? Ou, ainda: poderíamos configurar as difusas manifestações como resistência, revolta ou revolução (se pensarmos nas modalidades de assujeitamento)?

No nosso primeiro gesto de interpretação, o enunciado “o gigante acordou” aparece como uma metáfora do protesto que se desloca da demanda inicial ligada ao transporte público para a massificação difusa. É nesse momento que o *gigante protesto* se materializa. Uma materialidade que se significa duplamente: o enunciado ao mesmo tempo *dá sentido* ao grande volume de pessoas nas ruas (cria uma designação para essa massa) e o grande público se identifica com a nomeação. Assim, centenas de milhares de corpos nas ruas pelo Brasil declaram que o “gigante acordou” ao mesmo tempo em que os manifestantes *são* o “gigante”, em um efeito de significação simultânea.

Os sujeitos manifestantes, nessa interpretação, estão juntos nas ruas, identificados a um opaco “gigante”, ou, ainda, estão simbolizando o seu despertar. Por isso, designamos a primeira etapa como o *gigante Münchhausen*, pois ele *se puxa pelos próprios cabelos* para se materializar e se significar, ou melhor, os sujeito-manifestantes puxam o gigante pelos cabelos e se significam a partir do próprio movimento às ruas.

Por consequência, há diversos pontos de deriva sobre o nosso enunciado-objeto, mas trazemos essa primeira interpretação como pré-requisito *físico* para o gigante ser enunciado e, a partir dele, originado um símbolo de identificação. Nesse sentido, não limitamos a significação do enunciado como pertencente ao hino ou a características do país (extensão, recursos naturais, entre outros), mas primeiramente aos próprios corpos que enchem as ruas.

Poderíamos dizer, nas modalidades de Pêcheux (2014a), pegando para o exemplo uma possível FD jurídica-burguesa, que um manifestante, seja conservador ou de esquerda, ainda ocupa a posição de bom sujeito sob o enunciado³¹. Ele está identificado à coletividade simbolizada pelo “gigante”. Poderíamos transformar essa opacidade em *nós temos o direito de protestar!* Se tomarmos a Constituição brasileira de 1988, no artigo 5, inciso XVI, temos:

todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente³².

Compreendendo a Constituição como parte da FD jurídico-burguesa, vemos que é permitido realizar protestos obedecendo às restrições e determinações. O mau sujeito poderia fazer uso de violência, modificar o percurso ou não notificar as autoridades sobre o evento, por exemplo. Por outro lado, o sujeito desidentificado poderia ocupar prédios oficiais, pegar em armas e tensionar ao máximo essa possível FD jurídica-burguesa para que haja identificação com sua posição ideológica. Desta vez, sim, buscando subverter a ordem.

Essas posições estavam em disputa em 2013 e constituem uma tensão entre as duas primeiras modalidades de Pêcheux (2014a). A grande mídia trazia sentidos

³¹ Pode-se argumentar que a própria existência de um protesto acarreta que a modalidade vigente é de mau sujeito, pois há a rejeição a algo. No entanto, nesta etapa do trabalho, ainda não podemos definir a quem eles estão protestando, o que será respondido nas seções seguintes.

³² Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 3 de março de 2021.

pejorativos aos manifestantes, chamando-os de “vândalos” e “desordeiros”, até o momento em que a participação popular aumentou drasticamente e de maneira difusa. A partir de então, os protestos foram legitimados pela mídia, mas desde que obedecessem a algumas regras (o que pode e deve ser feito em um protesto), como respeitar trajetos, não se envolver em conflito com a polícia, não interromper vias não combinadas etc.

Essa tensão também se deu na disputa sobre a utilização de bandeiras partidárias, resultando em conflitos (NOVAES, 2019). É possível interpretar que, por uma FD midiática hegemônica, há certas demandas possíveis (o que pode e deve ser dito), pois houve deslocamento sobre os sentidos das manifestações. Começaram como desprezíveis e inconsequentes e terminaram como desejáveis e importantes para o país.

Entretanto, no nosso gesto inicial, não há reivindicação a partir do enunciado “o gigante acordou”, mas sim um autorreconhecimento entre o dizer e os protestos. O “gigante” do enunciado é, no nosso primeiro gesto analítico, uma metáfora da quantidade de pessoas nas ruas (ao mesmo tempo em que é paráfrase do próprio tamanho do país). O efeito de sentido também é constituído de movimento, pois algo “acordou” o gigante.

Em uma análise morfossintática, temos um período simples com sujeito simples, “o gigante”, e um verbo no pretérito perfeito, ou seja, um verbo que refere um ato já realizado no passado com o verbo intransitivo “acordou”. O enunciado aparece como oposição à letargia ou sono profundo em que se encontrava a população brasileira, talvez pelo intervalo de 20 anos desde as últimas manifestações em massa.

Para “acordar”, o “gigante” necessariamente precisaria estar dormindo, desatento ou submisso. No entanto, algo o impedia de ser “acordado” ou estar “alerta”, como se a figura colossal estivesse sob um manto de mentiras (e assim as pessoas nas suas casas e não nas ruas).

Entretanto, trata-se de um “acordar” em meio a causas indefinidas e opacas. Žižek (2013), ao tratar sobre protestos que aconteceram na França no início dos anos 2010 sem causas definidas (que ele chama de “ressentimento inarticulado”), diz que foi a partir da ação policial que, ao tentar reprimir os manifestantes, aumentou exponencialmente a participação popular nos atos. No caso francês, os manifestantes reagiram mais (em número de pessoas e em intensidade) em resposta à repressão

imediate do que por um ato centrado em pautas organizadas. Junho de 2013 parece se aproximar desse sentido pela aparente espontaneidade da massificação.

Seria difícil defender que a massificação dos protestos se deu pelo aumento da tarifa do transporte público paulistano, pois apenas depois de vários dias de protesto houve um aumento exponencial do número de participantes, justamente após atos cada vez mais repressivos da polícia paulistana. Aqui se faz importante observar a ausência de demanda sobre a diminuição das tarifas nessa segunda fase. Os enunciados sobre as tarifas foram engolidos por outros, como “o gigante acordou” e outros vários sobre a Copa, saúde e educação de maneira genérica.

Como desenvolvemos ao longo deste capítulo, nosso primeiro gesto de interpretação partindo do enunciado “o gigante acordou” nos leva à realização dos protestos como um “auto-acontecimento”, ou seja, o “gigante” que se puxa pelos cabelos (o “gigante” Munchhausen) ao se significar na medida em que os protestos são massificados, metaforizando a intensidade de corpos nas ruas. Especificamente na atual fase do capitalismo, o neoliberalismo, a despolitização é regra, conforme diversos autores apontam, como Žižek (2013), Dunker (2015), Mascaro (2018) e Fernandes (2019). O gesto sobre os efeitos do neoliberalismo no enunciado é realizado no último capítulo.

O gigante, então, seria quase um ato “espontâneo”, quando a participação nos protestos aumenta exponencialmente de menos de 10 mil pessoas para até milhões pelo país todo. Sem uma definição prévia de pautas, esse segundo momento, como um “ressentimento inarticulado” (ŽIŽEK, 2013), ocorre em resposta à repressão aos atos em São Paulo, mostrando um apelo ao direito de protestar, ao contrário do início dos protestos com o MPL e as tarifas do transporte público.

Em seguida iremos para o segundo gesto de interpretação: a gigante nação, ou o gigante como nação.

3 O gigante em berço esplêndido

No capítulo anterior, nosso primeiro gesto de análise da formulação “o gigante acordou”, em seu enunciado autodeclaratório, significou a explosão dos protestos, simbolizados pelo acordar do “gigante”. No entanto, essa análise ainda é insuficiente para apreendermos outros sentidos da materialidade. A coletividade sob um símbolo dá a forma de uma certa homogeneidade dos manifestantes, mesmo que as demandas sejam difusas. O “gigante” funciona como um *guarda-chuva de sentidos*, um lugar que permite a identificação a diversos sentidos sob um único referente simbólico. É justamente sua opacidade que permite esse fechamento em si, ao mesmo tempo em que o enunciado é atravessado por outras significações que não se apresentam imediatamente.

Nosso trabalho, a partir de agora, passa a ser “furar” esse *guarda-chuva* e quebrar a suposta homogeneidade do enunciado, abrindo outros caminhos de significação. Poderíamos pensar na exploração recalcada do atual modo de produção, mas que de uma certa maneira aparece inicialmente nos protestos. Se pensarmos na primeira fase, onde a redução da tarifa era central, podemos identificar uma posição de reivindicação dos trabalhadores e estudantes, afinal são eles os que dependem do transporte público para se deslocarem. No entanto, quando um interesse de classe emerge nos enunciados (como a redução da tarifa) o *guarda-chuva* não pode ser formado, pois interrompe o imaginário de homogeneidade social. A questão da tarifa, assim, não consegue funcionar da mesma maneira que o “gigante”, não comportando a massa difusa nas ruas.

Não podemos nos esquecer que era véspera de Copa do Mundo, pois qual melhor situação do que os jogos da seleção brasileira de futebol (a *paixão nacional*) para *unir* praticamente todos os brasileiros?

O nacionalismo atravessa o torcedor, recalçando a constituição desigual das classes sociais. Lembrando que sempre há resistência e contradição no processo de interpelação/identificação (PÊCHEUX, 2014b)³³.

A opacidade do dizer e a difusão de dizeres heterogêneos e contraditórios que o acompanham nas manifestações nos exigem construções de paráfrases e lugares de interdição desse dizer. “O gigante acordou” por vezes apareceu nos cartazes como “o povo acordou”, ou “o Brasil acordou”, fazendo uma relação de paráfrase entre “gigante”, “povo” e “Brasil”.

No nosso segundo gesto, antes de chegarmos no terceiro e último, o “gigante” atravessado pelo neoliberalismo (“o neoliberalismo acordou”), temos o “gigante” como nação, ou seja, “a nação brasileira acordou”. Com o “gigante” do Estado-Nação, buscamos entender o formalismo burocrático da forma-estatal em conjunto com o espaço simbólico do nacionalismo. Também julgamos ser importante destacar como se dá a formação do direito no atual modo de produção, não só em vista da relação tensa dos protestos com o aparelho repressivo, mas, em razão da natureza do direito como um todo, pois o caráter exploratório do trabalho não muda com a *invenção* do direito.

Dentro desse contexto, consideramos indispensável pensar na significação histórica dos corpos nas ruas que são reconhecidos como protestos, formando o que chamaremos de forma-protesto ou corpo-protesto, que também, de forma isolada, não nos dão matéria-prima para um gesto analítico, mas se entendidos em conjunto com a materialidade linguística, abre-se um novo caminho de entendimento.

Assim, neste capítulo, buscaremos trabalhar a opacidade do nacionalismo (possível de apreender do enunciado), pois, se o “gigante” for entendido como Brasil ou nação, é necessário fazer algumas considerações sobre o que pode significar ser brasileiro e quem está contemplado por essa categoria. O que podemos apreender da identificação com o Estado-Nação brasileiro em 1964 e 2013, ocasiões em que o “gigante” foi enunciado, como aponta Costa (2018)? Ou seja, o que pode e deve ser a nação brasileira em cada um dos contextos?

³³ “(...) não há ritual sem falhas” segundo Pêcheux (2014b). Realizando uma retificação a partir da psicanálise freudiana e lacaniana, o autor ressalta que o processo de identificação nunca é absoluto, o que também vale para a desidentificação, pois o inconsciente é caótico. O sentido uma vez apreendido não é simplesmente apagado, pois há efeitos da falha da identificação, como o lapso e o ato falho.

Começaremos o capítulo fazendo alguns apontamentos sobre a constituição da nação (em conjunto com o Estado), que estão sendo significados nesse complexo jogo de retomada do “gigante” como hino e como nação na possível paráfrase “o Brasil acordou”.

3.1 Breve ensaio sobre a constituição dos Estados-Nação

Vivemos sob a *evidência* de sermos brasileiros. Mas, o que constitui um país? Como se deu historicamente essa construção simbólica que permite a identificação de milhões de pessoas sob aspectos comuns? A configuração de países como os conhecemos é relativamente nova. Isso não significa que as civilizações foram inauguradas com o advento do Estado-Nação. A organização social e as subjetividades são produto dos modos de produção e foram *unificadas* sob diferentes símbolos ao longo da história.

Em sociedades escravagistas e feudais, nas quais os poderes dos senhores e reis eram legitimados por conta da vontade de um Deus, as narrativas políticas tinham como limite a reiteração da crença na delegação divina de poderes ao soberano e aos dominadores. (...) Com tais bases teóricas legitimavam-se os aparatos políticos, ao serem tratados ou como elementos da vontade oculta de Deus ou cancelados com os mantos da “ordem”, do “bem comum”, da “vontade de todos” (MASCARO, 2013, p. 9).

A partir de estudos antropológicos, abriram-se caminhos para interpretações de como se organizavam sociedades anteriores. Por exemplo, Freud (2013) entre os anos 1912-1913, ao escrever *Totem e Tabu*, dedica-se a entender como funcionam certas proibições e restrições sociais que parecem se repetir em inúmeras civilizações em diferentes tempos. Em uma relação dialética, o tabu surge com o totem. O totemismo ainda existe na Modernidade, mas como resíduo histórico, influenciando alguns traços das religiões e costumes.

O totem seria um ancestral comum de um clã, normalmente simbolizado por um animal e, mais raramente, por uma planta ou força da natureza (FREUD, 2013). Quando simbolizado por um animal, não significava um em específico, mas todos aqueles da mesma espécie. O animal, então, era protegido pelo clã, não podendo ser morto nem para a alimentação do grupo, salvo alguns rituais especiais (FREUD, 2013).

Já o tabu possui uma certa dualidade sagrado/impuro, resultando em punições caso a restrição/proibição, mesmo que acidentalmente, seja violada (FREUD, 2013).

O tabu pode ser resultado do *mana*, tomado como um *poder misterioso* inerente ou deslocado a algo ou alguém. Chefes e sacerdotes são portadores de tabus permanentes, ou seja, possuem grande quantidade de *mana*, podendo ser passada através de rituais a pessoas que ocuparão essas posições, fazendo com que as pessoas *comuns* não pudessem tocá-los, dirigir-lhes a palavra ou tocar em seus objetos e pertences (FREUD, 2013).

O tabu de um rei é forte demais para seu súdito, porque a diferença social entre eles é muito grande. Mas um ministro pode ser o inofensivo intermediário entre os dois. Isto significa, transposto da linguagem do tabu para a da psicologia normal: o súdito, que teme a formidável tentação do contato com o rei, pode suportar o trato com o funcionário que não precisa invejar tanto, e cuja posição talvez venha a alcançar. Já o ministro pode atenuar sua inveja do rei pela consideração do poder que ele próprio exerce. Assim, diferenças pequenas na força mágica que induz à tentação são de temer menos do que as especialmente grandes (FREUD, 2013, p. 28).

Podemos inferir que essas características ajudaram a preservar certas estruturas de poder ao longo dos séculos. Isso vai persistir, de certa maneira, nas monarquias europeias e nas religiões e, mais indiretamente, nos regimes da Modernidade. Essas restrições/proibições são muito antigas, remontando aos homens primitivos, iniciadas violentamente e posteriormente reproduzidas através das autoridades dos pais e da sociedade. Mas o que explica sua longa história não é somente o caráter restritivo. Os desejos inconscientes de fazer o proibido explicam a persistência de certas restrições/proibições (FREUD, 2013).

O tabu não necessariamente precisa ser sobre uma pessoa, mas também uma coisa, palavra, lugar ou costume e é constituído pela dualidade sagrado/impuro. Freud (2013) defende que o tabu tem um caráter deslocável, sendo que mais tarde vai constituir as leis e terá um funcionamento similar ao dos neuróticos obsessivos, pois não se trata especificamente de uma coibição externa, mas da internalização da restrição/proibição, da certeza do sujeito que, se quebrar tal lei, algo catastrófico inevitavelmente acontecerá. No entanto, o tabu, e seu conseqüente temor, não elimina o desejo de fazer o que é proibido, causando uma ambivalência. O que o sujeito mais quer fazer, em seu inconsciente, é infringir tais normas, e, caso chegue a isso, imediatamente é acometido por um sentimento de culpa (FREUD, 2013).

Ao longo do livro, Freud (2013) compara casos clínicos de crianças que eram acometidas por um medo terrível (e ao mesmo tempo uma adoração) de certos animais. Somando-se esses casos aos estudos antropológicos sobre totemismo e tabu, o autor concluiu que havia uma relação inconsciente com o pai. Segundo Freud

(2013), o animal totêmico seria uma representação do pai, pois há confluência entre a ambivalência (temor e admiração) do totem e o complexo paterno das crianças.

Freud (2013) lança a hipótese de uma origem dessas ambivalências. Na disputa de uma sociedade primeva, um pai, violento e ciumento, expulsa os filhos crescidos e fica para si com as mulheres da tribo. O autor não pôde observar essa hipótese, localizando apenas *bandos de machos*, mais ou menos com os mesmos *direitos*, mas que obedecem conjuntamente às mesmas regras de um sistema totêmico. Segundo Freud (2013, p. 147-148),

Recorrendo à cerimônia da refeição totêmica, podemos dar uma resposta. Certo dia, os irmãos expulsos se juntaram, abateram e devoraram o pai, assim terminando com a horda primeva. Unidos, ousaram fazer o que não seria possível individualmente. (Talvez um avanço cultural, o manejo de uma nova arma, tenha lhes dado um sentimento de superioridade.) O fato de haverem também devorado o morto não surpreende, tratando-se de canibais. Sem dúvida, o violento pai primevo era o modelo temido e invejado de cada um dos irmãos. No ato de devorá-lo eles realizavam a identificação com ele, e cada um apropriava-se de parte de sua força. A refeição totêmica, talvez a primeira festa da humanidade, seria a repetição e a celebração desse ato memorável e criminoso, com o qual teve início tanta coisa: as organizações sociais, as restrições morais, a religião.

Essa hipótese nasce dos estudos antropológicos em conjunto das consequências psíquicas que Freud (2013) localiza nos neuróticos. Uma relação de admiração/temor pelo pai violento, o ser que recebe uma carga de importância desproporcional sobre os filhos, pois tem poder sobre a vida deles. Ao mesmo tempo há uma relação de ódio e de competitividade com o pai, abrindo um caminho para a fraternidade entre os irmãos para, conjuntamente, derrotarem-no. E, se assim o fizerem, serão acometidos por um sentimento de culpa, gerando uma obediência a *posteriori* à figura paterna, assim institucionalizando o papel do pai que fora derrotado e devorado, pelo que o autor vai denominar “complexo de Édipo” (FREUD, 2013).

Ironicamente, a derrota do pai não significa uma derrota de sua lei, mas a preservação conjunta dela, elevando o pai a uma entidade abstrata que segue regendo e ordenando os costumes e leis, sendo apontado por Freud (2013) a origem de deus, entidade muitas vezes nominalizada literalmente como *pai*, tendo sua origem em algum momento histórico, impossível de ser localizado. No cristianismo, por exemplo, há o ritual de comer o *corpo* do pai através da hóstia e beber seu sangue através do vinho, revivendo esse momento fundador (FREUD, 2013).

Os sentimentos sociais de fraternidade, em que se baseia a grande subversão, passam a manter por longos períodos uma enorme influência sobre o desenvolvimento da sociedade. Manifestam-se na sacralização do

sangue comum, na ênfase na solidariedade de todas as vidas do mesmo clã. Assegurando a vida uns aos outros, os irmãos afirmam que nenhum deles pode ser tratado por outro como o pai foi tratado por todos em conjunto. Eles excluem uma repetição do destino do pai. A proibição de matar o totem, de fundamento religioso, junta-se a proibição de matar um irmão, de fundamento social. Ainda passará muito tempo até que o mandamento deixe de ser limitado aos membros do clã e adote a simples forma que diz: “Não matarás”. Inicialmente a horda paterna é substituída pelo clã fraterno, garantido pelo laço de sangue. A sociedade repousa então na culpa comum pelo crime cometido; a religião, na consciência de culpa e no arrependimento por ele; e a moralidade, em parte nas exigências dessa sociedade e em parte nas penitências requeridas pela consciência de culpa (FREUD, 2013, p. 152).

Trouxemos esse resgate freudiano, pois nos ajuda a entender um pouco do simbolismo que é unificado na forma do Estado-Nação e dos protestos, pois, ao mesmo tempo em que observamos a fraternidade, temos a subversão. Ou seja, a ambivalência do sujeito com a sociedade, entre a preservação da lei (atravessada pela culpa) e a rebeldia. Em 1930, Freud (2010) escreve o texto *Mal-estar na civilização*, de certa forma aprofundando essas definições em *Totem e Tabu*, introduzindo a designação de *angústia* do sujeito perante a civilização. O autor mostra a relação da *evolução* cultural da massa e do indivíduo, sendo inseparáveis um do outro. Inclusive, as manifestações do Super-eu³⁴ são mais facilmente observáveis na comunidade que no indivíduo.

Podemos entender que a modernidade e a urbanização elevaram as exigências da lei entre os humanos, sendo esses requisitos denominados “ética” (FREUD, 2010). A busca incessante por uma sociedade “ética” é sintomática para Freud (2010), pois representa um grande esforço para cumprir os mandamentos sociais em detrimento dos desejos instintuais. Por isso, o autor traz duas objeções ao Super-eu ser uma instância individual. Em primeiro lugar, porque essas proibições dizem pouco respeito à felicidade do Eu (há um esforço muito maior em reprimir os desejos do que em realizá-los), fazendo com que seja comum na prática clínica o combate a essas exigências, para que sejam diminuídas. Em segundo lugar, as *ordens* do Super-eu não se preocupam com a possibilidade de realizá-las: “Supõe, isto sim, que para o Eu do ser humano é possível, psicologicamente, tudo aquilo de que o incumbem, que o

³⁴ Quanto ao funcionamento do Super-eu, Freud diz “A agressividade é introjetada, internalizada, mas é propriamente mandada de volta para o lugar de onde veio, ou seja, é dirigida contra o próprio Eu. Lá é acolhida por uma parte do Eu que se contrapõe ao resto como Super-eu, e que, como “consciência”, dispõe-se a exercer contra o Eu a mesma severa agressividade que o Eu gostaria de satisfazer em outros indivíduos. À tensão entre o rigoroso Super-eu e o Eu a ele submetido chamamos consciência de culpa; ela se manifesta como necessidade de punição. A civilização controla então o perigoso prazer em agredir que tem o indivíduo, ao enfraquecê-lo, desarmá-lo e fazer com que seja vigiado por uma instância no seu interior, como por uma guarnição numa cidade conquistada” (FREUD, 2010, p. 59).

Eu tem domínio irrestrito sobre o seu Id” (FREUD, 2010, p. 76), acarretando em rebelião ou neurose, ou o tornando infeliz.

Freud (2010) aponta, então, a tensão da internalização da lei social no indivíduo, fazendo com que, quanto mais forte a lei, mais forte é o impulso por quebrá-la. No entanto, há também uma certa satisfação em seguir tais normas, por um certo desejo de aceitação e amor por ela. Assim, forma-se uma relação tensa com a *ordem*, em grande medida inconsciente, onde o sujeito internaliza as proibições sociais e recalca seus desejos instintuais (FREUD, 2010).

Faremos a passagem para questões mais políticas, mas buscando levar em conta esses aspectos psíquicos que de antemão já mostram um sujeito dividido, relativamente inadequado dentro da própria sociedade onde é subjetivado e habita.

Mascaro (2013) fez uma importante reflexão sobre o funcionamento e origem do Estado moderno, fugindo de leituras idealistas juspositivistas, como denomina o próprio autor. Partindo de um viés materialista, o Estado não surge para depois o capitalismo passar a habitar e estruturar suas instituições e ditar seu funcionamento, assim como o direito não surge antes do capitalismo como conjunto abstrato de leis.

O pensamento político moderno – ainda que não mais teológico em alguns casos – era, no entanto, arraigadamente idealista no sentido de explicar a vida política com base em elementos metafísicos, fundando sua compreensão da política na noção de legitimidade racional do poder, em favor da manutenção da ordem existente ou das classes proeminentes, como no caso das teorias do contrato social (MASCARO, 2013, p. 9).

Segundo o autor, o Estado não é dispensável ao capitalismo, tampouco um efeito colatório da racionalidade e acordos sociais, supostamente controlável por meio das suas instituições baseadas na razão, mas “(...) um aparato necessário à reprodução capitalista, assegurando a troca das mercadorias e a própria exploração da força de trabalho sob a forma assalariada” (MASCARO, 2013, p. 18). Tal crítica é originalmente feita por Marx (2010) em resposta às acepções idealistas do Estado feitas por Hegel, como se tal estrutura comportasse uma razão intrínseca e um sentido em si mesmo.

É na transição para a Modernidade, processo que durou séculos, que vão se formando os Estados-Nação a partir do reconhecimento recíproco de territórios e soberania, por meio de inúmeras disputas, guerras e acordos (MASCARO, 2013). A configuração de Estados-Nação é originária da Europa, por ter sido lugar de acumulação primitiva de capital pelos processos de colonização. São as potências do

velho continente que realizam os processos de espoliação e escravização, característicos da colonização, de outros povos que se estendem até a segunda metade do século XX (MASCARO, 2013).

O desenvolvimento do capitalismo, e conseqüente surgimento do Estado, significa a passagem da vida comunitária para a estatura individual do sujeito por meio do surgimento da forma sujeito de direito, onde seu trabalho passa a ser mercadoria e ele *atua* comercializando sua mão-de-obra e seus bens (MASCARO, 2013).

A consagração do sujeito de direito da Modernidade se dá a partir do surgimento da estrutura estatal. O domínio de uma classe sobre outra, que em formações anteriores era direto, agora tem um intermediário (o Estado), garantindo a circulação mercantil, a propriedade privada e os vínculos jurídicos de exploração (MASCARO, 2013).

Lembrando que a instituição do capitalismo não significou, de forma alguma, que a classe trabalhadora foi presenteada com uma lista de direitos, como o voto universal, restrições nas jornadas de trabalho, férias etc., pois, se falamos em sujeito de direito, falamos, no limite, do direito da propriedade privada e a forma de trabalho assalariada, ou seja, uma formação social sob a forma-mercadoria (MASCARO, 2013). Podemos até sugerir duas designações para tratar sobre momentos históricos no capitalismo em que há proteção ao trabalho e outros em que não há: *exploração* e *superexploração*, mas ambos operam dentro do mesmo modo de produção³⁵.

A estrutura desigual do sistema capitalista, onde a regra é a exploração, garante que as demandas materiais da classe trabalhadora serão eternas, pois a lógica de funcionamento depende dos interesses do capital de acumulação e não do bem-estar geral (MASCARO, 2013). Esse funcionamento se repete na relação entre Estados no cenário internacional. Atualmente, praticamente tendo sido vencido o controle direto de países imperialistas, tendo algumas exceções, há também uma igualdade formal de caráter jurídico, que de maneira nenhuma reflete igualdade material nas relações internacionais (MASCARO, 2013).

Segundo Mascaró (2013), vindo da tradição leninista, o imperialismo não foi uma fase vencida do capitalismo, mas uma constante³⁶. A maior parte do mundo, das

³⁵ Não são as medidas de proteção ao trabalho que irão definir o modo de produção e suas relações sociais. No último capítulo retornaremos a essa diferença proposta entre *exploração* e *superexploração*.

³⁶ As guerras imperialistas na Ásia e na África que iniciam ainda no fim do século XX e se estendem até o século XXI, como Afeganistão, Iraque, Síria, Líbia e o cerco ao Irã e à Rússia, são demonstrações da dinâmica capitalista entre os Estados Unidos (protagonistas e organizadores do capitalismo mundial

Américas, até a Ásia e África foram colônias europeias (o que resultou em duas guerras mundiais entre os países europeus que disputavam esse cenário colonial). No entanto, o fim dessa configuração colonial de dominação direta não significou o fim do imperialismo. A suposta igualdade formal entre os países é atravessada por relações de dependência e por interesses e disputas entre frações das burguesias nacionais e internacionais.

Apesar de não ser o foco do nosso trabalho, há uma grande influência externa por parte dos Estados Unidos que resulta em importantes episódios da política nacional, como talvez o exemplo mais marcante da década, a Operação Lava-Jato, conforme mencionamos na introdução. No entanto, a intervenção externa através da ofensiva jurídica não teria sido bem-sucedida no golpe de 2016 se não houvesse a naturalização ideológica do direito e a colaboração de instâncias nacionais. Mascaro (2018) argumenta que o direito não é marginal no funcionamento capitalista, mas elemento próprio da constituição ideológica dos sujeitos³⁷.

No início dos anos 2000, tivemos o famoso discurso da Guerra ao Terror³⁸ de Bush Jr. durante a Invasão do Iraque. Decorrente disso, observamos inúmeros casos de tortura e execuções sem nenhum processo legal nessa invasão e em outras guerras que se espalharam na região (ŽIŽEK, 2013). Se designarmos uma possível FD imperialista, que agruparia um conjunto de saberes a partir da posição hegemônica dos EUA no cenário internacional, perceberemos que podemos eleger alguns saberes dessa FD como “tudo está liberado se é contra nossos inimigos (o *eixo do mal*)”, “se não estão conosco, estão contra nós” ou “às vezes o bem precisa sujar as mãos para vencer o mal”.

O Brasil foi uma das várias colônias europeias, sendo configurado em conjunto com os territórios vizinhos na divisão territorial entre Portugal e Espanha, sob regimes de exploração, extermínio e escravização dos povos originários. Fomos *ganhar* nossa

após a Segunda Guerra Mundial) e os países de regiões e/ou recursos estratégicos importantes para a dinâmica mercantil e fornecedores de matéria-prima, como o petróleo (LOSURDO, 2020). Losurdo (2020) aponta que a esquerda mundial em geral reconhece a deterioração da qualidade de vida em razão do neoliberalismo, mas muito raramente reconhece que vivemos sob um grande império de monumental poder militar intervencionista.

³⁷ Há um agravante histórico fazendo com que o direito do século XXI seja ainda mais intrincado à reprodução do capital. Houve uma certa uniformização mundial das escolas de direito, trazendo termos como “segurança jurídica para investidores”, tornando preocupação do jurista a preservação do ambiente neoliberal de negócios que agora faz parte da norma (MASCARO, 2018).

³⁸ Há aqui uma proposta de trabalho a ser elaborada: os efeitos ideológicos da Guerra ao Terror na política mundial, pois “o inimigo implacável e invisível pode estar em qualquer lugar!”, sendo previsivelmente deslocado para a xenofobia que constitui a extrema-direita.

“independência” no século XIX, ainda sob a aristocracia portuguesa, mesmo século em que se inauguraram as primeiras universidades, o primeiro banco público, entre outras instituições que antes eram centralizadas na metrópole.

Se pensarmos sobre a nacionalidade segundo a Constituição brasileira de 1988³⁹ temos,

Art. 12. São brasileiros:

I - natos:

- a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;
- b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;
- c) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira;

Cada Estado tem autonomia para atribuir suas regras sobre a nacionalidade. No caso brasileiro, vemos que, para ser referido como cidadão nato, o sujeito precisa ter nascido no país. Se nasceu em outro país, em linhas gerais, e se assim quiser, pode ser considerado nato caso seja filho de pai ou mãe brasileira. Pela linguagem “técnica”, os integrantes do Estado-Nação brasileiros estão sujeitos a esses critérios legais de nascimento em território brasileiro ou pelo laço sanguíneo com o pai ou mãe brasileira para serem considerados brasileiros natos.

Porém, apenas essa significação pela base burocrática-legal não nos ajuda a entender a opacidade da nacionalidade em disputa no enunciado “o gigante acordou”, no que estamos parafraseando como “o Brasil acordou” ou “o brasileiro acordou”. Mesmo que a esfera jurídica faça parte da ideologia, não sendo apenas um terreno *técnico*, há outros atravessamentos que permeiam a opacidade de uma nação, como mostraremos a seguir.

Um dos elementos constitutivos da simbologia de uma nação é a língua. Pêcheux (2014a) fez considerações sobre o processo da padronização linguística a partir da estruturação do Estado-Nação sob o capitalismo, mostrando a historicidade da língua nacional. Em oposição à visão de “sistema linguístico”, e historicizando a própria noção de língua, Pêcheux (2014a) destaca a unificação (delimitação) da língua como um símbolo constitutivo da ideia de nacionalidade.

³⁹ Disponível em:

<http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_04.06.1998/art_12_.asp>. Acesso em 9 de março de 2021.

Segundo Pêcheux (2014a, p. 23), o produto sobre o qual, mais tarde, os estruturalistas e formalistas se debruçam para estudar e classificar como sistema é resultado de uma política ativa de padronização linguística “(...) pela unificação fonológica, morfológica, sintática e lexical da língua inscrita na forma-nação”. O autor elenca dois processos que resultaram na unificação da língua nacional no caso francês⁴⁰,

- O primeiro desses processos, contemporâneo à própria Revolução Francesa, consiste em uma *uniformização* visando, política e ideologicamente, instituir uma língua nacional contra os “patois” e o latim que, sob formas diversas, criam obstáculo à *livre comunicação linguística* necessária à realização econômica, jurídico-política e ideológica das relações de produção capitalistas.
- O segundo processo histórico, que se realiza pela imposição escolar do francês elementar como língua comum, consiste em *uma divisão desigual no interior da uniformização igualitária*, visando, política e ideologicamente, impor uma diferenciação antagonista das práticas linguísticas de classe, no interior do uso da língua nacional, de modo que a livre comunicação linguística, requerida pelas relações de produção capitalista e sua reprodução, *seja ao mesmo tempo uma não comunicação definida* que impõe “na linguagem” barreiras de classe, igualmente necessárias à reprodução dessas mesmas relações capitalista (PÊCHEUX, 2014, p. 22-23 [grifos do autor]).

Mais adiante, Pêcheux (2014a, p. 146) trabalha a significação do enunciado “um soldado francês não recua”, demonstrando que os elementos do enunciado são significados pela ideologia, ou seja, é apenas pelo efeito ideológico que podemos significar o que é um soldado, quem são os franceses etc. Assim, a nação aparece como materialidade a ser significada a partir das posições ideológicas históricas.

A reflexão sobre a própria padronização das línguas na forma-nação, na consolidação da modernidade e da ordem capitalista, é exemplo de como se dá essa interlocução entre história e materialidade linguística. A partir de uma teoria materialista, como a AD, percebemos que as evidências com as quais nos deparamos diariamente são frutos da historicidade e das ilusões subjetivas⁴¹ que constituem o processo discursivo.

Como vimos no exemplo de Pêcheux (2014a) sobre a uniformização linguística, só podemos entender como evidente os sentidos sobre a nacionalidade por meio da

⁴⁰ Zandwais (2009) escreveu sobre o processo de uniformização da língua na Rússia pós-revolução de 1917, mostrando que a experiência russa compartilha de algumas contradições da formação burguesa estatal sobre o processo linguístico, envolvendo disputas sobre memória e símbolos da revolução.

⁴¹ Segundo Pêcheux e Fuchs (1997), todo enunciado, para ser “dotado de sentido”, deve pertencer a uma FD, e em um processo de recalçamento do sujeito, cria-se a ilusão de ele ser a fonte do sentido da materialidade, como se fosse ele naquele momento a criar o sentido em seu dizer.

ideologia, como “eu sei quem são os brasileiros”. A construção da estrutura *uniforme* que subjetiva os sujeitos foi um empreendimento político e econômico, estabelecido em meio a muitas tensões e contradições. Não havia um grande território onde os povos compartilhavam a mesma língua e eles decidiram que ali nasceria um *Estado* onde antes havia uma *Nação*.

O Estado-Nação e sua configuração territorial interna e externa se deu em meio a disputas políticas a partir do modo de produção capitalista. Em resumo, é uma unidade artificial em um dado território onde se dão as relações sociais e produtivas, simbolizada ideologicamente como uma nação subjacente a um Estado (MASCARO, 2013).

3.2 A forma/corpo-protesto

Tendo sido feito esse breve ensaio sobre o Estado-Nação, iremos finalmente teorizar sobre a categoria proposta: forma-protesto ou corpo-protesto. Designamos como produto dessa categoria o sujeito-manifestante, lembrando que seguimos os preceitos da AD para essa elaboração, assim, não estamos sugerindo espaços homogêneos de identificação nem interpelações sem falhas. Começaremos propondo um pequeno exercício de imaginação.

É provável que o(a) leitor(a) deste trabalho, ao se deparar com a linearidade significante “protesto”, imagine alguma das várias manifestações que ocorreram nos últimos anos no Brasil e no mundo, como o *Occupy Wall Street* em 2011, as próprias Jornadas de Junho de 2013, a favor ou contra o *impeachment* em 2015 e 2016, os protestos no Chile em 2019 e 2020, entre outros. Dificilmente o(a) leitor(a) se confundirá com uma marcha militar ou com uma procissão religiosa ao ler/ouvir sobre um “protesto” ou “manifestação”. Tampouco pensará em uma pessoa em situação de rua que pede comida nos semáforos das cidades por meio de cartazes.

No entanto, esses atos (ou rituais) são realizados através de corpos nas ruas (podendo ser um ou mais). Se compartilham de uma mesma característica, a ocupação das ruas, por que então um sujeito não confunde um desfile militar com um protesto, por exemplo? Isso ocorre porque há atravessamentos de sentidos nessas formas, resultado da memória discursiva e efeito ideológico que os identifica como se fossem *evidentemente* diferentes.

Se o(a) leitor(a) se deparar com um grande volume de pessoas andando pelas ruas de sua cidade, ao buscar tentar entender o que está acontecendo, provavelmente começará a buscar elementos que deem dicas do que acontece. Usam uniformes? É algum feriado religioso ou nacional? Estão cantando ou gritando palavras de ordem? Há algum carro de som realizando um pronunciamento ou tocando uma música? Há faixas sendo expostas? Há pinturas em seus corpos? Enfim, os elementos podem ser inúmeros para tentar apreender sentidos dos corpos nas ruas, mas vemos que as características imediatas já fazem parte do processo de significação.

Notamos a ausência de tornar essa materialidade um objeto analítico nos trabalhos da AD. Acreditamos que essa falta seja um equívoco sobre o qual propomos reflexões iniciais para os estudos da área. A presença dos corpos nas ruas pode ter vários significados e desdobramentos. Se pegarmos o exemplo da Copa do Mundo de futebol, vemos que muitos torcedores (em maioria uniformizados com as camisas de seus times) vão às ruas para acompanhar os jogos coletivamente. Também temos multidões em comemorações de vitórias eleitorais, como no caso analisado por Pêcheux (2015) sobre a vitória de Mitterand em 1981.

Não se trata simplesmente de diferenciar um protesto de uma procissão religiosa, de uma comemoração, de pedintes ou de marchas militares, como mencionamos acima (de procurar nas formas, dentre uniformes, pinturas e dizeres, as diferenças imediatas entre esses atos). Mas, antes, trata-se de atravessamentos nessas formas pelas quais os sujeitos estão identificados ao participar desses rituais, fazendo com que os sentidos sejam radicalmente diferentes em cada uma dessas situações (um pedinte não está protestando por uma causa, mas pedindo ajuda, assim como um militar não está protestando contra sua instituição, mas exaltando-a, mesmo que compulsoriamente, ao participar de uma marcha).

Para iniciar o processo analítico, retornamos à provocação que Pêcheux (2009) fez sobre o que ele chamou de imbecilidade da teoria. O processo de análise começaria por assumir uma posição de imbecil, ou seja, momentaneamente interromper o sentido dominante que (sócio-histórico e ideologicamente) apareceria na interpretação, deixando-o escapar (tirando-lhe o efeito de evidência), para vê-lo como *um* dos sentidos possíveis, sendo necessário questionar outras possibilidades de sentido e sua origem, dando esse efeito de imbecilidade aparente no fazer analítico.

Por exemplo, em uma conversa hipotética, um sujeito diz “A democracia é essencial”. Tomados pela “imbecilidade” metodológica, perguntaríamos: o que é democracia? Só há um tipo de democracia (a burguesa)? Essencial para o que ou quem? Certamente a democracia para os burgueses não é a mesma para a classe proletária, já que há uma assimetria estrutural de poder, assim como a liberdade dos burgueses não é a mesma dos proletários, pois, para os primeiros, significaria, antes de tudo, a liberdade para empreender e preservar seu patrimônio e, para os segundos, significaria a libertação da condição de exploração⁴².

Não iremos nos limitar à tentativa de explicar o que queriam os manifestantes em 2013 coletando o maior número de dizeres possível nos cartazes e palavras de ordem. Razão mesma de nos atentarmos a apenas um enunciado, pois exploraremos não a diversidade de dizeres para dali extrair os efeitos de sentido para compilá-los em redes de demandas. Antes, buscamos fazer uma análise vertical dos protestos e do enunciado “o gigante acordou”, somando-se, nesse capítulo, à forma de reivindicação dos protestos.

Se anteriormente elaboramos a significação do enunciado em relação aos corpos nas ruas, reiterando mais uma vez, o “gigante” “acorda” quando as pessoas saem às ruas conjuntamente, em nome de algo, e essa união de pessoas nas ruas é nominalizada como o “gigante” que agora está desperto. Neste momento, propomos uma categoria geral para entender os protestos em sua historicidade.

Transformando em questão para explicar melhor nossa preocupação em desenvolver essa etapa da análise, por que um grupo de pessoas sai de casa em um horário e local combinados (normalmente previamente avisado a autoridades locais) e caminha ou ocupa certas ruas ou locais pré-determinados com faixas e palavras de ordem? A quem se dirigem? Por que usam seus corpos e vozes nesse ato?

Pensando em nossa proposta, o que faz Junho de 2013 tão impactante? Protestos são corriqueiros no cotidiano, mas por que Junho foi “gigante”? Junho, na aparência, se diferencia dos protestos de 2014-2016, quando a camisa da seleção brasileira de futebol é adotada como uniforme nos protestos marcados como de direita. Já havia camisas da seleção vestindo os corpos-manifestantes, mas não se

⁴² Conforme Mascaró (2013), o capitalismo é necessariamente um sistema de exploração e de acumulação. As muitas formas e arranjos políticos dependem do resultado da luta de classes a partir do processo de acumulação infinito do sistema, e não de ideais de liberdade ou de distribuição de poder e riquezas.

via essa imagem com tanta uniformidade, como se deu posteriormente. Em Junho de 2013 ainda havia disputa sobre qual uniforme e bandeiras utilizar, disputa essa que chegou a se transformar em agressões em alguns momentos, conforme aponta Novaes (2019)⁴³.

Seguindo nosso trajeto sobre os protestos, ao procurar a palavra “protesto” em um dicionário online⁴⁴, encontramos: *Reclamar; expressar oposição, revolta; apresentar uma reclamação: o povo protestava contra o aumento das passagens; injustiçados, eles protestavam*. Os sentidos trazidos por esse dicionário, em uma análise superficial, colocam os protestos como um lugar de reivindicação, de resistência, ou seja, há algo em disputa.

Magalhães (2008) aponta a escassez de estudos sobre os protestos de rua nas Ciências Sociais brasileiras. Segundo o autor, poucos estudiosos se dedicaram a entender a dinâmica dos protestos, e, quando isso ocorre, é normalmente em momentos de grande efervescência política, resultando em uma pressa em entender os acontecimentos imediatos e não refletindo sobre a forma pela qual as reivindicações se dão.

Os movimentos nas ruas são parte da Modernidade e, apesar de geralmente lembrarmos apenas dos grandes protestos que ocorrem nacionalmente, são corriqueiros e se dão pelos mais variados motivos (MAGALHÃES, 2008). As manifestações modernas são tipicamente urbanas, ocorrendo em ruas e praças, frequentemente se concentrando no centro das cidades (MAGALHÃES, 2008).

O primeiro elemento que constitui essa prática se dá na própria consolidação do modelo de cidades que hoje conhecemos. A gradual concentração de pessoas nas cidades com a Revolução Industrial no século XVIII, a partir da transição do modo de produção feudal para o capitalista, fomentou o êxodo rural e aumentou enormemente a concentração de pessoas nos centros urbanos (MAGALHÃES, 2008). No século XIX, já temos uma configuração clara da substituição da mão-de-obra feudal pela mão-de-obra urbana e assalariada, assim como, até o final do século, os regimes formais de escravidão vão sendo substituídos na periferia do sistema capitalista global (MASCARO, 2013).

⁴³ A disputa girava sobre a presença de bandeiras de partidos políticos, como PSOL, PSTU e PCO, o que desagradava parte dos manifestantes (NOVAES, 2019). Indursky (2016) aponta como momento de fascistização do movimento a proibição de bandeiras partidárias.

⁴⁴ Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/protestar/>>. Acesso em 21 de janeiro de 2021.

O processo e a forma de acumulação capitalista vão originando novos sujeitos a partir de novas relações de (re)produção. Essa mudança histórica vai alterando as formas como se dão as relações de dominação/exploração, que, por sua vez, originam novas reivindicações (majoritariamente urbanas, mas ainda presentes no meio rural), como movimentos operários, feministas, negros, LGBTQIA+, camponeses, entre muitos outros (MAGALHÃES, 2008).

Destacamos que não estamos defendendo aqui a existência de fronteiras entre esses movimentos ou que essas lutas tenham se originado no capitalismo, mas que a forma reivindicatória dos protestos surge nessa nova formação social. Luta, revolta e revolução são parte da história e certamente não são exclusividade dos europeus. No nosso trabalho, nos concentramos apenas em uma das formas reivindicatórias, os protestos.

Faz-se caro à nossa análise, por pretender-se marxista, não nos limitarmos aos aspectos políticos imediatos para pensarmos sobre as crises e inconstâncias do modo de produção capitalista que geram os movimentos reivindicatórios. Importante ressaltar que, desde a sua formação, o capitalismo é global e necessariamente porta crises (MASCARO, 2018). As crises podem se manifestar na esfera política, mas nunca se originam e são resolvidas nos limites da institucionalidade, pois provém de determinações anteriores, em especial a crise de valorização do valor. A forma política, dentro do capitalismo, pode assumir desde a democracia liberal até formas ditatoriais se houver graves crises na reprodução do capital (MASCARO, 2013).

Além disso, o capitalismo não origina o machismo, o racismo e a homofobia, por exemplo, mas a sua estrutura se adapta e se *aproveita* dessas relações de dominação e exploração anteriores, passando a estruturar as subjetividades, agora mercadológicas, tendo base nessas assimetrias (MASCARO, 2013). Isso resulta em um quadro onde alguns corpos sequer podem ocupar certos lugares sociais de trabalho (fracionando e hierarquizando o próprio proletariado), sendo por muitos anos exclusivo aos homens brancos heterossexuais.

A perversidade do capital interdita esses corpos a ocuparem um lugar de exploração, reservando a eles condições ainda piores de existência (ou de não-existência). Apenas com as lutas sociais essas minorias estão, pouco a pouco, conseguindo adentrar o mercado de exploração assalariado, como se fosse uma concessão humanizadora do capital.

Em um escrito sobre um ensaio de Marx de 1846, Kehl (2021) analisa a visão do autor sobre a opressão sexual das mulheres no capitalismo do século XIX, a partir do suicídio de três mulheres francesas. O autor examina o relatório de um arquivista policial sobre inúmeros casos de suicídio na sociedade francesa. Analisando os documentos, Marx se questiona como a atual sociedade produziria a solidão em meio a milhões de pessoas, levando a um desejo pela morte, de certo modo imprevisível (KEHL, 2021). Segundo Maria Rita Kehl (2021),

A urbanização, e a divisão do trabalho, o desamparo de muitas mães das novas configurações familiares – uma vez que, nas cidades, deixaram de existir as antigas famílias extensas das culturas rurais e os lares se fecharam sobre si mesmos, na forma da moderna “família nuclear” – todos esses elementos fizeram que pesasse, sobre ombros femininos, maiores responsabilidades, maior carga de trabalho e muito, muito maior vivência da solidão.

Kehl (2021) comenta que não é coincidência que Freud tenha fundado a psicanálise no final do mesmo século, começando com estudos sobre a histeria das mulheres. A partir desse ensaio trazido por Maria Rita Kehl (2021), vemos que Marx já detectava que havia uma opressão de gênero se reproduzindo junto com o capitalismo, ou seja, um atravessamento da política na vida privada. Dentre os casos analisados, encontram-se a moça que passou a noite com o noivo antes do casamento, a esposa que se tornou prisioneira do marido ciumento e a jovem de família rica que, engravidada pelo tio, não encontrou meios para abortar.

A autora termina o texto falando da lógica das pequenas autoridades familiares e os pequenos carrascos sociais, que compensam a fraqueza de suas posições sociais subjogando alguém de posição mais vulnerável. Trazemos esse exemplo para demonstrar como uma mudança no modo de produção altera as relações sociais. Por isso, mencionamos que o capitalismo não origina certas relações de opressão, mas as reconfigura dentro de seu funcionamento.

O segundo elemento para entendermos as manifestações na Modernidade é o próprio modo de produção capitalista e a relação triangular entre proletário, burguês e Estado (MASCARO, 2013). A partir da forma-mercadoria surge o Estado, não como um braço funcional da burguesia, mas como um terceiro entre as classes, relativamente autônomo (distanciando a classe dominante do controle direto), assim, abre-se um certo *espaço*, sempre tenso e revogável, da luta do proletariado dentro do Estado (MASCARO, 2018). Esse *espaço* subjetiva o sujeito em sujeito de direito e abre a possibilidade das manifestações de rua.

Entendemos que a união desses dois fatores históricos, a configuração das cidades e o domínio não-direto da classe dominante sobre a classe explorada, constituem as bases iniciais para os protestos acontecerem na Modernidade. Agora falaremos sobre um terceiro elemento, começando a adentrar a contradição das identificações.

O mal-estar da Modernidade capitalista pode ser entendido como um terceiro elemento constitutivo dos protestos. Ele está sempre presente, seja pelo aspecto neurótico que tratamos anteriormente ou pelo desamparo dentro de uma sociedade assimétrica, onde, além de cada indivíduo precisar vender sua mão-de-obra para ter meios de subsistência, o modo de (re)produção está em constante mudança, alterando subjetividades e relações de trabalho frequentemente (DUNKER, 2015).

Esse mal-estar revela que o político atravessa completamente o particular do sujeito. Isso não se limita à relação de geração de valor, em termos econômicos, mas também se estende às estratificações de classe. Conforme vimos no exemplo de Kehl (2021), o homem, que possui posição dominante na sociedade capitalista, é subjugado por outro homem que detém os meios de produção, e, chegando em casa, reproduz a relação de violência com a esposa (ou criança ou subordinado), que ocupa posição relativamente mais frágil, de maior desamparo.

Michal Kalecki (2020) em 1943 já escrevia sobre os limites políticos do pleno emprego no capitalismo. Aparentemente, todos se beneficiariam do pleno emprego. Os trabalhadores estariam com suas condições de subsistência asseguradas e a burguesia teria um grande mercado para vender produtos e serviços, ao contrário de uma sociedade precarizada e sem renda. No entanto, a burguesia não permite a manutenção de tal condição por muito tempo.

Isso se deve pelo motivo de a relação de poder ser mais importante aos burgueses que o ganho financeiro imediato (KALECKI, 2020). Se há pleno emprego, significa que os sindicatos estão fortes e bem estabelecidos, que os trabalhadores possuem mais poder de barganha (seja para exigir maiores salários ou melhores condições de trabalho) e podem trocar de emprego se assim desejarem.

Assim, o que inicialmente parece um paradoxo, aparece como uma simples relação de manutenção de poder. Ao aumentar os níveis de desemprego, os trabalhadores perdem força, ficando sujeitos a piores salários e condições de trabalho, pois passam a ser mais facilmente substituíveis. Mesmo que isso signifique ganhos

menores para a burguesia, a assimetria aumenta, estabilizando a relação de dominação (KALECKI, 2020)⁴⁵.

O protesto, segundo Magalhães (2008), surge com a mudança do mal-estar privado para o espaço público, na reunião de pessoas nas ruas, nas praças e avenidas. O que não quer dizer que o sujeito que protesta tenha plena consciência da historicidade de seu mal-estar e de seu pertencimento a uma classe. Essa mudança do privado para o público se dá justamente no movimento dos corpos que saem de suas casas para as ruas, com a utilização de cartazes e vozes para a materialização dessa forma (MAGALHÃES, 2008).

No entanto, o protesto não pode ser visto apenas como mudança de um mal-estar do espaço privado para o público. Para a reivindicação tomar forma, é necessária uma identificação a partir da nomeação a esse mal-estar. No caso trazido por Freud (2013), a fraternidade se inicia quando os irmãos se juntam para derrotar o terrível pai. Essa união acontece, pois eles sabem que sozinhos não teriam força para subjugar-lo. Há uma associação possível desse ato subversivo com os protestos. Podem existir manifestações solitárias, trazendo provavelmente um sentido heroico-trágico, mas elas adquirem um potencial transformativo (e um possível sentimento de proteção na coletividade) se houver mais pessoas nas ruas, o que pode indicar um sentimento de fraternidade entre os manifestantes contra algo impossível de um sujeito solitário sobrepujar.

Retomando o que trabalhamos até então, as condições para que os protestos se materializem como forma de reivindicação social são: a configuração das cidades com a mudança do modo de produção e a autonomia relativa do Estado, comportando, teoricamente, um espaço de poder para a classe dominada *assegurar* algumas *garantias*. Soma-se a isso um mal-estar social, o qual podemos abordar pelo inconsciente psicanalítico com as leituras freudianas trazidas (FREUD, 2010; 2013).

Trazendo esses elementos para a AD, verificamos que é possível utilizarmos alguns conceitos sobre o funcionamento linguístico para os protestos. Propomos que a prática do protesto é constituída pelo funcionamento dos dois esquecimentos trazidos por Pêcheux e Fuchs (1997) e delineados, a partir de vários trabalhos em AD, por Vinhas (2020). O sujeito-manifestante, ao colocar seu corpo em uma

⁴⁵ Isso em grande medida explica a preferência da burguesia pelo neoliberalismo. Mesmo que signifique crescimentos ínfimos da economia de maneira geral, os empresários asseguram seus lucros baixando salários e condições de trabalho, aumentando a distância entre as classes.

manifestação, realiza uma prática. Ele não a realiza de maneira aleatória, mas a partir do interdiscurso ele já sabe como se dá um protesto, apesar de se *esquecer* (esquecimento número um) que compreende essa forma a partir de uma memória. A *organização/realização* do protesto com suas cores, faixas, gritos de ordem, vias a serem ocupadas, entre outros, seria uma espécie de *intradiscurso*, fazendo *encaixes* por meio de elementos do *interdiscurso*, referidos a outro *esquecimento* (número dois).

A forma do protesto, nessa relação, também se dá por meio do efeito do pré-construído. Conforme Courtine (2009, p. 74),

Esse termo [pré-construído], introduzido por Paul Henry, designa uma construção anterior, exterior, independente por oposição ao que é construído na enunciação. Ele marca a existência de um descompasso entre o interdiscurso como lugar de construção do pré-construído, e o intradiscurso, como lugar da enunciação por um sujeito. Trata-se do efeito discursivo ligado ao encaixe sintático: um elemento do interdiscurso nominaliza-se e inscreve-se no intradiscurso sob forma de pré-construído, isto é, como se esse elemento já se encontrasse ali.

Em linhas gerais, segundo Courtine (2009), o pré-construído, a partir de um encaixe sintático, incide em um elemento do interdiscurso no intradiscurso, sendo responsável pelo efeito de um (re)conhecimento anterior sobre o objeto. O sujeito-manifestante, como sujeito de direito, está *ligado* a inúmeros outros corpos que já estiveram nas ruas em outras manifestações. Essa prática é trazida da memória no interdiscurso, pois ele não a inaugura, ou seja, ele *antecipa* tais sentidos, reproduzindo-os conforme os *conhece*, trazendo, sem saber, a historicidade de ocupar as ruas coletivamente por demandas. Como se, ao participar do ato, o sujeito-manifestante já se encontrasse ali, como um efeito do já-dito/já-realizado, pois os corpos e outros aspectos dos protestos funcionam como *encaixe sintático* que remetem a essa significação anterior.

Finalmente, os manifestantes se apropriam dessa forma-sujeito ao reivindicar sua possibilidade de ocupar as ruas. Assim, os protestos podem ser incorporados no conceito de FD, deslocando o *que pode e deve ser dito* para o *que pode e deve ser feito* em um protesto⁴⁶.

⁴⁶ Protestar, ao invés de entrar em conflito, é manter o pacto civilizatório burguês.

Na leitura dos protestos de Junho de 2013, propomos dois aparelhos⁴⁷ como principais na configuração desses limites, o da informação, na forma da grande mídia, e o repressivo, na forma da lei e das polícias. Os protestos operariam a partir do discurso da grande mídia, em termos ideológicos, com *o que pode e deve ser feito/dito* e do aparelho repressivo, em termos jurídico-políticos, com *o que não pode e não deve ser feito*. Como se o funcionamento ideológico do controle discursivo dos protestos pela grande mídia operasse sempre com um garantidor final, a força da lei e da repressão⁴⁸.

No entanto, diferentes aparelhos e FD podem atravessar a configuração dos protestos, não se limitando a esses dois citados. Trazemos o aparelho da informação e o aparelho repressivo, pois são os dois que aparecem com influência imediata sobre os protestos. Retomaremos essa questão no último gesto de análise.

Uma breve menção sobre o corpo também é necessária em nossa proposição da categoria. São os corpos nas ruas que realizam os protestos, são parte da constituição das manifestações. Baseamo-nos na proposta de Vinhas (2014), a partir de um amplo resgate de trabalhos sobre o corpo baseados na AD, que propõe a categoria *corpolingüagem discursivo*. A proposta se baseia em uma releitura da teorização do corpo na AD com saberes da psicanálise, tratando-o como materialidade discursiva e como subjetividade.

O corpo, nessa perspectiva, é atravessado pela incompletude, assim como a língua (VINHAS, 2014). A configuração da subjetividade se dá no entremeio entre a materialidade linguística, a materialidade histórica e a materialidade corpórea, “(...) encontrando uma *identidade* num mundo ilusoriamente completo, onde é ilusoriamente impelido a ser Um e consciente de quem *verdadeiramente é*” (VINHAS, 2014, p. 166 [grifos da autora]).

Mas, como entender o corpo, tomando sua materialidade e incompletude, dentro das discursividades contraditórias e históricas que atravessam os movimentos de rua? Podemos começar com o corpo sendo atravessado pela forma-mercadoria, ou seja, é ele que é mercantilizado para obter meios de subsistência no capitalismo

⁴⁷ Ao longo do trabalho, retornaremos aos AIE e ARE, mas sem confundi-los com as instituições, tomando-os de forma metafórica. Assim, falamos da grande mídia, por exemplo, não como a totalidade do aparelho da informação, mas como uma expressão de tal aparelho.

⁴⁸ Ressaltando que a grande mídia também pode atuar buscando legitimar a violência contra os manifestantes, caso seja um protesto indesejável nos sentidos ou formas. Vimos isso na primeira fase dos protestos de Junho, onde eram denominados vândalos, conforme abordaremos no próximo capítulo.

(*corpo-mercadoria*). Mas há uma ambivalência, pois é somente com o próprio corpo que o sujeito pode realizar rituais de resistência (*corpo-protesto*). Assim, o mesmo corpo que é subjetivado e atravessado pelo capitalismo, ou seja, existe e *faz sentido* dentro dessa formação social, pode ser tomado de uma *estranheza*, no sentido de começar um processo de desidentificação, que o *desloque* gradualmente para uma posição antagônica.

O corpo não se faz alheio à historicidade, trazendo *consigo* atravessamentos políticos e contradições da nossa formação social (VINHAS, 2014). Perpassando desde gênero, raça até faixa etária, a significação dos corpos abre caminhos importantes no entendimento dos protestos de rua, compondo o complexo jogo de (des)identificações na luta social.

No enunciado-objeto que trazemos, como mostramos no primeiro gesto de análise, são os corpos que significam e fazem emergir “o gigante acordou”, mostrando que não se trata de uma constituição secundária (ou acessória) do sentido do dizer, mas um atravessamento simultâneo entre corpo e discurso.

Se a ideologia fosse puramente reflexo das classes sociais, os protestos seriam (sem falhas) reivindicações da classe trabalhadora contra a classe burguesa, representando a assimetria material entre os explorados e exploradores, entre os detentores dos meios de produção e os despossuídos. Os protestos, assim como os sujeitos, também não escapam das contradições.

No entanto, conforme vimos em Althusser (1985) e em Pêcheux (2014a), a ideologia (e o assujeitamento ideológico) é estabelecida sempre em relações de tensão, desigualdade e subordinação, e nunca de uniformidade. Assim, um trabalhador pode se identificar com a ideologia burguesa e lutar contra seus próprios interesses, como também um burguês pode lutar por condições que destruam seus empreendimentos (dentro das contradições entre frações da burguesia), como os industriais que apoiaram a derrocada do modelo de desenvolvimento petista que os beneficiava (MASCARO, 2018).

A partir das modalidades de assujeitamento, entendemos que, para protestar, não é necessário que o sujeito esteja *contraidentificado* ou *desidentificado* com uma possível FD jurídica-burguesa. Há os protestos *identificados* com a *ordem* (capitalista, conseqüentemente dividida entre patrão e empregado), como os de 1964, por exemplo.

Mas também poderíamos entender um sujeito-manifestante como um *mau sujeito*, pois há uma rejeição que o leva a protestar. Porém, dificilmente, poderíamos argumentar que o sujeito-manifestante esteja *desidentificado* com uma possível FD jurídica-burguesa, pois ele está atuando a partir da *permissão* do aparelho legal e repressivo, buscando interlocução com essa mesma ordem. Pensamos que a *desidentificação* à ordem burguesa, se partimos da estrutura padrão do capitalismo, só seria possível caso o sujeito utilizasse a forma dos protestos de maneira tática, entendendo-a não como uma finalidade, mas como um meio para juntar forças para a subversão da ordem capitalista. Assim, acreditamos que todas as modalidades podem constituir os atos de protesto, sendo necessário analisar cada caso separadamente.

Magalhães (2008) designa sentidos *pacifistas* para as manifestações, diferenciando-a das rebeliões, estas caracterizadas por escaramuças com os órgãos de repressão. No entanto, o autor aponta que uma manifestação pode vir a se tornar uma rebelião por não se tratar de uma forma estática. Podemos incluir nessa reflexão a intercalação de formas de resistência e a forma/corpo-protesto. Por exemplo, grevistas não necessariamente fazem uso das manifestações, mas podem recorrer a essa forma para buscar amplificar suas demandas perante a sociedade, podendo ser também uma demonstração de força através de volumes massivos de pessoas nas ruas.

Destacamos possíveis significações da prática dos protestos: podem ser *manifestações pacíficas* (no sentido de evitar confronto com o aparelho repressivo ou outros grupos e não atacar prédios, estabelecimentos ou monumentos), em geral, previamente avisadas às autoridades locais, com percurso e horário aprovado pelo poder público. De maneira colateral, os protestos podem perder sua *legitimidade* (se pensarmos na união entre a grande mídia e o aparelho repressivo) se considerados violentos, como quando não há acordo prévio com as autoridades e ocupam vias não negociadas ou há “violência patrimonial” com embates com o ARE, a exemplo dos *black blocs*.

Como questionamos anteriormente, a quem se dirigem os manifestantes? Ao direito moderno? À classe dominante? À classe trabalhadora?

Magalhães (2008) aponta que um dos interlocutores seria o Estado. Aqui vai de encontro com o que apontamos anteriormente sobre a instância estatal inaugurar um distanciamento entre a classe explorada e a classe exploradora, dando margem a uma expectativa de que as demandas podem ser atendidas por essa estrutura que

organiza e normatiza as relações entre os sujeitos de direito. Outro interlocutor das manifestações são as pessoas que habitam as cidades. Elas são chamadas a apoiar a causa ou ao menos passar a conhecê-las (MAGALHÃES, 2008).

Tentando *transformar* esses apontamentos em uma perspectiva discursiva, apoiamo-nos em Indursky (2002), que, ao analisar práticas do MST, relaciona as ocupações como uma resposta a um não-lugar discursivo (de exclusão da ordem social, política e jurídica), resultando na interdição de sentidos da luta campesina pela Reforma Agrária. Os militantes do MST conseguem vencer essa interdição de sentidos com seus corpos, tornando-se não apenas um meio de amplificar uma situação perante a sociedade, mas uma forma de burlar o controle midiático burguês dos sentidos, fazendo emergir sua forma-sujeito a partir das ocupações. Assim, entendemos que os protestos têm funcionamento similar ao *apresentar* à sociedade formas-sujeito alternativas às já dadas.

Tratamos o direito como uma condição subjetiva para a forma/corpo-protesto, mas também se torna um dos interlocutores dos manifestantes, pois há uma assimetria material e um lugar, mesmo de forma limitada, de reivindicação. Entendemos aqui o direito como, formalmente, um lugar de disputa não revolucionária, a partir da forma-jurídica de direitos/deveres dentro da ordem capitalista.

A forma/corpo-protesto aparecer somente na Modernidade não significa que antes disso os sujeitos estavam completamente assujeitados e/ou conformados com outras formações sociais. Fora a noção materialista de ideologia não comportar um assujeitamento sem falhas, o que não faltam são exemplos de revoltas na história do Brasil e do mundo. No entanto, atos de resistência à classe dominante de outras épocas não se realizavam na forma de protestos como conhecemos na Modernidade, porque o Estado, e conseqüentemente o direito, não existia.

Defendemos a existência de uma relação intrínseca entre Modernidade, direito e protestos. Para a forma/corpo-protesto existir, é necessário que haja a identificação com a ideia de igualdade formal entre todos os pertencentes a uma ordem social. O protesto seria a manifestação de um mal-estar, opaco, resultante da lacuna entre a igualdade formal e a real, que o capitalismo nunca atingirá por ser um modo de produção voltado à acumulação.

Também há algo de inapreensível na forma/corpo-protesto. Se observarmos nossa conjuntura atual, principalmente desde 2016, vemos que houve uma grande deterioração da seguridade social, dos direitos trabalhistas, da previdência, das

oportunidades de trabalho e da própria forma de trabalho (ANTUNES, 2020), ou seja, um cenário incomparável com as condições, mesmo que capitalistas, de 2013. No entanto, vemos que não acontecem protestos de similar proporção⁴⁹. Entendemos que não há como estabelecer uma relação direta entre os protestos e as condições de existência. Não há uma *tradução simultânea/imediata* do sofrimento e mal-estar em protestos de rua.

Buscamos demonstrar que há uma série de materialidades complexas e contraditórias nos protestos. Essa forma histórica abrange diferentes posições ideológicas, mas tem como uma constante o agrupamento de corpos nas ruas com a forma sujeito-manifestante, interpelada pelo direito, de caráter reivindicatório. Na conjuntura atual, também se faz importante as significações que advêm do discurso midiático hegemônico e os limites físicos da circulação dos corpos colocados pelo aparelho repressivo.

3.3 Um gigante anticomunista?

O enunciado “o gigante acordou”, tomado como “o Brasil acordou”, nos remete imediatamente a um imaginário de nacionalismo, ou seja, uma *unidade* social, pois, observando pela superfície, há um único Brasil. As outras nações que habitam o mesmo território são ocultadas, parecendo ser *evidente* que há uma unidade homogênea. Nessa identificação, aparentemente, não há espaço para outras brasilidades ou nacionalidades. Em uma paráfrase do enunciado, “*nós* acordamos”, teríamos uma construção similar, na qual não conseguimos identificar de quem estamos falando especificamente. Entendemos como efeito próprio do nacionalismo essa unidade, resultando em uma identificação opaca com um *guarda-chuva de sentidos* nacional.

A nossa leitura de um atravessamento da nacionalidade vem a partir dos elementos do hino nacional⁵⁰ que aparecem no enunciado, como “Gigante pela própria

⁴⁹ O que não quer dizer que não aconteceram, e tem acontecido, diversos protestos, inclusive de grande porte e em várias cidades, que tiveram importante papel na reivindicação pelo auxílio emergencial e a vacinação em massa no cenário pandêmico, quando o poder público se omitia de tais responsabilidades.

⁵⁰ Disponível em: <https://www.letras.mus.br/hinos-de-paises/46368/>. Acesso em 23 de outubro de 2021.

natureza” e um acordar a partir de “Deitado eternamente em berço esplêndido”, como outros trabalhos já abordaram (conforme já citado).

Percebemos que há deslizamentos de sentido nesse resgate do hino para o enunciado. Entendemos “Gigante pela própria natureza” como metáfora da exuberância da fauna e flora brasileira, mas podemos apreender um sentido *menos literal* se entendermos o país como *naturalmente gigante* ou *evidentemente gigante* (grandioso por si só). Além disso, na sequência, temos “És belo, és forte, impávido colosso”, trazendo algumas características normalmente relacionadas a humanos, também sendo possível apreender um “gigante” bravo e destemido no hino. Assim, parece-nos que o “gigante” do hino desliza entre metáfora da natureza, como grandeza e como um ser vivo dotado de grandes qualidades.

Seguindo nessa tentativa de fazer uma leitura com base no hino, o ato de acordar do enunciado parece se relacionar com “Deitado eternamente em berço esplêndido”. Se por um lado o “gigante” parece estar deitado *eternamente*, e assim nunca acordaria, por outro, podemos apreender uma *imortalidade* do “gigante”, algo que persistirá por todo o sempre. No primeiro caso, ele, que inclusive pode ser um bebê/recém-nascido (ou remeter a sentidos de jovialidade) por estar em um berço, apreendemos um “gigante” personificado e não como uma característica de algo. No segundo, entendemos a estabilização da *grandeza*, como uma constante ao longo do tempo.

Analisaremos alguns enunciados brevemente, a partir de procedimentos propostos por Ernst (2009). A escolha de um *corpus* não é simples, pois não podemos tomar nosso arquivo como evidente, assim, o processo de análise já começa ao buscar elementos que abram caminhos de deriva. Para isso, a autora sugere três modalidades: a *falta*, caracterizada pelo não-dito ou ocultado, o *excesso*, que pode ser entendido como tentativa de saturação de sentido, possuindo uma relação dialética com a *falta*, e o *estranhamento*, sendo verificado por elementos da ordem do inesperado, quebrando sentidos historicamente estabilizados, a ser analisado por meio de posições ideológicas divergentes, podendo se tratar da intrusão de elementos de diferentes FD no intradiscurso.

Observamos a *falta* de um recorte social no enunciado, como poderia ser “os trabalhadores acordaram” (contra os baixos salários, as más condições de trabalho, a desigualdade), “os estudantes acordaram” (contra as tarifas abusivas do transporte público, por uma educação crítica e para todos) ou “os patrões acordaram” (contra os

impostos, os direitos trabalhistas). Apenas temos como elementos nas faixas dos protestos massificados de Junho de 2013 “o Brasil”, “o gigante” e o “o povo”, todos, por meio de opacidades, pressupondo um ponto comum entre as pessoas que são consideradas brasileiras.

Neste gesto analítico, dividiremos a análise entre o “gigante” de 1964 e o de 2013. Em estranhas coincidências históricas, em ambos os contextos políticos (de governos que foram tachados de comunistas⁵¹, apesar de não o serem⁵²), o “gigante” precedeu golpes de Estado, o primeiro em 1964, sob governo de João Goulart, do então PTB, e o segundo em 2016, sob o governo de Dilma Rousseff, do PT⁵³. Não queremos dizer com isso que há uma linha de acontecimentos lógicos e previsíveis, mas nos parece evidente que projetos que não englobam o capitalismo em sua forma mais predatória sofrem maior tensão das forças reacionárias burguesas.

Uma designação comum na mídia brasileira para os trabalhistas e petistas, em cada uma das épocas, foi chamá-los de “populistas” (AZEVEDO, 2017)⁵⁴. Embora os “gigantes” sejam de diferentes contextos sócio-históricos, são evocados em situações discursivas similares, passando dos aspectos morais durante o século XX para uma ideia de *vestígio anacrônico* no século XXI (sob os sentidos de *fim da história*). Os governos de João Goulart e de Dilma Rousseff tiveram associações, principalmente da grande mídia, às experiências socialistas. Porém, como nos disse Marx no *Manifesto do Partido Comunista*⁵⁵,

Anda um espectro pela Europa — o espectro do Comunismo. Todos os poderes da velha Europa se aliaram para uma santa caçada a este espectro, o papa e o tsar, Metternich e Guizot, radicais franceses e polícias alemães. Onde está o partido de oposição que não tivesse sido vilipendiado pelos seus adversários no governo como comunista, onde está o partido de oposição que não tivesse arremessado de volta, tanto contra os opositoristas mais

⁵¹ Ainda mais sintomático o vencedor das eleições presidenciais de 2018, um candidato reacionário e de extrema-direita, carregar as cores da bandeira nacional na sua campanha sob o enunciado “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, assim como “meu partido é o Brasil”.

⁵² Segundo Mascaro (2018), nem os trabalhistas do PTB de Vargas nem o PT pretenderam romper com o capitalismo, por isso não seria correto designá-los como esquerda ou comunistas/socialistas, que busca a revolução e superação do modo de produção capitalista. Usaremos a designação de centro-esquerda para o PT.

⁵³ Mascaro (2018) aponta que o golpe de 1964 foi realizado pelos militares, tendo na sequência a legitimação do judiciário e demais instituições, e o de 2016 foi capitaneado pelo judiciário e demais instituições e assegurado pelos militares, ou seja, houve uma inversão entre as forças que desencadeiam os golpes e as que os legitimam ou asseguram.

⁵⁴ Não adentraremos no debate específico da ciência política sobre populismo, mas nos é caro a incidência de aspectos moralizantes sobre governos de centro ou centro-esquerda.

⁵⁵ Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/cap1.htm>. Acesso em 22 de março de 2021.

progressistas como contra os seus adversários reacionários, a recriminação estigmatizante do comunismo?

Deste facto concluem-se duas coisas.

O comunismo já é reconhecido por todos os poderes europeus como um poder. Já é tempo de os comunistas exporem abertamente perante o mundo inteiro o seu modo de ver, os seus objetivos, as suas tendências, e de contraporem à lenda do espectro do comunismo um Manifesto do próprio partido.

Apreendemos do início do Manifesto que, desde a *fundação* da corrente política (e teórica) comunista, as forças burguesas atribuem-na sentidos próprios, abrindo um caminho onde provavelmente se ampara o discurso anticomunista até os dias atuais. A *criação do espectro do comunismo*, ao que Marx diferencia do comunismo em uma espécie de *denúncia*, não é novidade desde o século XIX. A burguesia parece ter entendido desde o início que a teoria não é somente uma crítica, mas um embasamento revolucionário contra uma ordem de exploração.

Como ciência do proletariado, é esperado que uma FD jurídico-burguesa a rechace/interdite na luta de classes e reproduza saberes contrários ao socialismo. Para um enunciado como “O Brasil não será uma nova Cuba” circular, é necessário que os saberes que o acompanham sejam, por exemplo, “socialismo é ruim, precisamos impedir que isso aconteça!” ou “vejam o que aconteceu em Cuba! Não podemos correr esse risco aqui”.



Figura 4 Cartaz de 1964⁵⁶.

O comunismo, mesmo no pós-Guerra Fria, ainda ronda o imaginário político. Se em 1964 se protestava contra a experiência cubana, esse enunciado no pós-2013 atualiza-se para “O Brasil não será uma nova Venezuela!”⁵⁷. Isso é um ponto interessante, porque há um retorno da retórica anticomunista dentro da hegemonia do *fim da história*. Parece-nos que o *vestígio anacrônico* ao qual se apreende o comunismo no século XXI desliza a um perigo real. O ano de 2013 parece ser o ponto de rompimento/deslizamento sobre o comunismo nos dias atuais, mesmo que não haja esse apontamento nos cartazes daqueles protestos.

⁵⁶ Disponível em: <<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia-existiu-uma-ameaca-comunista-em-1964.phtml>>. Acesso em 22 de março de 2021.

⁵⁷ Principalmente a partir de 2014 até os dias atuais o enunciado “o Brasil não pode virar uma Venezuela” aparece em excesso.



Figura 5 Manifestação em 2019⁵⁸.

Mariani (1996) fez um imprescindível trabalho sobre os sentidos apreendidos dos jornais sobre o PCB (Partido Comunista Brasileiro) de 1922 até 1989. A autora, ao analisar recortes com palavras associadas ao comunismo, percebeu um lugar construído, ao longo de várias décadas, como “inimigo social”.

Encontra-se aí o que Orlandi chama de “ilusão referencial” (enquanto efeito de objetividade). O fazer-criar que os comunistas são essa objetividade através da qual se realizam as denominações é possível devido ao próprio mecanismo ilusório da linguagem que nos faz supor a sua objetividade em função da já mencionada “necessidade [do sujeito pragmático] de um mundo semanticamente normal, de um universo logicamente estabilizado” (Pêcheux, 1990). O discurso jornalístico, por sua vez, funciona desambiguizando o mundo, pois coloca o mundo em uma ordem que é a sua e a dos valores ocidentais. Assim, o discurso jornalístico acaba assegurando um ‘mundo semanticamente normal’ em função dos consensos, explicações com encadeamentos de causa e efeito etc. que ele organiza. Assim, entendemos que o discurso jornalístico impõe um movimento aos sentidos que são produzidos *sobre* os comunistas (MARIANI, 1996, p. 143).

⁵⁸ Disponível em: <<https://twitter.com/ConversaAfiada/status/1194797095032627201/photo/1>>. Acesso em 22 de março de 2021.

Nessa citação do trabalho de Mariani (1996) há um foco no funcionamento discursivo do jornalismo, o qual iremos abordar no próximo capítulo, mas o que nos interessa neste momento é entender como o excesso de designações negativas sobre o comunismo fomenta os movimentos conservadores/reacionários, ao dar o efeito de *evidência* sobre esses sentidos.

Além disso, trata-se de um tipo de inimigo muito específico e especial, pois o tipo de negatividade mobilizada aponta para uma questão de crueldade, misturada com ateísmo e amoralismo. Eles são *assassinos, pretensiosos de meia ciência, extremistas, sem Deus, ferozes, descontentes, tiranos, revolucionários*. Em suma, são *bárbaros*. Como conseqüência, são *inimigos jurados da ordem, das instituições e da família brasileira*. Por sua vez, o comunismo, *um abismo da escravização, uma barbárie*, é apresentado como *crime, praga sinistra, atitude de permanente violência, processo violento e subversivo da ordem social*, mas também como, *ditadura, ideologia totalitária, fantasia econômica delirante, materialismo histórico, nefasta doutrina* (MARIANI, 1996, p. 144 [grifos da autora]).

Há uma curiosa presença de “materialismo histórico” dentre os dizeres negativos trazidos pela autora, pois aparece justamente como se dá originalmente na obra marxiana, sem denominações como “violento”, “bárbaro” ou “totalitário”, como nos outros trechos. Destacamos a incidência de “inimigos da família brasileira”, com uma marcação da nacionalidade na *família*, sugerindo uma diferença entre *família* e *família brasileira*. Seriam *requisitos* diferentes para uma identificação a essas designações? Estariam na designação em que não há a nacionalidade as *famílias alternativas* (diferentes do modelo ocidental, capitalista e cristão), relegadas a um lugar *fora* da pátria?

No decorrer do trabalho, Mariani (1996), analisando a predominância de sentidos sobre os comunistas como *inimigos do Brasil*, verifica, por meio do pré-construído, que há sentidos *importados* de outras regiões. Termos religiosos e morais são atravessados nos dizeres políticos. Esses sentidos circulam em um “(...) domínio de saber da formação ocidental cristã, e por isso podem ser 'evidentes' para o sujeito leitor” (MARIANI, 1996, p. 151). Segundo a autora, a interdição dos sentidos políticos sobre o comunismo resulta na reprodução de sentidos morais e religiosos, despolitizando o leitor desses jornais de grande circulação.

A partir dessas considerações, podemos apresentar uma resposta, possivelmente provisória, ao questionamento anterior. Em uma série de atravessamentos (político, religioso, moral), o nacionalismo brasileiro passa a ser apreendido de uma normatização. Assim, *família brasileira* está caracterizando um modelo familiar de sentidos religiosos (cristão ocidental), ao mesmo tempo que

designa a estrutura social dentro do capitalismo. Entendemos que o discurso da direita fala em *preservação* (contra o *comunismo* e outros *espectros*) desse modelo atravessado por sentidos religiosos e morais.

Courtine (2009), ao analisar discursos católicos sobre o comunismo, traz colocações similares às que trouxemos na análise de Mariani (1996). Partindo do catolicismo, com enunciados do século XIX do Papa Pio IX e Leão XIII, temos, no primeiro, o comunismo como *doutrina execrável/funesta*, e no segundo, o capitalismo (sem o designar) como uma *desigualdade harmônica*, fruta da *vontade divina*, devendo as relações entre patrões e empregados serem amigáveis e respeitadas.

É no próprio princípio dessas “doutrinas funestas”, na luta de classes, que se situa a aberração. Em uma concepção organicista da sociedade como “corpo social” em que as classes sociais (as “ricas” e as “pobres”) participam da harmonia do todo, tal como se completam os membros do corpo humano, a luta de classes é concebida como o mal fundamental (COURTINE, 2009, p. 134).

A igreja católica, mais tarde, adota práticas de caridade, com obras e doações aos pobres, para atuar na assimetria das relações capitalistas (COURTINE, 2009). Ao mesmo tempo em que demoniza a luta dos trabalhadores, age para naturalizar as relações de exploração e por último expia a violência da desigualdade com caridade, fechando um ciclo de prática e reprodução ideológica dentro do mesmo modo de produção.

Como vimos com Mariani (1996), a noção de brasilidade está ancorada no anticomunismo a partir de sentidos morais de uma ocidentalidade cristã. A barbárie da interdição de outras nações, como os povos indígenas e africanos pode ser observada desde o início da colonização, resultando em mais de 300 anos de extermínio e escravização desses povos. No século XIX e XX, o que poderia ser lido como a abolição da escravidão, resulta em políticas de exclusão que relegam esses povos às margens, tratando-os como “classes perigosas” (COIMBRA, 2001).

A ex-colônia Brasil fazia de seu projeto ser um país europeu fora da Europa, buscando a sua imagem e semelhança⁵⁹ (*o que pode e deve ser*). Na lacuna da dominação portuguesa, agarraram-se às ideologias racistas do antigo continente (COIMBRA, 2001). O que poderíamos ler como uma fraternidade que não consegue derrotar o terrível pai, se pegamos mais uma vez os escritos de Freud (2013), restando obediência e admiração ao agressor.

⁵⁹ Chegando a ser *mais europeu que o europeu* (ORLANDI, 1990).

Assim, o que não é europeu ocupa um lugar marginal, impactando na geografia das cidades⁶⁰ e nas construções sócio-ideológicas do nacionalismo. Orlandi (1990) aponta como a cultura (ou efeito cultural) impacta nos sentidos sobre a brasilidade desde o *descobrimento*.

O princípio talvez mais forte de constituição do discurso colonial, que é o produto mais eficaz do discurso das descobertas, é reconhecer apenas o cultural e des-conhecer (apagar) o histórico, o político. Os efeitos de sentido que até hoje nos submetem ao “espírito” de colônia são os que negam historicidade e nos apontam como seres culturais (singulares), a-históricos (ORLANDI, 1990, p. 15).

Isso nos causa um enorme *estranhamento*, pois vemos que um processo violentíssimo de colonização não interrompe a identificação com os invasores. Os dominados são capazes de rejeitar seus próprios povos para *escolher* uma identificação que os subjuga. Novamente retornando à psicanálise, é como se, ao invés de subjugar o terrível pai, um dos irmãos se aliasse a ele para combater os outros irmãos, substituindo a solidariedade pela competitividade e pela busca da aprovação do pai. Segundo Kehl (2020, p. 172-173),

A igualdade política que garante a todos os mesmos direitos e oportunidades situa os indivíduos, simbolicamente, em um mesmo patamar a partir do qual cada um se vê como competidor em relação a seus iguais. O pressuposto de uma igualdade simbólica que não se faz acompanhar de igualdade de direitos garantidos de fato, aliado à identificação dos mais pobres com os valores das classes abastadas, corrói os laços de solidariedade – única forma de amparo coletivo do indivíduo isolado no seio das grandes massas urbanas. Apartados de seus semelhantes, que se apresentam como rivais, assim como de sua herança simbólica recalcada que possibilitaria o acesso a um saber inconsciente, os membros das sociedades modernas não compreendem a origem de seu desamparo e tendem a filiar-se sob a proteção de grandes formações identitárias.

Entendemos como uma *grande formação identitária*, trazida por Kehl (2020), a nacionalidade. É esse *signo* que consegue *acomodar*, mesmo que por meio de mitos, fábulas e hinos, as contradições sociais em uma série de atravessamentos ideológicos, abrindo, como denominamos, um *guarda-chuva de sentidos*, onde até os desamparados, explorados e excluídos podem se identificar, mesmo que de maneira subalterna. Então, se falamos de um brasileiro, podemos estar nos referindo a um camponês, um metalúrgico, um presidiário, um latifundiário, um padre, um professor, um sem-terra, um ministro etc., pois a nacionalidade *comporta* todos esses lugares sociais.

⁶⁰ Nesta temática, Coimbra (2001) traz as contribuições de Milton Santos.

Segundo Magalhães (2008), apesar de a esquerda ser predominante nos movimentos de rua, a direita, em certos momentos históricos, também os realiza, mostrando que a forma/corpo-protesto não é vinculada diretamente à esquerda. Em 1964, um ponto importante da luta reacionária *anticomunista*, tivemos grandes protestos contra João Goulart (MAGALHÃES, 2008). Houve uma sequência de protestos, posteriores a 2013, organizados por grupos reacionários, como o MBL (Movimento Brasil Livre), pedindo a volta da Ditadura civil-militar (retomando 1964), dentre outras medidas de exceção⁶¹. Inclusive, é nesse contexto que vimos ser formado *nas ruas* um movimento neofascista, o bolsonarismo (BOITO JR, 2020).

Junho de 2013 aparece como um espaço de indefinição. Não é possível apreender sentidos imediatos do nosso enunciado como antipetistas ou anticomunistas. No entanto, entendemos uma interdição de sentidos justamente pelo não-dito (pela *falta*) de dizeres socialistas/comunistas. O anticomunismo explícito atravessa as manifestações reacionais de 1964, onde “o gigante acordou” aparece nos cartazes em companhia com “o Brasil não será uma nova Cuba”. Também verificamos a emergência do anticomunismo explícito nas manifestações dos anos seguintes a 2013, atualizando o dizer para “o Brasil não será uma nova Venezuela”.

Assim, temos dois aspectos para sustentar sentidos anticomunistas atravessando o enunciado em 2013. O primeiro é que há atravessamentos históricos (políticos, morais e religiosos) na *nação brasileira*, como mostrou Mariani (1996), formando uma paráfrase entre o nacionalismo brasileiro e o capitalismo. O segundo aspecto é que não houve a circulação de dizeres socialistas/comunistas, o que seria necessário para termos um acontecimento discursivo sobre os sentidos do nacionalismo brasileiro.

O anticomunismo, apesar de não adentrar 2013 de maneira expressiva, circundava os sentidos anteriores, como em 1964 (e ao longo do século XX na grande mídia), e posteriores, sendo fortemente presente até os dias atuais de maneira explícita (no pós-2013), marcado justamente pelos símbolos nacionais reivindicados pela extrema-direita neofascista, como a bandeira nacional e a camiseta da seleção de futebol.

⁶¹ Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/politica/2020-04-19/bolsonaro-endossa-ato-pro-intervencao-militar-e-provoca-reacao-de-maia-stf-e-governadores.html>>. Acesso em 22 de fevereiro de 2021.

No entanto, o cenário em 1964 era outro. O socialismo era uma via possível, apesar de nunca ter juntado força política suficiente para de fato ameaçar a ordem burguesa brasileira, e seu *espectro* assombrava as elites latino-americanas principalmente após a Revolução Cubana de 1959 (LOPES, 2013). Foi durante a Marcha da Família com Deus pela Liberdade de 1964 que “o gigante acordou” é enunciado. O contexto sócio-histórico e ideológico permite que o “gigante” de 1964 seja anticomunista, mesmo que não se possa designar o trabalhista e estancieiro João Goulart como socialista (MASCARO, 2018).

Para existir um movimento anticomunista não é necessário que exista necessariamente uma alteridade comunista real para se opor. O anticomunismo, sempre ligado ao *espectro*, parece surgir como força preventiva da burguesia (“vejam o que pode vir a acontecer!”) ou como um tipo de delírio, se pensarmos em nossa conjuntura atual (“são os comunistas que dominam o mundo!”). Ou seja, a constituição dos sentidos fascistoides do anticomunismo é indiferente à luta socialista real, existindo como forma fantasmagórica, bestializada, como bem apontou Marx em 1848.

4 O gigante adorado

Chegando ao terceiro e último capítulo, já discutimos o “gigante” como efeito de identificação com os protestos, o “gigante” que é *puxado pelos cabelos* para significar a massa manifestante, e como efeito do nacionalismo, sendo atravessado historicamente por sentidos anticomunistas, ocidentais e cristãos. Neste capítulo, nos aprofundaremos no “gigante” atravessado pelos efeitos do neoliberalismo.

Retomando algumas questões sobre o enunciado: quando o sujeito de direito se revolta na forma histórica dos protestos? Quando, em um mundo neoliberal, de pós-política, a *normalidade* cotidiana é interrompida em uma marcha reivindicatória?

Pêcheux e Althusser, infelizmente, não viveram para observar os efeitos do fim da Guerra Fria com a derrocada do bloco soviético no final do século XX e seguir articulando suas obras com os acontecimentos posteriores. Apesar das suas colaborações teóricas seguirem atuais, há uma mudança histórica importante no final do século XX. Com o fim da mais importante experiência socialista, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), as revoluções socialistas saem do horizonte político global, ao menos temporariamente.

Se o neoliberalismo já vinha ganhando força e espaço desde a década de 1970, na virada do século era praticamente absoluto. A disputa política entre esquerda e direita dá lugar a indicadores de performance, baseados em termos empresariais, como gestão e eficiência (ŽIŽEK, 2013; SAFATLE, 2021). Passamos a discutir números no lugar de modelos políticos e luta de classes. Talvez a última oposição seja entre sociedade e Estado, gerando interpretações incompletas, como se a primeira fosse homogênea (sem classes), e o último o detentor do poder e da riqueza (dos *privilégios*).

No capítulo anterior, falamos do funcionamento do discurso católico anticomunista, que buscava legitimar as assimetrias do capitalismo, pregando *um bom patrão* e *um bom empregado*, ou seja, boas relações de *exploração*. Entendemos que a ideologia do século XXI opera na dissolução dessas diferenças sociais, como se vivêssemos em um mundo sem classes.

A pobreza não é mais vista como um efeito colateral e constante do modo de produção capitalista, mas como um apontamento moral de incapacidade dos pobres enriquecerem, tomando-os como *peças defeituosas* da engenharia do sistema e culpabilizando os próprios excluídos por sua condição (COIMBRA, 2001).

Segundo Pêcheux (2019), com base no trabalho anterior de Althusser (1985), os AIE são lugares, regionais e assimétricos, de reprodução-transformação das relações de produção. Nas palavras de Pêcheux (2019, p. 311), “(...) das condições ideológicas da transformação das relações de produção, isto é, da revolução, no sentido marxista-leninista”.

No entanto, a desidentificação com a ideologia capitalista pressupõe o (re)conhecimento e identificação com a ciência marxista. O “fim da história” e os saberes individualizantes neoliberais operam no completo apagamento dos saberes críticos. Defendemos que a disputa nos AIE está, momentaneamente, interdita de passar por uma transformação marxista-leninista. Inclusive chegamos a tal ponto que, em vista do avanço dos movimentos neofascistas no Brasil, recorreremos à defesa da própria ordem capitalista (democracia liberal), onde foi gestado e é mantido o cenário presente, tendo ocorrido rompimentos legais e abusos que passaram com pouca ou nenhuma consequência, como o golpe em 2016, a prisão de Lula em 2018, o desmonte dos direitos trabalhistas e previdenciários, entre outros retrocessos.

Assim, enquanto na direita o “fim da história” *empurra* os setores para o neofascismo, ou algo próximo a isso, a esquerda, tomada pela mesma ideologia que enfim naturaliza o capitalismo, como queriam as forças reacionárias dos séculos passados, deseja a democracia liberal, provavelmente aceitando a forma neoliberal, apesar de relegar seus aspectos fascistoides. Seria uma espécie de “fim da história” sem suas consequências, operando assim em um espaço muito estreito e de limitado horizonte transformativo.

Não vimos até hoje, como já citamos, protestos de mesma proporção contra o atual governo de extrema-direita, mesmo com o aumento da pobreza, da fome, da violência policial, da inflação e a situação calamitosa da Covid-19. Se houvesse um cálculo lógico para a revolta, teríamos muitas vezes mais pessoas nas ruas com a piora das condições materiais de existência. As mais absolutas violência e pobreza não significam, necessariamente, uma grande revolta imediata no horizonte.

Segundo Mascaró (2018, p. 42), “A crise neoliberal tem o destino da liberal do século XX: se não se liberta e gera socialismo, cria fascismos”. Por um lado, há um

certo reconhecimento da face horrenda do neofascismo à brasileira, mas, pelo outro, utiliza-se uma mesma gramática neoliberal, ou uma posição-sujeito, para interpretá-la, como se fosse somente uma espécie de desvio moral, esvaziando os aspectos de interesses de classes desse movimento reacionário que seduz a classe trabalhadora como se fosse um movimento antissistêmico (BOITO JR, 2020). Trazemos esse exemplo para ilustrar como, mesmo no agravamento das condições políticas e sociais no país, a ideologia dominante segue operando com relativa “normalidade”. Junho de 2013 não foge à regra.

Se pensarmos que o socialismo não estava em pauta em 2013, a mudança que aparecia como desejo da massa protestante só poderia existir dentro do enunciado de “fim da história”, mais especificamente, sob a ordem neoliberal. Como vimos, as demandas orbitavam ao entorno de *eficiência* na gestão pública, *controle de gastos*, políticos idôneos (sem corrupção) etc. Grupos minoritários também participavam e questionavam questões como encarceramento em massa, direitos das pessoas das periferias, moradia, entre outros; no entanto, estas não se configuraram como pautas gerais.

A ausência de um horizonte revolucionário não implica o fim das lutas, mas a reconfiguração delas. Também não significa maior homogeneidade social das identificações, mas também uma modificação de como se vê a própria sociedade. Podemos entender que, em uma sociedade de alta competição e performance (SAFATLE, 2021), desejamos condições de estar nessa corrida (pela ascensão social, pela riqueza, por reconhecimento da *vitória*), mas a corrida não é questionada. A competição entre todos em detrimento da solidariedade segue como regra⁶².

A despolitização de ver a política como gestão e não como disputa ideológica entre classes pressupõe um Estado neutro. Se alguém não tem dinheiro, conseqüentemente não dorme sob um teto e não se alimenta. Uma resposta despolitizada diria que essa pessoa deva arranjar dinheiro para comer e morar em uma casa, culpabilizando a pessoa por sua condição e deixando de questionar por que a comida e a moradia sejam mercadorias, se são essenciais para a existência.

Trazemos esses sentidos pensando nos efeitos da despolitização no sujeito. A despolitização não significa que o sujeito deixa de ser atravessado pela sua classe

⁶² A identificação a esse discurso (re)produz a dissolução da identificação proletária e pode ser entendido que o sujeito-neoliberal não busca se organizar enquanto classe. Ele busca, individualmente, ascender de classe (ser bem-sucedido). Resumidamente, ficar rico.

social e pela historicidade de sua forma, mas que há um recalçamento de sua condição. As nomeações que permitem a interpretação da realidade são modificadas, o que em alguns momentos designaremos como *gramática*, ou seja, um novo conjunto de dizeres que impactam nas formulações dos enunciados.

Essa gramática neoliberal também tem efeitos nos movimentos de esquerda. Mesmo que sejam contestatórios, há algumas características que causam *estranheza*, como o excesso de designações como *movimentos horizontais*, como Nunes (2013) aborda. A dissolução da autoridade pode ser entendida como uma super-afirmação do sujeito, dono de si, que não quer ter um chefe e nem seguir uma diretriz, mas usufruir de uma individualidade ilusória e narcísica, pois inalcançável (KEHL, 2020).

Também necessitamos de comentários sobre o PT, pois, como já mencionamos, era o governo na esfera municipal em São Paulo e na esfera federal. O partido ocupa uma tensa posição entre a burguesia e o proletariado. Autores como Antunes (2020) classificam o PT como social-liberalismo, devido à manutenção de políticas neoliberais, mas com ações no campo social, ou seja, não há um projeto de transformação radical do partido, mantendo consistentemente a defesa da democracia liberal e suas instituições⁶³.

É possível estabelecer uma relação entre o que o PT e a democracia liberal. Os limites do primeiro, de certo modo, demonstraram os limites do segundo. Se as formas de exceção e ascensão da extrema-direita se mostram presentes no processo de golpe contra a Presidenta Dilma Rousseff em 2016 e na prisão de Lula em 2018, tirando-o da disputa eleitoral daquele ano, podemos entender que a classe dominante, nacional e internacional, demonstrou os limites da conciliação de classes, operando um desmonte dos patrimônios nacionais e direitos sociais.

O primeiro ponto dessa ascensão, o ponto de inflexão que estamos resgatando, são os protestos de Junho de 2013. A partir dali, as rédeas foram perdidas pelo partido, mas não para serem tomadas pelo PSDB (opponente clássico) ou uma alternativa à esquerda, mas por um movimento que começava a se articular e se consolida nas eleições em 2018.

⁶³ Há uma ironia histórica ocorrendo atualmente no Brasil. A mídia hegemônica vem exaustivamente buscando o seu candidato da “terceira via” para escapar de uma eleição Lula x Bolsonaro (aparentemente esse candidato será o ex-juiz e ex-ministro de Bolsonaro, Moro, a se confirmar), o que frequentemente foi designado como embate de “extremos”. A ironia é que a “terceira via” surge no século XXI como alternativa ao neoliberalismo e ao socialismo e tem como representante no Brasil justamente o PT e seu social liberalismo, conforme aponta Antunes (2020).

Durante os protestos, podemos dizer que o “gigante” rechaçava o PT ou era uma ojeriza abrangente, como parece no enunciado “fora todos os partidos!”? O “gigante” trazia um sentido de uma posição suprapartidária, além da ideologia (já que estaríamos no “fim da história”)? Seria o ressentimento (KEHL, 2020) da classe média, por se sentir prejudicada nas políticas sociais aos mais pobres, que viria à tona nos anos seguintes?

Começaremos fazendo alguns apontamentos sobre como se manifesta o mal-estar no neoliberalismo a partir de nomeações, conforme desenvolvido por Safatle (2021). Assim, buscamos entender algumas características dos protestos de Junho de 2013.

4.1 O sofrimento neoliberal

Existe um argumento de que as manifestações apresentavam razões econômicas para acontecerem naquela intensidade. O projeto econômico do PT estava chegando ao seu teto. O descontentamento da classe trabalhadora era simbolizado na luta pelo transporte público e o crescimento econômico estava diminuindo e conjuntamente o lucro do empresariado (MASCARO, 2018). No entanto, há uma lacuna gigantesca entre um descontentamento com o governo e suas políticas e a massificação de protestos. Um não é evidência e pré-requisito do outro.

Um ponto frequentemente esquecido é que a luta de classes não é somente a classe trabalhadora lutando para sobreviver em um sistema de exploração enquanto a burguesia fica estática, garantindo a reprodução capitalista. O inverso também acontece, sendo justamente o caso brasileiro na década de 2010. A crise iniciada em 2013 foi a fagulha para uma ofensiva burguesa (não só) em forma de protestos. Acabou resultando no aumento da exploração e da espoliação, somando-se privatizações e desmontes de direitos sociais, com um clima de apatia generalizada nas esquerdas (MASCARO, 2018).

Não podemos tentar compreender Junho de 2013 sem olhar o descontentamento da burguesia (nacional e internacional) com os sinais de esgotamento da conciliação de classes do PT. É sintomático que a demanda inicial pelo acesso ao transporte público tenha sido praticamente engolida na massificação dos protestos e ignorada no discurso da grande mídia.

Defendemos que não só a conciliação de classes do PT estava chegando em seu teto, mas, de certo modo, a democracia liberal também. Esse ponto é sensível e passível de muitos debates. A burguesia, por meio da ofensiva que perdura até nossos dias, deixou *claro* que a estagnação dos lucros significava que a conciliação não era mais possível. Partes desse movimento, as próprias instituições refletiram os interesses burgueses e, com o Congresso e o Supremo Tribunal Federal (STF), realizaram e chancelaram, por omissão ou consentimento, um golpe de Estado em 2016 (MASCARO, 2018).

Uma visão superficial pode interpretar que as medidas para conter a crise adotadas pelo PT eram insuficientes e deveriam ter conduzido a disputa política que se acirrava de outra maneira. Porém, dentro das regras neoliberais, há um limite. O neoliberalismo não admite alternativas (SAFATLE, 2021). O apartidarismo, que entendemos como parte da despolitização neoliberal, passa a crescer e tomar forma a partir de 2013, exigindo soluções “de fora”, como iremos aprofundar mais adiante.

O antipetismo⁶⁴, uma variação do apartidarismo, ganha força nos anos seguintes e parece funcionar como um estabilizador do mal-estar da crise, designando um responsável. Interpretamos essa designação como um sintoma e não a causa da crise, pois não era o PT em si que estava em jogo, mas uma crise que operava em vários níveis. Não adiantaria o PT fechar o partido e nunca mais participar do jogo eleitoral. Qualquer outro partido com viés crítico, no momento em que entrasse na disputa, sofreria as mesmas dificuldades. A crise iniciada em 2013 não pode ser entendida olhando somente a disputa político-partidária, mas as determinações contraditórias da estrutura capitalista na forma neoliberal e os próprios limites da democracia liberal.

⁶⁴ Não iremos aprofundar o termo neste trabalho, mas gostaríamos de deixar algumas colocações. O antipetismo aparece como uma espécie de explicação mágica do golpe de 2016 e da derrota em 2018. No entanto, O PT, mesmo após esses movimentos de rua, venceu a disputa eleitoral em 2014, e, em 2018, mesmo perdendo, chega ao segundo turno em uma campanha montada às pressas, pois o candidato do partido, Lula, foi preso e incapaz de concorrer no mesmo ano. O que chama a atenção é que, mesmo preso, Lula se mantinha à frente do candidato conservador. Assim, que tipo de antipetismo social seria esse em uma conjuntura que o candidato do partido sairia vencedor mesmo estando preso? Para comparação, o PSDB saiu do segundo lugar em 2014 para o quarto lugar no primeiro turno com 4,76% dos votos, o que nunca se configurou em uma designação antitucanismo. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/eleicoes/2018/cobertura-votacao-apuracao/primeiro-turno>>. Acesso em 28 de setembro de 2021 e <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/08/22/pesquisa-datafolha-lula-39-bolsonaro-19-marina-8-alckmin-6-ciro-5.ghtml>>. Acesso em 25 de outubro de 2021.

Para nos aprofundarmos nos efeitos do neoliberalismo, iremos abordar como o sofrimento é ressignificado nessa forma do capitalismo. Safatle (2021), ao utilizar o exemplo da crise na Grécia em 2015, mostra como a resposta aos gregos que lutavam por medidas heterodoxas na economia se deu por enunciados morais, como a fala de Christine Lagarde que exigia o fim do “comportamento infantil” desses grupos que iam contra as medidas neoliberais de ajuste fiscal. A disputa política então não se configurava mais em discordâncias em termos das ciências econômicas, mas em divisão entre adultos e crianças ou “maturidade e minoridade psicológica” (SAFATLE, 2021, p. 17).

Safatle (2021) usa esse exemplo que é muito bem aplicável às realidades ao redor do globo. O neoliberalismo não aparece como alternativa, mas como *realidade* do mundo dos adultos e dos seres racionais. Segundo o autor, poucos demonstraram estranheza ao se deparar com aqueles discursos morais sobre diretrizes econômicas. Isso se deu ao longo do tempo com a repetida solução para as crises econômicas: as chamadas medidas de austeridade, um termo (austeridade) que não advém das teorias econômicas, mas que ganhou estatura e uma certa “evidência” nesse não-debate (SAFATLE, 2021).

Note-se que ser contra a austeridade é, inicialmente, uma falta moral, um desrespeito ao trabalho de terceiros, além de uma incapacidade infantil de retenção e poupança. Criticar a austeridade é assim colocar-se fora da possibilidade de ser reconhecido como sujeito moral autônomo e responsável. Da mesma forma, era moral a defesa de que os indivíduos deveriam parar de procurar “proteção” nos braços paternos do Estado-providência a fim de assumir a “responsabilidade” por suas próprias vidas, aprendendo assim a lidar com o mundo adulto de uma “sociedade de risco” (embora nunca tenha realmente ficado claro se os riscos afinal eram para todos) (SAFATLE, 2021, p. 18).

Se a “racionalidade econômica” vai crescendo desde a década de 1970 e se infiltrando nas mais diversas regiões do conhecimento, podemos enxergar um efeito semelhante na predominância das ciências idealistas no estudo da língua. Pêcheux (2015, p. 55) aponta como o “fantasma da ciência régia” trabalha na negação do equívoco na língua, tornando a interpretação em questão de *certo* e *errado*, ignorando as filiações históricas e ideológicas. Se, no debate econômico, o neoliberalismo aparece como maduro e as medidas heterodoxas como infantis; na língua, eleva-se ela à condição de neutralidade e transparência absoluta, interditando a historicidade e filiações ideológicas dos dizeres. Assim, a falta de uma teoria materialista acaba gerando essas dicotomias, como ocorre na economia e na língua.

A intrusão de termos psicológicos e morais no campo econômico se dá em um processo de ressignificação dos autores clássicos do liberalismo. Havia uma certa premissa da racionalidade e natureza humana, como Safatle (2021) constata em Stuart Mill. Amparados por vieses idealistas, os autores liberais se debruçavam em entender como se dava o processo de geração de riqueza e por que havia países mais ricos que outros, por exemplo. Não raro, as respostas traziam sentidos de aptidões “naturais” de certos povos e seus territórios (o que explicaria as assimetrias entre países). Stuart Mill sugeriu uma premissa de “desejo de riqueza” do ser humano, não como verdade absoluta, mas como interpretação da ação humana (SAFATLE, 2021). Isso foi retomado pelos neoliberais com sentido de evidência da *natureza humana*, justificando a exploração e as assimetrias como “naturais”.

Há certas generalidades dos autores clássicos reapropriadas no neoliberalismo, mas há uma diferença considerável entre os dois momentos. Atualmente, a economia se autonomiza do político e o subordina, através de preceitos psicológicos e morais, tratando-se da expressão de uma decisão política violenta, pois virtualmente elimina a chance de alteridade, no que Safatle (2021) chama “economia moral”.

Essa eliminação da política não tem consequência apenas na direção econômica de um país, mas também “(...) para os modos de sujeição psíquica e sofrimento social” (SAFATLE, 2021). O neoliberalismo, se considerarmos seu nascimento a partir dos textos da Sociedade Mont Pèlerin nos anos 1940, surge como um manifesto conservador, reivindicando um “padrão moral absoluto” e a inquestionabilidade da “desejabilidade do império da lei” (SAFATLE, 2021, p. 20).

A recusa ao primado da propriedade privada e da competitividade não seria apenas um equívoco econômico, mas principalmente uma falta moral. Sua defesa deverá ser não apenas assentada em sua pretensa eficácia econômica diante dos imperativos da produção da riqueza. Ela deveria se dar através da exortação moral dos valores imbuídos na livre iniciativa, na “independência” em relação ao Estado e na pretensa autodeterminação individual (SAFATLE, 2021, p. 20).

Essa transição para a “economia moral” é acompanhada da substituição de termos políticos como justiça, equidade, luta de classes e exploração para outros como ódio, medo, frustração, inveja e esperança (SAFATLE, 2021). Esse movimento é acompanhado por dizeres que desfazem a sociedade em unidades, as famílias, criando sobreposições das relações de autoridade paterna e materna com o Estado. Isso faz emergir “(...) a fantasia social da família como núcleo de relações hierárquicas

naturalizadas, não problemáticas, da autoridade baseada no amor e na devoção” (SAFATLE, 2021, p. 22).

A *família*, em específico a *família brasileira* (ou *família tradicional brasileira*), aparece em excesso (ERNST, 2009) nos enunciados reacionários nos anos seguintes a 2013. No entanto, isso não representa a inauguração do uso da *família* nos discursos políticos, a partir de sentidos morais e religiosos. Na segunda metade do século XX, havia no Brasil a tese generalizada de que uma família “desestruturada” daria origem à rebeldia dos filhos, resultando desde ao fracasso escolar até a violência urbana (DUNKER, 2015). Assim, a *família* aparece como resgate de uma memória discursiva que já trazia uma relação direta entre hierarquia e ordem.

O processo de reeducação social que gerou a atual hegemonia do neoliberalismo teve forte intervenção estatal. Como laboratório desse ideário, tivemos a experiência chilena em 1973. Uma ditadura militar neoliberal vista com otimismo por grandes nomes do neoliberalismo como Friedman e Hayek (SAFATLE, 2021).

Até se consolidar a forma que materializa a internalização da gramática neoliberal (o que nós chamaríamos de FD neoliberal), ou seja, para chegar ao sujeito *esportista*, “empreendedor de si”, medido por performance, foi necessário o uso da máquina do Estado para esse processo (SAFATLE, 2021). Assim, não só o sujeito neoliberal é individualizado, mas também a percepção de mundo é fragmentada e medida por aspectos morais, psicologizantes e empresariais. Além disso, essa reconfiguração não foi *espontânea*, mas realizada por uma reeducação social. O Estado mínimo neoliberal não significa um Estado ausente, mas ativo na reconfiguração de seus aparelhos, um processo que não fica isento de crises e disputas.

A “racionalidade” neoliberal que subjuga o político precisa, necessariamente, operar em uma sociedade radicalmente despolitizada, ou seja, é apenas com o esvaziamento da política que esse lugar absolutista da gramática neoliberal pode germinar (SAFATLE, 2021). A cisão entre a política e a economia torna esta um poder soberano, articulador de toda uma engenharia social que redefine não só os parâmetros da política, mas do sofrimento psíquico com a internalização da culpa, do não-sucesso, resultando no aumento expressivo dos casos de depressão (DUNKER, 2015; SAFATLE, 2021).

A libertação do Estado, em um projeto comunista de sinal invertido, aparece como meta dos sujeitos neoliberais, para alcançarem todo o seu ideal de potencial

individual narcísico sem os entraves sociais. O foco no indivíduo a partir do estilhaçamento do social é resultado dessa despolitização. Ao invés de compor o proletariado e lutar por mais direitos ou por sua libertação, ele luta para ser o “melhor” e “ganhar” em uma competição entre trabalhadores que sequer deveria existir. Assim, divide-se a sociedade não entre os detentores dos meios de produção e trabalhadores, mas entre bem-sucedidos e fracassados.

O neoliberalismo, assim como qualquer outra forma socioeconômica, altera as configurações do mal-estar e do sofrimento, pois o reconhecimento (ou desconhecimento) social transforma a experiência real do sofrimento, pois ele é afetado pelo processo de nomeação (DUNKER, 2015; SAFATLE, 2021). Isso não se dá apenas no plano subjetivo dos sujeitos, mas as próprias descrições e categorias do *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* (DSSM-III) sofreram grandes alterações no fim dos anos 1970 (SAFATLE, 2021). As intervenções clínicas não operam fora da ideologia, pois a patologia psíquica (e a cura) não é uma questão biológica, indiferente à nomeação (DUNKER, 2015).

Safatle (2021) questiona, por exemplo, o que seria uma desregulação emocional. O autor defende que não há parâmetros biológicos precisos para determinar o que seria uma patologia, ou seja, há um intenso jogo ideológico (e histórico) do diagnóstico ao tratamento. Nas atualizações do DSM, desde os anos 1970, a categoria neurose desapareceu. Hoje vivemos na hegemonia das depressões.

Pois contrariamente ao modelo freudiano das neuroses, em que o sofrimento psíquico gira em torno das consequências de internalização de uma lei que socializa o desejo, organizando a conduta a partir da polaridade conflitual permitido/proibido, na depressão tal socialização organizaria a conduta a partir de uma polaridade muito mais complexa e flexível, a saber, a polaridade possível/impossível. A proibição moral advinda das exigências normativas de socialização dá lugar a uma situação de flexibilização das leis, de gestão da anomia que coloca as ações não mais sob o crivo da permissão social, mas sob o crivo individual do desempenho, da performance, da força relativa à capacidade de sustentar demandas de satisfação irrestrita. Assim, o indivíduo é confrontado a uma patologia de insuficiência e da disfuncionalidade da ação, em vez de uma doença da proibição e da lei (SAFATLE, 2021, p. 42).

Essa mudança, do permitido/proibido para possível/impossível, traz consequências significativas no sujeito neoliberal. Ao tratar da neurose, a intervenção clínica não se limitava a pensar o indivíduo, como se o sofrimento fosse resultado dele próprio, mas buscava-se o entendimento de que a inadequação do sujeito era antes uma impossibilidade das estruturas de comportarem as singularidades do desejo, insuficiência essa chamada por Lacan e outros psicanalistas como “falta no Outro”

(SAFATLE, 2021). A cura perpassaria pela mudança no modo de adesão e participação social, nessa perspectiva. A implosão da categoria da neurose, e assim da dialética com o social, precede à elevação da personalidade como objeto que definirá a normalidade e a patologia de maneira funcional (SAFATLE, 2021).

Em uma situação social no qual todos os setores da vida são indexados a partir de uma visão unitária baseada na generalização da racionalidade econômica, na generalização de uma mesma gramática da experiência para todas as esferas da vida humana, o quadro clínico fundamental para a definição do sofrimento psíquico não poderia ser outro além exatamente da perda da capacidade de organizar as dimensões da vida a partir de um princípio geral de unidade, de coerência e de síntese. As formas de sofrer aparecem como impossibilidade de operar uma reconversão geral da vida a partir da abstração geral da unidade e da síntese, abstração essa que será agora vista como “liberdade”. Dessa forma, o neoliberalismo nos levou a sofrer de outra forma, procurando retirar de nosso sofrimento psíquico a consciência potencial da violência social (SAFATLE, 2021, p. 44).

Dunker (2015) designa a mudança neoliberal na subjetividade como “lógica do condomínio”, ou seja, a sedimentação do sujeito com o exterior, vivendo sob a centralidade da segregação na resolução e identificação de quaisquer problemas sociais sob aspectos aparentemente objetivos, o que podemos relacionar com a “racionalidade econômica” que Safatle (2021) aborda.

O condomínio é, ao mesmo tempo, a metáfora de uma vida apartada e o modo de organização das moradias dos ricos no Brasil a partir da década de 1970 (DUNKER, 2015). Os condomínios (sua segurança e sensação de exclusividade) como modo de vida ganharam a condição de desejo pela classe média. Seria um modo de se separar fisicamente da pobreza, de deixá-la para fora através de barreiras físicas, com controle e restrição de circulação. São construídos como locais fechados, administrados pela figura de um síndico, que seria um gestor não-político e *técnico*, um excelente representante da pós-política (DUNKER, 2015). Segundo Žižek (2013, p. 39),

(...) a “pós-política” é uma política que afirma deixar para trás os velhos combates ideológicos para se centrar, por outro lado, na gestão e na administração especializadas, enquanto a “biopolítica” designa como seu objetivo principal a regulação da segurança e do bem-estar das vidas humanas. É evidente que hoje as duas dimensões se sobrepõem: quando se renuncia às grandes causas ideológicas, tudo o que resta é a administração eficaz da vida... ou quase apenas isso. O que significa que, com a administração especializada, despolitizada e socialmente objetiva e com a coordenação dos interesses como nível zero da política, a única maneira de introduzir paixão nesse campo e de mobilizar ativamente as pessoas é através do medo, um elemento constituinte fundamental da subjetividade de hoje.

Safatle (2021) também cita o medo como “novo” mobilizador da política no neoliberalismo, assim como podemos entender os muros do condomínio de Dunker (2015) como uma resposta a ele. Esse entendimento pode nos ajudar a entender a opacidade do nosso enunciado. Conforme questionamos no início deste capítulo, que forma de resistência surge em meio a esse cenário pós-político neoliberal?

Uma primeira característica que apreendemos são os protestos como negatividade. Partindo da configuração da forma/corpo-protesto, sua historicidade e *reação* a um mal-estar que emerge e é nominalizado dentro de uma conjuntura histórica, os protestos atuais dificilmente parecem ser propositivos. Explicamos brevemente que a década de 2010, especialmente a partir de 2016, foi marcada por uma ofensiva da burguesia. Podemos identificar, em uma análise superficial, uma série de enunciados negativos como “Não vai ter copa” em 2013, “Não vai ter golpe” em 2016 e “Ele não” em 2018. Dificilmente vemos protestos de esquerda com enunciados positivos, mas podemos dar destaque aos protestos com o forte enunciado “Vida, Pão, Vacina e Educação” e similares em 2021⁶⁵.

Safatle (2019) critica essa perspectiva da esquerda de ser apenas uma resistência genérica e não conseguir passar para uma arena propositiva. Aqui estamos entendendo a *resistência não-propositiva* como o excesso do advérbio “não”, sendo que esses dizeres negativos não acompanham outros positivos.

Entendemos que os enunciados negativos ocultam as identificações, dando destaque para as contraidentificações ou desidentificações (como “Ele não”). Assim, as formas-sujeito que compõem essas manifestações se tornam mais opacas. Entendemos que não é possível apreender identificações apenas pela negatividade e essa recusa/rejeição a um enunciado propositivo, como se o sujeito permanecesse na modalidade de mau sujeito (sem enunciar a sua identificação). Isso aparece como um sintoma do neoliberalismo, conforme apontamos. Essa característica também constitui a configuração dos movimentos sociais, em excesso autodesignados como horizontais, apartidários, chegando em alguns casos a se declararem como *nem esquerda, nem direita* (NUNES, 2013).

Nunes (2013), ao analisar a Marcha da Maconha de 2011, mostra como os integrantes se identificavam com uma posição que rechaçava a ideia de líder de movimento. Havia muitas menções sobre a horizontalidade do movimento.

⁶⁵ Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2021/03/estudantes-fazem-protestos-por-vida-pao-vacina-educacao-e-forabolsonaro/>>. Acesso em 26 de outubro de 2021.

Contraditoriamente, havia um núcleo decisório sobre a organização e planejamento das ações do movimento, no entanto, mostravam uma certa resistência em chamar esse núcleo de dirigentes ou líderes do movimento (o que na prática eram).

Por exemplo, “Não vai ter copa” poderia significar que simplesmente querem o cancelamento dos jogos, que querem diferentes construções que não os estádios, ou ainda que o financiamento dos jogos seja realocado para outras finalidades. “Não vai ter golpe” poderia significar a continuação do governo de Dilma Rousseff, que a esquerda estaria pronta para retomar o poder caso se concretizasse o ato, ou ainda que evitariam a quebra institucional a qualquer preço. Por último, “Ele não”, mesmo que se apreenda que “Ele” é Bolsonaro, não define uma linha de ação (o que fazer caso sua candidatura continue e ele ganhe) ou uma preferência por outra candidatura (devemos apostar no candidato X para evitar a vitória do candidato de extrema-direita).

Os protestos simbolizados pelo enunciado “Lula livre!”, por outro lado, tinham outros sujeitos se configurando nos protestos, diferente de “Qualquer um, menos Bolsonaro”. Havia uma denúncia, da prisão ilegal do candidato favorito das eleições de 2018, e uma reivindicação propositiva: soltem o Lula!

Não podemos deixar de mencionar o trabalho de Indursky (2019b), que traz o importante acontecimento do discurso de Lula horas antes de se entregar para a Polícia Federal. O ex-presidente, ao lançar o “discurso fundador da resistência”, abre caminho para uma “contraidentificação com a justiça” (INDURSKY, 2019b, p. 136-137). A identificação com a lei (dobrada e remanejada para prender o candidato favorito sem a conclusão das instâncias legais de seus processos), a partir do discurso de resistência, é quebrada. Podemos ilustrar esse acontecimento com a permanência de Lula no primeiro lugar das pesquisas, mesmo depois de preso⁶⁶.

Tendo esse episódio como ilustração, percebemos como não podemos ter interpretações apressadas sobre o PT e as posições-sujeito que permeiam o objeto, seja em qualquer uma das modalidades de assujeitamento. Neste trabalho, nossa intenção pende mais para reforçar a opacidade política do partido do que para tentar apreendê-la; mesmo assim faremos algumas considerações sobre isso em seguida.

⁶⁶ Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/08/22/pesquisa-datafolha-lula-39-bolsonaro-19-marina-8-alckmin-6-ciro-5.ghtml>>. Acesso em 25 de outubro de 2021.

Vistas essas características do neoliberalismo e alguns dos seus efeitos na política, no sofrimento psíquico, nas subjetividades e até nos movimentos sociais, voltaremos à Junho de 2013. Se não conseguimos delimitar uma grande causa daqueles protestos, somando-se o próprio individualismo da modernidade e do neoliberalismo, por que a manifestação aconteceu naquela intensidade?

4.2 Dos vândalos aos cidadãos de bem

É sintomático que uma luta legítima (pois afeta a subsistência dos trabalhadores e estudantes) e aparentemente simples como a revogação do aumento de uma passagem (ou seja, não era nem pela extinção do valor da passagem e um transporte 100% público, mas a volta ao preço anterior), tenha sido tão rechaçada pela grande mídia. Os representantes do MPL foram tratados como *ingênuos* e *mimados*, lembrando a contribuição de Safatle (2021) de como o discurso neoliberal assume uma postura moral entre *adultos* e *crianças*. Assim, o reajuste da passagem seria o *adulto racional* e a reivindicação pela revogação dele a *criança que não entende como funciona o mundo*.

Os efeitos neoliberais, que incidem na grande mídia, podem ser lidos, nessa interdição do outro (a *criança*), como: “a esquerda gasta demais”, “a esquerda politiza a economia”, “a esquerda quebra o país”. Alguns até elogiosos (sem romper a hierarquia adulto-criança), como: “sabemos que vocês têm boas intenções, mas precisam entender que não se pode ter tudo o que se quer”, como se fosse o pai explicando ao filho por que ele não pode ter um brinquedo.

Retomamos Mariani (1996) para entender o funcionamento do discurso jornalístico, sendo que há uma certa similaridade entre o tratamento aos comunistas do século XX e os movimentos sociais do XXI (no que tange à deslegitimação ou interdição da alteridade). Assim,

(...) o discurso jornalístico atribui-se a objetividade, a imparcialidade e a veracidade da informação, produzindo (não exclusivamente apenas por este viés) a impressão de que o acontecimento narrado/descrito de fato ocorreu daquele único modo. O efeito de real é obtido através de diferentes mecanismos discursivos, estratégias estas que conduzem o público leitor a se reconhecer no imaginário engendrado pelo jornal (MARIANI, 1996, p. 154-155).

A seguir vamos dedicar algumas linhas para falar sobre a entrevista do MPL no Roda Viva, realizada no dia 17 de junho de 2013⁶⁷, pois podemos articular alguns trechos da entrevista à nossa reflexão. Mesmo que nosso objeto se localize na massificação dos protestos, há um importante papel da questão tarifária inicial. Os R\$ 0,20 (vinte centavos), no mínimo, foram a fagulha para os grandes protestos. Observar o que era perguntado pela grande mídia aos representantes do movimento (e suas respostas) traz alguns exemplos dos discursos em disputa nas Jornadas de Junho.

A entrevista aconteceu sob o comando de Mario Sergio Conti, sendo os participantes: o coronel reformado da PM José Vicente Filho⁶⁸, o jornalista do Estado de São Paulo Marcelo Godoy, o jornalista da TV Brasil Milton Coelho da Graça, o jornalista da rádio Bandeirantes Rafael Colombo e a jornalista da TV Folha Giuliana Vallone (que havia sido vítima de um tiro de bala de borracha disparada pela PM no olho enquanto cobria as manifestações do dia 13 de Junho de 2013). No dia da entrevista ocorriam protestos em pelo menos 40 cidades e acontecia tentativa de invasão no Congresso Nacional, segundo o âncora.

Os entrevistados foram dois representantes do MPL, Nina Cappello e Lucas Monteiro de Oliveira. Sobre a organização do movimento, eles, ao longo da entrevista, dizem que o movimento não tem liderança. Explicam que a maioria das manifestações ocorrem em cidades que não têm atuação do MPL (quando já acontecia a massificação das manifestações) e que o objetivo imediato era a revogação do aumento de tarifa de transporte em São Paulo e nas cidades onde ocorreu o mesmo, mas que o movimento tem um objetivo mais amplo pela gratuidade da passagem.

Algumas falas da entrevista são sintomáticas, como a pergunta de Rafael Colombo, ao cobrar sobre a existência de bandeiras partidárias nas manifestações e sugerir críticas ao MPL ao fato de as permitirem⁶⁹. O mesmo jornalista, em seguida, questiona o que seria feito para defender os protestos dos interesses político-partidários. Nina Capello responde que o MPL é um movimento *apartidário*, mas não *antipartidário*, falando que os partidos sempre estiveram junto com o movimento, mas que não seguem a linha de nenhum deles. Mais adiante, o âncora questiona se o

⁶⁷ Disponível em: <<https://youtu.be/8FacFeGixxY>>. Acesso em 22 de março de 2021.

⁶⁸ Chama-nos a atenção a participação de um ex-Policial Militar para entrevistar os representantes do MPL, sendo que a repressão policial estava intensa naquela fase. Por que trazer um representante do aparelho repressor à entrevista?

⁶⁹ Legitimando (ao mesmo tempo que o jornalista se identifica com a interdição de bandeiras, ele as autoriza pelo discurso jornalístico) as ações violentas de interditar as bandeiras partidárias nos protestos, sendo gradativamente substituídas pela bandeira do Brasil.

movimento é de esquerda ou de direita, ao que Lucas Monteiro de Oliveira responde que são de esquerda, mas nega que sejam socialistas (apesar de, na sequência, ele elaborar que defendem um novo tipo de sociedade com um povo soberano sobre as políticas que o afeta).

Também há diversos questionamentos sobre os episódios de violência, sendo o jornalista Marcelo Godoy o primeiro a introduzir o tema. Ele pergunta como eles viam os atos de *violência* dos manifestantes. É respondido que a violência partiu da própria polícia, denunciado que a polícia já havia prendido mais de 240 pessoas, inclusive pessoas que apenas se dirigiam aos protestos.

O ex-policia militar José Vicente Filho aponta que o MPL não estava realizando o aviso prévio às autoridades que, pela Constituição, os manifestantes deveriam fazer. Nina Cappello comenta que desde o início o movimento procurava diálogo com as autoridades, mas que não estavam dispostos a planejar o trajeto com a polícia, argumentando que tal decisão deveria partir do movimento e apenas os informavam por onde passariam.

A questão da interdição da negociação da tarifa também é levantada. Lucas aponta que, na terceira semana dos protestos, ainda não haviam recebido convite para negociar sobre as tarifas com a prefeitura ou com o governo do estado. Os representantes do MPL falam abertamente sobre a necessidade de protestos contínuos e volumosos como barganha política para abrirem um espaço de interlocução sobre a questão tarifária.

As perguntas e respostas que destacamos perpassam diversas questões que tivemos ao longo do trabalho. Vemos o MPL se declarar um movimento sem lideranças, apartidário e de esquerda, mostrando contradições que deslizam entre uma proposição sobre a questão tarifária, mas ao mesmo tempo a rejeição a uma identificação socialista. Também há uma interessante pergunta sobre como o movimento se *defenderia* dos partidos, declarando uma separação formal entre ambos. Entendemos que é possível apreender sentidos sobre os partidos como *ardilosos* e *oportunistas* (inclusive ilegítimos de estarem nas ruas).

A relação tensa com o ARE é alvo de diversas questões, como qual seria a responsabilidade do MPL com os *vândalos* e *black blocs*. Um ponto importante é levantado pelo ex-policia militar que resgata os rituais da lei para autorizar os protestos, mostrando, como já apontamos, os limites legais-institucionais dessa forma política de reivindicação, suscetível à repressão nas ruas e ao encarceramento.

Por último, a utilização dos protestos como abertura de uma interlocução interdita também aparece nas falas. Isso não se limita à grande mídia, mas em especial ao poder público, ou seja, a instância capaz de absorver e responder às demandas a partir da autonomia relativa do Estado, que desenvolvemos anteriormente como constitutiva da forma/corpo-protesto.

No entanto, algo acontecia naquele ano, de difícil apreensão de sentidos, como demonstrou a mídia inúmeras vezes. Primeiro, ao desqualificar o movimento, e, depois de vê-lo tomar grandes proporções, questionar, como visto na entrevista do Roda Viva já mencionada no capítulo anterior, o que estava acontecendo? Revogado o aumento da passagem, parariam os protestos?

Por que os representantes do MPL negam que sejam socialistas? Seria pelo mesmo motivo de se declararem apartidários e sem liderança? Para não recair em sentidos pejorativos históricos sobre o comunismo? Ou seria uma negação constitutiva da esquerda no século XXI? “Não somos de direita e nem socialistas, queremos algo diferente”, o que se apresenta como um socialismo sem nome. Por que essa negação? Como se dá a resistência nessas condições?

Trabalhar os sentidos da grande mídia e das redes sociais foi recorrente nos trabalhos sobre Junho de 2013. Para novamente situarmos nossa contribuição, trataremos alguns aspectos de trabalhos anteriores, focando no aspecto de “efeito de real” do discurso jornalístico (MARIANI, 1996) sobre aqueles protestos.

Goulart (2015) retoma a coluna televisiva de Arnaldo Jabor no dia 12 de junho de 2013⁷⁰, transcrevendo-a:

Mas afinal, o que é que provoca um ódio tão violento contra a cidade? Só vimos isso quando a organização criminosa de São Paulo queimou dezenas de ônibus! Não pode ser por causa de 20 centavos! A grande maioria dos manifestantes são filhos de classe média, isso é visível! Ali não havia pobres que precisassem daqueles vinténs, não...

Os mais pobres ali eram os policiais apedrejados, ameaçados com coquetéis Molotov, que ganham muito mal! No fundo, tudo é uma imensa ignorância política. É burrice misturada a um rancor sem rumo.

Há talvez a influência da luta na Turquia, justa e importante, contra o islamismo fanático. Mas aqui, se vingam de quê? Justamente a causa deve ser a ausência de causas... Isso. Ninguém sabe mais por que lutar... Em um país paralisado por uma disputa eleitoral para daqui a um ano e meio. O governo diz que tá tudo bem apesar dos graves perigos no horizonte, como inflação, fuga de capitais, juros e dólar em alta.

Por que não lutam contra o Projeto de Emenda Constitucional 37, a PEC 37, por exemplo, que será votada no dia 26 no Congresso para impedir o Ministério Público de investigar? Talvez eles nem saibam o que que é a PEC 37, a lei da impunidade eterna.

⁷⁰ Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/2631566/>>. Acesso em 27 de outubro de 2021.

Esses caras vivem no passado de uma ilusão. Eles são a caricatura violenta da caricatura de um socialismo dos anos 50 que a velha esquerda ainda defende aqui. Realmente, esses revoltosos de classe média não valem nem 20 centavos.

É importante lembrar que essa fala de Jabor é feita quando os protestos ainda estão concentrados em São Paulo, sendo a primeira fase das manifestações. Goulart (2015) relaciona esse texto com um editorial impresso de 2 de abril de 1964 do jornal O Globo, um dia após o golpe militar que duraria mais de 20 anos. Não iremos trazê-lo na íntegra, mas há dizeres semelhantes, como uma denúncia da “desordem” e da “indisciplina” que estavam a levar ao “comunismo” e à “anarquia”, legitimando o golpe, retomando-o como “remédio constitucional” (GOULART, 2015, p. 48-49).

Goulart (2015), mobilizando conceitos relacionados à memória em AD, entende que há uma retomada da memória das revoluções socialistas do século XX em ambas as falas, assim como a bestialização das massas, com designações como *burrice* e *rancor sem rumo* em Jabor e *indisciplinados* e *desordeiros* no editorial de 1964. O autor aponta os sentidos conservadores que se mantêm em ambos os casos, resultando na interdição de certas posições contrárias à burguesia.

Pimenta (2016), também em uma análise baseada na AD, ressalta os efeitos de *neutralidade* do discurso midiático, diferenciando os diferentes gêneros e lugares onde acontece a prática jornalística. Um dos efeitos de evidência mais fortes, segundo a autora, se dá na mídia impressa, por sua característica física a qual o sujeito não identifica imediatamente quem produziu o texto. Nesse distanciamento (somando-se o fato de a escrita ficar estanque, diferente da fala que vai se alterando a cada enunciação), o efeito de comprovação dos dizeres aumenta. Entendemos que o efeito da interpretação (retomando os aspectos da ideologia, do inconsciente e da memória) aparece incontestável ao sujeito que busca apreender os sentidos do objeto inanimado.

Além do efeito de evidência ao dar destaque a certos aspectos, a mídia também silencia temas e posições ao omiti-las (PIMENTA, 2016). Das categorias trazidas por Ernst (2009), podemos entender, a partir da análise de Pimenta (2016), a recorrência do *excesso* e da *falta*. O primeiro é observado pela grande incidência de certas enunciações, buscando *saturar* os sentidos e espetacularizando certas notícias (como o *vandalismo* dos manifestantes). O segundo pela ausência da alteridade na grande

mídia, reforçando o efeito de evidência dos enunciados trazidos (por exemplo, a ausência de estudos sobre o benefício social de um transporte 100% público).

Em sua tese, Pimenta (2016) apresenta uma visão crítica da grande mídia brasileira, constituída por grupos de empresários concentrados (oligarquias) que atuam a partir de posições e interesses próprios ao escolher *o que pode e deve ser* noticiado (sendo o contrário também verdadeiro). O trabalho se estende das manifestações de 2013 para as de 2016 pelo *impeachment* de Dilma Rousseff, mostrando o crescente conservadorismo midiático contrário ao PT.

Inicialmente, era um movimento feito sob a agenda e organização do MPL, mas, quando os protestos explodem, não estão mais seguindo a organização, nem cobrando a diminuição da tarifa do transporte, mas trazendo posições e enunciados diversos. Para o protesto acontecer, precisava, ao menos, que as pessoas combinassem hora e local. Por isso, brevemente, falaremos sobre o espaço das redes sociais na organização dos atos.

Iremos abordar esses tópicos, mas não teremos uma abordagem mais aprofundada sobre os efeitos das redes sociais norte-americanas no nosso enunciado-objeto. O “gigante” se materializa nas ruas. Acreditamos ter uma grande diferença entre protestos virtuais e físicos. Dificilmente nos depararíamos com o enunciado “o gigante acordou” se fosse um movimento exclusivamente virtual, a forma/corpo-protesto se faz necessária para esse acontecimento.

Além disso, gostaríamos de evitar uma certa ideia que parece associar a presença das redes sociais norte-americanas à democracia, como se elas representassem um pré-requisito na classificação de governos, fazendo inclusive com que países que barram sua entrada sejam tachados de ditaduras ou antidemocráticos.

Tivemos o escândalo que levou Mark Zuckerberg a ser chamado a depor no senado norte-americano sobre a venda de dados pessoais coletados pelo Facebook a uma empresa ligada à extrema-direita⁷¹. No Brasil, além dessa rede cumprir papel semelhante como ambiente de discursos reacionários⁷², o aplicativo Whatsapp, do

⁷¹ Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/mark-zuckerberg-depoe-ao-senado-sobre-uso-de-dados-pelo-facebook.ghtml>>. Acesso em 23 de agosto de 2021.

⁷² Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/08/avanco-de-fake-news-no-facebook-comecou-com-queda-de-dilma-e-teve-apice-sob-bolsonaro-diz-estudo.shtml>>. Acesso em 23 de agosto de 2021.

mesmo dono, foi um notável veículo de propagação em massa de *fake news* nas eleições de 2018⁷³. Acreditamos não ser possível atribuir um devir democrático a elas.

As esquerdas do século XXI, de modo geral, falham em não entender o papel do imperialismo estadunidense na política internacional (LOSURDO, 2020). No Brasil, a Operação Lava-Jato, iniciativa de grande impacto no cenário político brasileiro, auxiliou na criação do ambiente para a deposição da presidenta Dilma Rousseff em 2016 e na prisão ilegal de Lula em 2018. Como bem mostrou a série de reportagens do jornal Intercept⁷⁴, a operação teve constantes relações com entidades estadunidenses. Também foi denunciado que pelo menos 29 pessoas ligadas ao governo Rousseff, incluindo a presidenta, sofreram espionagem do governo Obama⁷⁵.

Feitas essas considerações, Novaes (2019) aponta a circulação do enunciado “o gigante acordou” com a presença de uma *hashtag* (#), “#ogiganteacordou”, mostrando um enunciado próprio de certas redes sociais. Assim, o enunciado circulava simultaneamente nas ruas e na *internet*. Novaes (2019) aponta aspectos positivos do uso das redes, como uma maior propagação dos protestos pelos próprios manifestantes, através de seus celulares. Isso colabora com a visão predominante dos movimentos sociais do século XXI como *horizontais*, pois é relativamente fácil, tendo acesso a celulares e *internet*, publicar informações (com fotos e vídeos) nas redes sociais. Outro ponto importante é a programação dos protestos por esse canal, não dependendo de panfletagem ou de uma comunicação de rua para chamar as pessoas aos protestos, tornando a organização dos atos mais dinâmica.

Moreira (2021, p. 30) reforça que as redes sociais ajudam na reprodução de sentidos, mas seguem, de certa forma, subordinadas à grande mídia “(...) ficando, em geral, a produção jornalística a cargo dos grandes meios de comunicação”. A autora compara dois editoriais da revista Veja, sendo o primeiro do dia 19 de junho de 2013, com enunciados deslegitimando a luta pela revogação do aumento (repetindo a noção de jovens/crianças que não sabem o que querem), e o segundo publicado no dia 26 de junho do mesmo ano, intitulado “Sem medo do novo”, trazendo elementos como “a

⁷³ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/10/whatsapp-admite-envio-massivo-ilegal-de-mensagens-nas-eleicoes-de-2018.shtml>>. Acesso em 23 de agosto de 2021.

⁷⁴ Disponível em: <<https://theintercept.com/2020/01/20/linha-do-tempo-vaza-jato/>>. Acesso em 27 de agosto de 2021.

⁷⁵ Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/07/lista-revela-29-integrantes-do-governo-dilma-espionados-pelos-eua.html>>. Acesso em 27 de agosto de 2021.

luta contra a corrupção e a velha política”, legitimando os “bravos brasileiros que lutam pelo novo” (ignorando a demanda do transporte público).

Retomando o enunciado-objeto, o “gigante” (legitimado pela grande mídia) seria punitivista⁷⁶? Na divisão, a partir da segunda etapa dos protestos, onde há a transição de “todos são vândalos” para “alguns são vândalos”, onde se encontra a posição do “gigante” entre o bom e o mau sujeito nos protestos? O primeiro, assujeitado pela ordem e pela lei, respeita o acordo com os órgãos públicos, não depreda patrimônios, não sai da rota e do horário estabelecido etc., mas, mais importante: luta pelo *novo*. O segundo, rejeitando as restrições legais, usa táticas de desobediência civil, inclusive com depredação de locais e patrimônios simbólicos, como os bancos.

Trazemos como proposta o entendimento de que há uma “aliança” entre o aparelho midiático e o aparelho repressivo (ALTHUSSER, 1985). O primeiro busca estabilizar os sentidos de como podem e devem acontecer os protestos (como o que pode ser reivindicado e quem pode reivindicá-lo). O segundo se trata do controle dos corpos, seja pela violência policial imediata durante os protestos ou fazendo com que determinados grupos sejam passíveis de criminalização e encarceramento.

Vimos, nos exemplos que trouxemos, repetidas menções sobre *vandalismo* e uma inquietação da grande mídia com os protestos iniciais. Uma luta social, mesmo contingente (como a questão tarifária), foi fortemente deslegitimada, associando os manifestantes a crianças, reproduzindo o funcionamento do discurso moral neoliberal (SAFATLE, 2021).

A designação *vândalo* (“fora-da-lei”, “criminoso”, “arruaceiro”) remete-nos às designações dadas aos comunistas no século XX, sendo que essa associação é feita na própria fala de Jabor que citamos, o que pode ser entendido como uma identificação à ordem que permite que *os vândalos sejam presos* ou punidos, ou seja, significados como “bandidos” por meio do discurso da grande mídia.

Na massificação, com o “gigante” agora acordado (e vestido com uma camisa da seleção de futebol), o *vândalo* vira o *bravo brasileiro*, ou, como denominamos, o

⁷⁶ Entendemos o punitivismo como legitimação da lei e da repressão sobre os manifestantes *vândalos* e um foco excessivo na *corrupção*, ou seja, a política como higienização institucional (contra os *ardilosos* e *perigosos* políticos), dizendo pouco ou nada sobre as relações sociais e o modo de produção.

cidadão de bem, que luta por melhorias e por um Brasil melhor! Mas cuidado! Os vândalos seguem à espreita e a lei deve ser vigilante.

Os *black blocs*, presentes nas duas etapas dos protestos, representaram o segmento mais radical das Jornadas de 2013 (INDURSKY, 2016). Os militantes, mirando em prédios simbólicos do capitalismo, como os bancos, tiveram suas ações significadas não por enunciados ou cartazes, mas pela prática de quebrar vidraças. São os “vândalos” que sobraram, segundo a mídia hegemônica. Isso coloca em jogo dois efeitos de sentido, “(...) por um lado, dá-lhes existência, retirando-os do anonimato e, por outro, desqualifica-os politicamente para comporem os movimentos sociais” (INDURSKY, 2016, p. 10).

A interdição dos *black blocs* não remete somente a esse grupo, mas mostra as franjas do aparelho repressivo que marcam limites sobre os protestos. Os sujeito-manifestantes que utilizam ações de outros meios que não as faixas e percursos previamente determinados se tornam suscetíveis à violência estatal e à privação de liberdade, sendo suas ações *violentas*, por exemplo, a derrubada ou depredação de estátuas e monumentos.

Assim, a forma/corpo-protesto se confronta com essa “aliança” entre a grande mídia e o aparelho repressivo. Se possível, ganha-se as mentes por meio da ideologia com o discurso jornalístico. Caso falhe, a repressão surge como último instrumento. A aliança dos dois aparelhos normatiza os protestos, legitimando apenas os protestos *pacíficos* (dos *cidadãos de bem*). Mas não sem falhas (caso contrário, falaríamos apenas de protestos absolutamente homogêneos). Alguns efeitos *transbordam* essas restrições, pois com os protestos sem bandeiras partidárias sendo os desejáveis pelo discurso midiático hegemônico, de maneira *acidental*, só havia a possibilidade de uma bandeira, a nacional⁷⁷.

4.3 O estopim da “nova política”

Muitos nós precisam ser desfeitos para chegarmos às repostas que deixamos até agora pendentes. O paradigma do “fim da história” (FUKUYAMA, 1989), a partir

⁷⁷ De maneira correlata, houve sim a aceitação da violência (realizada por essa aliança), sendo de um lado a policial contra os *vândalos* e de outro a dos próprios manifestantes, através do apoio ou do silêncio sobre as interdições das bandeiras partidárias nas manifestações, retiradas da mão dos manifestantes por meio de agressões. Esses atos de violência, de certo modo legitimados, contrastam com o discurso de apelo ao pacifismo às manifestações. Pacifismo para quem, afinal?

do início da fragmentação da URSS, materializou uma nova ontologia do “fim das ideologias” (ŽIŽEK, 1996). Essa virada radical atravessaria o imaginário social desde então, fazendo com que o sujeito olhasse para si, rejeitando o social e a política⁷⁸. O mundo deixaria de ser capitalista ou socialista, seria apenas o mundo. O sujeito viraria indivíduo. Regredimos, nessa perspectiva, à ciência pré-freudiana e pré-marxista, o que seriam mais de 150 anos de estudos postos de lado.

Conforme constatou Žižek (2013), apesar de extremamente otimista a visão de Fukuyama (1989), a história não acaba, pois vivemos em uma ordem capitalista neoliberal, acreditando que é o único caminho para a humanidade enquanto modo de produção. O otimismo sobre o “fim dos muros” é contrastado alguns anos mais tarde no 11 de Setembro com o ataque às Torres Gêmeas. A partir de então, uma série de muros são erguidos, como em Israel, nos EUA e na Europa. Ganhava força o conservadorismo sobre sujeitos indesejáveis, marcadamente os *imigrantes* (ou certas etnias), potencializado na Guerra ao Terror (ŽIŽEK, 2013).

Nesse sentido, os conflitos do século XXI, em geral, escondem a luta de classes, sendo vista como um anacronismo. A sociedade, em seu *último* estágio, neoliberal, precisaria apenas de alguns ajustes, como menos corrupção e uma melhor gestão social que possibilitasse a realização do individualismo. Ou seja, Fukuyama (1989) acertou, acidentalmente, sobre o fim da história, não como etapa histórica concreta, mas como ideologia dominante. Em outra situação, Žižek (1996) faz uma interessante analogia sobre a formação imaginária do mundo na cena pós-Guerra Fria,

Parece mais fácil imaginar o "fim do mundo" que uma mudança muito mais modesta no modo de produção, como se o capitalismo liberal fosse o "real" que de algum modo sobreviverá, mesmo na eventualidade de uma catástrofe ecológica global... (ŽIŽEK, 1996, p. 7).

Essa mudança ideológica, podendo ser lida como um aprofundamento do individualismo já existente na modernidade, não acontece sem uma mudança simbólica. O *Mercado* aparece como o grande Outro do neoliberalismo (DUFOR, 2005). Isso significa, na dialética das (des)identificações, que o sujeito também muda, tendo sua vida e todas as relações sociais agora constituídas pela/na mercadoria

⁷⁸ Temos como exemplo a famosa frase de Thatcher “Não existe essa coisa de sociedade. Existem indivíduos, homens e mulheres, e existem as famílias”. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Inspiracao/Vida/noticia/2013/04/8-frases-memoraveis-de-margaret-thatcher.html>>. Acesso em 26 de agosto de 2021.

(DUFOR, 2005). Althusser (1985) ressaltou a necessidade de a ideologia se reproduzir continuamente para assegurar o modo de produção. Como marca desse grande Outro, temos nos noticiários atuais o relatório diário do *humor* do *Mercado*, ou seja, qualquer acontecimento político e social é posto à prova desse ente misterioso (ŽIŽEK, 2013)⁷⁹.

Žižek (2013) designa o *Mercado* como constituído de uma *violência objetiva*, um agressor intangível, onde não se identifica nem a violência em si e nem quem a pratica imediatamente. Essa abstração age sem nenhuma preocupação social ou ambiental, escondendo as pessoas reais que a constituem e seus interesses. Assim, o destino de milhões de pessoas é decidido diariamente na “dança das especulações”, criando um efeito onde é possível ter um país de miséria absoluta, mas *financeiramente sólido*, tornando a *realidade* do *Mercado* mais importante que a realidade em si (ŽIŽEK, 2013).

Um *humor negativo*, ou *mau-humor*, do *Mercado* foi uma constante nos últimos anos dos governos petistas, ao mesmo tempo, desde 2016 temos um *Mercado* mais *otimista*. A crise de 2008⁸⁰, com impactos trilionários, devastando as economias de milhões de famílias ao redor do mundo, teve origem em falsificações do mercado financeiro norte-americano. A maioria dos bancos e agências responsáveis pela crise segue atuante sem grandes consequências.

Dentro do domínio dos saberes neoliberais, podemos apreender o *Mercado* como o ente racional, a realização do mundo dos adultos nos termos de Safatle (2021), enquanto sua alteridade, a criança, aparece fantasmagórica, como um resíduo não legítimo para o debate. Essa autoridade é balizada por símbolos matemáticos, ou seja, a informação sobre o humor do *Mercado* não é dada por adjetivos, mas por números; assim, sabemos que ele não está *feliz* se há uma queda na bolsa de valores ou desvalorização da moeda, por exemplo (GUILBERT, 2020). Os próprios termos recorrentes como gestão, eficiência, controle de gastos, produtividade vão estabilizando ideias do mundo empresarial para o mundo social e político.

Pêcheux (2015) apontou essa evidência dos números nos programas televisivos no resultado das eleições. A partir de gráficos, porcentagens e números há

⁷⁹ O *Mercado* atua como uma espécie de oráculo, onde é constantemente consultado sobre os rumos da sociedade, significando uma heresia negligenciá-lo.

⁸⁰ Disponível em: <https://diplomatie.org.br/a-crise-financeira-sem-misterios/>. Acesso em 28 de outubro de 2021.

uma “univocidade lógica” dos resultados, dentro de um mundo logicamente estabilizado. Deslizando esse entendimento para o *Mercado*, se a bolsa de valores sofre uma queda de *X%*, *isso só pode ser ruim!* Pois *crescer* é bom e *diminuir* é ruim, mesmo que a pessoa não seja um dos grandes acionistas que está acumulando dividendos em um jogo de especulações e que ela própria possa ter suas condições de subsistência deterioradas nas subidas da bolsa. Como Žižek (2013) argumentou: a realidade dos especuladores sobre a realidade social.

Ao que atualmente chegamos à pós-política (ŽIŽEK, 2013; DUNKER, 2015; FERNANDES, 2019). Nessa conjuntura, nega-se a política e a luta de classes⁸¹, imagina-se viver sob regras e decisões *lógicas* e *técnicas*. Trocamos “governo” por “gestão”. Inclusive tratamos nossas próprias vidas como se fossem empresas, na busca de maximizar a satisfação, o tempo, o desempenho e a felicidade (DUNKER, 2015; SAFATLE, 2021).

Neste último capítulo, iremos desenvolver a análise tendo como base os efeitos da despolitização neoliberal nos protestos. Da tensão assimétrica entre a luta estudantil e trabalhadora, em demandas localizadas e reativas, e o grande capital tendo como porta-voz a grande mídia, “o gigante acordou” surge como uma opacidade dos corpos nas ruas e seus elementos nacionais resgatados do hino brasileiro.

Algo irrompe de um (ou uma série de) não-dito, não-nominalizado, ou seja, da *falta*. Mas, ao que tudo indica, pela expressividade das manifestações, havia uma vontade (ou um desejo) de *mudança* (produto de um mal-estar) anterior a essas manifestações. “O gigante acordou” é um bom exemplo da opacidade desse movimento, na superfície, sem uma grande causa. Assim, como apontamos, os protestos são enormemente significativos e vazios de significado ao mesmo tempo.

Chegando até aqui, tentaremos responder por que ocorrem os protestos em tal intensidade. A *resposta*, ou seja, a nossa interpretação, é atravessada por outras questões: entendemos que o “gigante” não acorda para a superação do capitalismo (o socialismo), como mostramos no capítulo anterior. Ele “acorda”, então, para o neoliberalismo? Pela meritocracia e o empreendedorismo? Ou o “gigante” quer um socialismo sem nome, como vimos na entrevista do MPL no Roda Viva? Nessa tensão de posições ideológicas, por que o “gigante” acorda, se, de fato, acordou (entre seguir dormindo ou nunca ter dormido)?

⁸¹ Sintomaticamente nos deparamos, não raras vezes, a dizeres como “menos ideologia”, “populismo”, “esquerda antiquada”, entre outros.

Poderíamos falar da Primavera Árabe e de outros protestos ao redor do mundo como parte do contexto das Jornadas de Junho, como cita o trabalho de Novaes (2019). No entanto, não trouxemos essas situações, pois acreditamos que não conseguiríamos fazer justiça a esses acontecimentos nos diversos países em que ocorreram por não tratarmos aqui de suas respectivas histórias e contextos sociais (e geopolíticos). No nosso entendimento, se há uma relação entre essas manifestações e Junho de 2013 é a forma que se deu a resposta a um mal-estar social (todos através da forma/corpo-protesto), uma *denúncia* de que *algo não vai bem* materializando os protestos⁸². Se fôssemos transformar em enunciado essa possível inspiração, seria *temos que agir e as ruas são a solução! Vejam os protestos ao redor do mundo!*

Entendemos que 2013 é a inauguração simbólica de dois acontecimentos, distintos, mas relacionados. O primeiro é o acirramento da disputa nas ruas por meio da forma/corpo-protesto ao longo do pós-2013, adquirindo sentidos próprios em oposição às manifestações anteriores, inaugurando um tipo de competição entre manifestações (quais protestos juntam mais corpos nas ruas, os das direitas ou das esquerdas?⁸³). O segundo acontecimento, por meio de uma coincidência histórica, é o uso da camisa da seleção de futebol como uniforme do espectro político das direitas que passaram a ocupar as ruas.

O primeiro acontecimento é a saída às ruas da direita e da extrema-direita nos anos seguintes. Protestos de grandes proporções marcadamente conservadores e crescentemente fascistoides eram algo que não se via nas ruas há algumas décadas. Não são raros os trabalhos que os associam às marchas pré-golpe de 1964 e concordamos com essa relação (inclusive a trazemos). Isso nos mostra que Junho era uma união frágil e o “gigante” logo se desmancharia no ar. Findadas aquelas manifestações, os grupos divergentes não se juntariam mais nas ruas. As direitas, a partir de então, saem às ruas, lugar marcado historicamente por lutas sociais, com pautas reacionárias e excludentes.

⁸² O elemento comum que talvez constitua todos os protestos de alguma maneira são os efeitos da grande crise de 2008, que teve reflexos mundiais, como apontou Sampaio (2012).

⁸³ Parece necessário trazer mais pessoas às ruas com pontos em comum para mostrarem que sua pauta é relevante, mostrando que uma leitura numérica (da quantidade de pessoas no ato) afeta os efeitos de sentido sobre os protestos. Essa compreensão segue o gesto do primeiro capítulo, onde a validade e importância do protesto significam com base no volume de participantes. Caso a manifestação tenha poucas pessoas, nesses termos, lê-se como uma pauta não relevante e como fracasso dessa reivindicação.

O segundo marca uma coincidência histórica. Um elemento simbólico das manifestações das direitas surge em 2013: a camisa da seleção de futebol como uniforme dos seus protestos, marcando um acontecimento discursivo a partir de uma vestimenta esportiva. Há uma desestruturação-reestruturação das redes e trajetórias discursivas, agitando as filiações sócio-históricas de identificação (PÊCHEUX, 2015), ou seja, a camisa da seleção (e a própria bandeira) como ponto de identificação das direitas e não mais como vestimenta esportiva.

Marcamos como acontecimento, pois, se víamos uma bandeira do Brasil em uma janela no ano de 2013, dificilmente pensaríamos se tratar de um sujeito de extrema-direita marcando sua posição. Em 2021 (após a desestruturação-reestruturação dos sentidos), ao contrário, se vemos a mesma bandeira em uma janela, dificilmente entendemos como um torcedor de uma modalidade esportiva, mais provavelmente sendo interpretado como um símbolo fascistoide. Assim, se havia uma opacidade quanto aos símbolos nacionais (somando-se o enunciado “o gigante acordou”), não há a mesma situação atualmente.

Isso só aconteceu, pois era véspera da Copa do Mundo no Brasil, ou seja, o deslocamento que Braga (2014) analisa no enunciado “Vem pra rua”, do torcedor para o manifestante, “pega”, sendo materializado pela persistência da camisa do torcedor nas manifestações políticas das direitas. Entendemos que era um momento mercadológico de grande volume de vendas de camisas da seleção devido aos jogos de 2013 (Copa das Confederações) e 2014.

Muitas pessoas se preparavam para torcer para a seleção brasileira com as camisas e bandeiras. Apontamos como acontecimento discursivo o deslizamento dos sentidos da camisa da seleção de torcedor para sujeito-manifestante das direitas, ou seja, uma ressignificação da materialidade. Em 2013, um sujeito identificado à esquerda, ou contraidentificado a formações discursivas das direitas, não tinha restrições quanto à camisa da seleção, pois o sentido reacionário ainda não atravessava essa vestimenta.

Conforme falamos no capítulo anterior, de maneira residual a partir da história, os sentidos sobre a nacionalidade brasileira são interditados sobre o socialismo e o comunismo, o que só poderia ser revertido com outro acontecimento discursivo que não se concretiza, pois as esquerdas oscilam em assumir suas posições na atual conjuntura.

O excesso de elementos ligados à nacionalidade é atravessado por esses efeitos, mas não podemos ignorar a circunstância histórica dos jogos, onde esses elementos já são expostos em excesso nos rituais dos torcedores. Assim, as pessoas, muito provavelmente, não compraram bandeiras e camisas da seleção naquela proporção para os protestos, mas para a Copa do Mundo. Essa situação conjuntural *acidental* também constitui a materialidade que estamos analisando.

Utilizamos o sintagma “pega” com base no trabalho de Althusser (2005) intitulado *A corrente subterrânea do materialismo do encontro*, de 1982. O autor apresentou o conceito de materialismo do encontro, buscando desfazer certos entendimentos *resumidos* sobre acontecimentos históricos e tentando entender como certas práticas e rituais *pegam* nas formações sociais.

A história não é mais do que a revogação permanente do fato consumado por um outro fato indecifrável a consumir-se, sem que se saiba antecipadamente nem onde, nem como o acontecimento de sua revogação se produzirá. Simplesmente chegará um dia em que as cartas serão redistribuídas e os dados serão lançados novamente sobre a mesa vazia (ALTHUSSER, 2005, p. 14).

Althusser (2005) demonstra que a história não está e nunca esteve predestinada a uma forma política ou a uma teleologia. O mundo não seria um combinado de simples acasos, mas é necessário entender que ter condições para que algo aconteça não significa que vai acontecer (que há um destino). Há *encontros* e *desencontros* passageiros ou persistentes, que *pegam* de maneiras potencialmente inapreensíveis.

Zoppi-Fontana (2017), baseada nessa obra de Althusser (2005), sugere o acontecimento como contingência, sendo constituído do realizado e do que não se realizou. A desestruturação-desregularização ficaria em um entremeio tenso entre a estrutura (o universo logicamente estabilizado) e o acontecimento (a potencial ruptura nas redes e trajetos históricos). Essa tensão se daria na existência própria do discurso, porém “(...) o fato consumado da existência de um discurso não abole a contingência radical que lhe deu origem e que o assombra” (ZOPPI-FONTANA, 2017, p. 181).

Segundo Zoppi-Fontana (2017), o *encontro* pode ser da ordem do acaso, mas a *pega*, o que sustenta os próximos *encontros* e origina novos sentidos, não, aí entraria a contingência da história.

Assim, interessa-me destacar que interpretar o acontecimento como encontro, nos leva a considerar que antes do encontro só há “matéria abstrata” no vazio, que é sua condição de possibilidade; é no encontro e a partir de sua duração que essa matéria abstrata se organiza em elementos

de uma estrutura, cuja necessidade é efeito da duração, do fato consumado de um mundo (ZOPPI-FONTANA, 2017, p. 187).

A camisa da seleção de futebol enquanto uniforme político existia nessa “matéria abstrata”. O *encontro* do torcedor com as manifestações fornece o ponto de ligação entre ambos, e, por meio da contingência da história, ou seja, de sentidos de uma grande identificação nacional e o movimento de *mudança* dos protestos (em direção às direitas), a roupagem *pega* e passa a ter outro significado.

Se estamos entendendo as manifestações sob “o gigante acordou” como potencialmente de direita, ou seja, um marco inicial para a fascistização que se daria na sequência, uma contradição aparente se dá: como poderia haver manifestações coletivas se o individualismo nunca foi tão forte?

Partimos da dominância da ideologia neoliberal, que afeta inclusive a nominalização do mal-estar e do sofrimento psíquico (SAFATLE, 2021), dando *superpoderes* ao indivíduo e, ao mesmo tempo, o impossibilitando de realizar façanhas com suas supercapacidades. O mal-estar particular é concomitantemente social, impossível de ser localizado em cada indivíduo que protesta, mas apreensível socialmente. Assim, antes de pensar sobre os protestos como uma falha na ideologia neoliberal, podemos pensar como seu sucesso.

O descontentamento, excessivamente apontado, dos sujeitos com a democracia liberal, as instituições e os partidos políticos, não parte de uma solidariedade social, mas da própria insuficiência do indivíduo em atender seu suposto dever. O individualismo excessivo não falha no protesto, antes se apoia na coletividade, legitimando *suas* frustrações e insuficiências. Se há solidariedade, é nas reivindicações de subsistência e de direitos sociais (transporte público, vacina, alimentação, moradia), mas não no “gigante”.

Como muitas vezes apontado como causa do seu *despertar*, a corrupção não é uma causa solidária, é uma denúncia moral, em concordância com os saberes neoliberais de gestão, eficiência, transparência, entre outros termos despolitizantes.

Vimos como o *combate à corrupção* teve como consequência inúmeros casos de exceção da própria norma democrática liberal, sendo a expressão maior a prisão do ex-Presidente Lula em ano eleitoral. Isso não significa que *a esquerda não combate a corrupção*, mas um entendimento, mais elaborado e teoricamente amparado, de que o capitalismo é inseparável da corrupção, pois tudo é reduzido à mercadoria e quem

explora mais (a natureza e os corpos) é o *vencedor*. Nas palavras de Mascaro (2018, p. 29), trata-se de um ambiente de constante sofrimento, com

Guerras mundiais, fascismos, nazismo, flagelos da pobreza, migrações forçadas, controle ideológico, soçobramento de qualquer afirmação política coletiva ou pública em favor dos cálculos empresariais, acumulação, concorrência, individualismo, mercantilização da vida, opulência do capital fazendo par com miséria sem fim: desde há muito, a política do capitalismo é a administração de um mundo de frenesi sobre ruínas.

Não à toa Junho de 2013 *inaugura* a presença das direitas nas ruas. Ressaltamos que evitamos construir esse trabalho com repostas simples e pré-elaboradas, como *Junho foi de direita*. No entanto, é impossível desconsiderar os acontecimentos posteriores. Entendemos que a direita se agarrou à opacidade do nacionalismo, sem ainda conseguir articular seus dizeres, já que os grupos que comandariam as manifestações reacionárias nos anos seguintes ainda não existiam (sendo mais um indício de que as direitas não contavam com as ruas como lugar de exposição e exibição de seus saberes excludentes).

Nesse sentido, as direitas seguem o fio do discurso *despolitizado*, próprio do neoliberalismo, amplificado na grande mídia, ou seja, *a luta contra a corrupção, contra os gastos públicos* e, por fim, *contra o PT*. O pavor inicial da grande mídia é refletido na deslegitimação constante dos protestos e na atuação do aparelho repressivo com a violência policial nas ruas. Esse deslocamento da não legitimidade dos protestos iniciais para os protestos desejáveis, acompanha a docilização das ruas. *O que pode e deve ser dito* (e feito) é protestar por um *novo* Brasil, com a bandeira nacional no lugar das bandeiras partidárias, sem ataques aos prédios do grande capital e sem ataque à grande mídia, direcionando as massas para os partidos políticos, nominalizados como *velha política*.

Assim, configuramos a FD “o gigante acordou”, constituída por *o que (não) pode e (não) deve ser dito* e *o que (não) pode e (não) deve ser feito*. Um desejo de *mudança* emerge nos grandes protestos, mas em que direção?

O sujeito-manifestante identificado com o enunciado pode e deve: portar demandas neoliberais, como a *horizontalidade* nos protestos, ou seja, *não temos líderes nem chefes!* (relacionado aos episódios de violência sobre os portadores de bandeiras partidárias, já que eles *obedecem* a alguém, diferente dos manifestantes em sua ilusão narcísica); uma melhor *gestão* dos recursos públicos (uma rejeição aos

gastos com a Copa do Mundo); punição aos corruptos; organizar-se a partir de grupos na *internet*; vestir a camisa da seleção brasileira de futebol e respeitar a lei e a ordem.

Elegemos essas reivindicações, pois não conseguimos apreender desejos outros, como o *impeachment* do prefeito de SP, do governador de SP ou da presidenta (neste momento), mas a, também excessivamente repetida, insatisfação institucional serviria de potencial fascistoide mais tarde. Também não é possível identificar enunciados de fechamento do Congresso ou do Judiciário, assim como não observamos um ataque direto à burguesia, com pedidos de redistribuição de riquezas e terras, por exemplo.

Boito Jr (2020) argumenta que havia um republicanismo ingênuo, que mais tarde entenderia a Operação Lava-Jato como um movimento legítimo de combate à corrupção pelas próprias esquerdas,

(...) o PSTU e uma das alas do PSOL foram atraídos pela Lava-Jato, nesse caso movidos inclusive pelo erro político de eleger o reformismo do PT como inimigo principal a ser combatido. Em grau maior ou menor, parte da esquerda e da centro-esquerda tampouco percebeu que a crítica à velha política era e é a crítica à política parlamentar, isto é, à própria democracia burguesa – o grupo neofascista aspira governar por decreto (BOITO JR, 2020, p. 115).

Como Braga (2014) demonstra, os protestos também dizem respeito aos gastos públicos com a Copa do Mundo, aparecendo dizeres que pediam mais “saúde” e “educação” ou com tom irônico “queremos uma educação padrão Fifa”, remetendo às exigências da organização com os estádios. Havia esse lado que pedia mais investimentos públicos em áreas críticas, mas ao mesmo tempo a *falta* de dizeres como “saúde 100% pública” ou “educação 100% pública”, ou seja, não havia uma reivindicação generalizada de interdição das práticas mercadológicas desses direitos.

O que aparece, justamente, é o atravessamento do discurso empreendedor nessas demandas. O “gestor” que designaria os impostos com “máxima eficiência”. Muito da disputa, na época, se deu nesses termos. De um lado, o governo defendendo que a Copa do Mundo era um acontecimento importante para a imagem do Brasil e que as obras seriam aproveitadas posteriormente. Do outro, uma preocupação com os gastos.

Nosso último gesto contorna a percepção de que um mal-estar, dificilmente categorizado, acontecia, restando-nos levantarmos hipóteses de recalcamientos da nossa formação social (já que os sentidos comunistas foram interditados). Por

exemplo, a exploração sendo vista como trabalho e a assimetria social entendida como meritocracia.

O desejo de mudança se materializa como estopim da *nova política*. Os saberes que constituirão os *novos políticos* já são apreendidos na FD que configuramos. A linha entre os efeitos fascistoides e o neoliberalismo parece tênue. Entendemos os protestos massificados de Junho de 2013 como um meio-lugar para as esquerdas. Elas podiam estar lá, mas não circulavam com naturalidade nem tranquilidade, já que as suas bandeiras podiam ser arrancadas de suas mãos, como ocorreu. Nessa interdição, o *novo* que surge não foge da lógica capitalista neoliberal das relações de exploração: ao contrário, aprofunda-as para a *superexploração*.

Diferenciamos a *exploração* da *superexploração* não como modos de produção distintos, mas como diferentes estados na luta de classes. A *exploração* seria referência a uma formação social onde há garantias trabalhistas, por exemplo, nos anos de governo petista (valorização do salário mínimo, políticas de moradia, de alimentação, entre outras). Já a *superexploração* seria a fase pós-PT, onde há desmonte dos direitos sociais, do emprego formal, das condições de trabalho, como Antunes (2020) designa, a era do precariado.

Poderíamos até entender que o protesto por um transporte público mais acessível foi respondido, pelo *Mercado*, com a Uber (e semelhantes), uma gigantesca empresa norte-americana que de certo modo inaugura um modelo que leva seu nome, a *uberização do trabalho* (ANTUNES, 2020). E esse tipo de resposta neoliberal às demandas se deu em muitas áreas, como vimos em Safatle (2021). A dominância do trabalho informal pode ser lida como sucesso do empreendedorismo; afinal, agora o trabalhador é *chefe de si mesmo* e trabalha *quando quer*, ocultando o alto grau de precarização, insegurança e dependência com as empresas de tecnologia.

Outra abordagem pela qual poderíamos entender o mal-estar é trazida por Kehl (2020). A autora categoriza o ressentimento, argumentando que não se trata de um conceito propriamente psicanalítico, mas um afeto (nunca nominalizado pelo ressentido) pertinente para o entendimento das relações sociais. O ressentido, sujeito próprio de formações sociais formalmente igualitárias, mas marcadamente desiguais, surge da percepção, individual ou grupal, da perda relativa de poder ou prestígio em relação a outros indivíduos ou grupos (KEHL, 2020).

Da solidão da modernidade, o ressentimento não pode ser confundido com a mágoa (uma ferida narcísica de caráter temporário); trata-se de uma posição

constante e queixosa em que, o que poderia, na ideologia capitalista, ser lido como “perdedor”, na formação social é entendido como “vítima” (KEHL, 2020). É um sujeito que externaliza suas frustrações furtando-se de responsabilidades, resultando em uma culpabilização da sua situação a um outro.

Kehl (2020) aponta que há uma diferença entre o ressentido e alguém que se revolta em uma sociedade injusta, pois o primeiro se identifica com a ordem, mas sua dor é a sensação de estar perdendo para alguém (ou um grupo) e não a ordem em si. O segundo lutaria por uma transformação social atravessado pela solidariedade e não o individualismo. Assim, há uma relação entre o conservadorismo e o ressentimento. Nas palavras da autora, “O ressentido deseja a ordem – por isso é compatível com o conservadorismo – contanto que possa beneficiar-se dela, nem que seja na condição de vítima” (KEHL, 2020, p. 165).

Indursky (2016) aponta o ressentimento como afeto predominante nas manifestações de 2015. Movimento iniciado pelo candidato derrotado, Aécio Neves (do PSDB), que passou da não aceitação do resultado das urnas para uma campanha de *impeachment* do governo Rousseff. O ressentimento do segundo colocado se deslocou para o tecido social, dando *corpo* para a demanda de derrubada do governo recém-eleito, o que a autora vai denominar *ideologia do ódio*, onde os *excluídos* do poder partem para o *tudo ou nada*.

Concordamos com essas considerações e entendemos que a extrema-direita se consolida nos protestos de 2015. No entanto, tomamos o ressentimento como também presente em 2013, não especificamente direcionado ao governo da época, mas à ordem, de maneira genérica. Seria o ressentimento do sujeito ao não conseguir alcançar suas pretensões individualistas (marcadamente neoliberais), ao mesmo tempo em que grupos minoritários eram alvo de políticas públicas. Não é possível apreender saberes críticos a partir de uma FD neoliberal. Uma política pública a um grupo marginalizado poderia ser vista, nessa FD, como privilégio e não como reparação histórica, por exemplo.

Podemos entender o sujeito ressentido como corolário da ordem capitalista, na qual a desigualdade é uma constante e, em um cenário de competição, o sujeito (identificado à ordem), em um movimento de autodefesa, culpabiliza outros grupos sociais por não estar no topo da pirâmide, ou não estar ascendendo socialmente. Isso parece constituir o sujeito-manifestante conservador, pois sua demanda não é a

igualdade social, mas a permanência em um espaço marginalizado de um outro, marcadamente as minorias.

O funcionamento do discurso dominante não se dá pela simples aceitação dos seus saberes nos sujeitos (o bom sujeito), mas é possível uma certa rejeição a esses saberes. A resistência, enquanto assujeitamento incompleto, e a revolta, enquanto distanciamento dos saberes dominantes, constitui os discursos, inclusive os dominantes. Segundo Beck e Esteves (2012, p. 147-148), o que torna a ideologia capitalista dominante seria essa pequena janela crítica,

Em nossa ótica, não é a apologia incondicional do capitalismo (seja na forma de *american way of life* ou de capitalismo com rosto humano, com na social-democracia europeia, atualmente em falência generalizada) que se faz hegemônica na contemporaneidade, mas sua consciência “realista”, que critica a ordem vigente ao mesmo tempo em que reafirma a impossibilidade de uma alternativa.

O sujeito não precisa se identificar, necessariamente, a um enunciado como “a economia de mercado é boa para mim”. Ele pode se identificar a algo similar a “a economia pode não estar muito boa agora, mas certamente é o melhor que temos!”. Ou seja, não uma interpelação direta, mas a impressão de uma *escolha* entre a economia de mercado e um fantasmagórico socialismo.

O assujeitamento, então, é constituído tanto pela identificação com as formulações a partir dos saberes dominantes (estes dominantes nos AIE), mas também há um aspecto de resistência quanto ao discurso outro, que constitui como negação a materialização dos saberes dominantes.

Preferimos interpretar a magnitude dos protestos de Junho como ponto máximo de tensão, ocasionando uma “definitiva” cisão logo em seguida, tal qual a vemos atualmente. Acreditamos que esse momento de aparente união, mas, ao mesmo tempo, de disputa pelos sentidos da própria luta, é ímpar na história recente. Também pode ser lido como o marco simbólico do fim da conciliação de classes petista. O que se separou a partir ali não se reencontrou mais.

Os efeitos de Junho transbordam a fronteira temporal de 2013. Como vimos, a forma/corpo-protesto pressupõe uma noção de resistência, de oposição. No entanto, vimos que há diversos protestos da classe e ideologia dominante. No Brasil isso seguiu um fio dos protestos de Junho aos protestos pelo *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (e até nas passeatas e carreatas em apoio ao presidente Bolsonaro).

É muito significativo que sujeitos identificados com a classe dominante estejam nas ruas, pois quem protesta se coloca em uma posição relativa menor em termos de poder de quem não protesta. Assim, é possível apreender que há a persistência do discurso contra a *velha política*, mesmo quando tratamos da classe dominante, e, no contexto atual, da própria presidência. No entanto, este ponto mereceria um aprofundamento maior em um futuro trabalho sobre os protestos e o movimento bolsonarista.

Neste último gesto, “o gigante acordou” para a *nova política*, ou seja, uma versão higienizada da mesma política neoliberal, na qual o debate se dá em termos morais (em especial a corrupção) em detrimento de questões políticas (como a distribuição de renda e terras). Esses termos ainda são dominantes na conjuntura atual, mostrando que temos um longo caminho até derrotar o neoliberalismo.

5 Por onde anda o gigante?

Trabalhamos, ao longo desta dissertação, o “gigante” em três grandes gestos analíticos, os quais se dividiram, cada um, em três ensaios ou apontamentos. Primeiro trouxemos o enunciado “o gigante acordou” como um objeto que se desdobra em diferentes materialidades, significando inicialmente o grande volume de corpos nas ruas em um efeito de autoidentificação. Em seguida, trouxemos os protestos como opacidade, analisando sua historicidade em meio ao capitalismo, o direito e a consagração do Estado-Nação, e, dentro dessa análise, sugerimos a categoria forma/corpo-protesto, terminando por verificar os atravessamentos do anticomunismo no enunciado. Por último, analisamos os efeitos neoliberais nos protestos, através do enunciado, destacando os pontos simbólicos que as Jornadas de Junho inauguram.

O enunciado não surge no primeiro dia de manifestações, mas começa a circular quando as manifestações estão na segunda etapa, pulverizadas em várias cidades. O “gigante acorda” quando a pauta da revogação do aumento das passagens, os vinte centavos, é engolida pelas manifestações em massa na etapa seguinte.

Na configuração da forma dos protestos, salientamos a historicidade da forma se dar na modernidade, sendo dependente de um formalismo jurídico e da forma sujeito de direito. Trouxemos os elementos que constituem esse ritual de alta repetibilidade, como os corpos (também opacos), as faixas, os trajetos previamente combinados, uma reivindicação e sua relação tensa com certos aparelhos, principalmente, na atualidade, o da informação e o repressivo.

Mostramos que os protestos, apesar de majoritariamente serem de esquerda, comportam posições conservadoras e reacionárias e que há um complexo jogo de identificações que os atravessam, sendo necessário analisar cada ato separadamente. Assim, esperamos que nossa categoria contribua para as análises dos movimentos de rua na AD.

O “gigante”, como vimos, não foi o “gigante” revolucionário, o “gigante” da transformação social radical, sequer foi o “gigante” das grandes reformas (tributária, política, agrária). Atribuímos a não ocorrência desses sentidos na interdição de dizeres socialistas e comunistas, observada pela memória que o atravessa por meio dos elementos nacionalistas do hino e das características neoliberais do individualismo exacerbado, tornando o afeto da solidariedade marginalizado, conseqüentemente, as demandas baseadas na subsistência da maioria da população, postas em um plano de menor valor.

O enunciado “o gigante acordou”, ao contrário, não significou uma desidentificação com a ordem neoliberal, mas significou-se por sentimentos de mal-estar relacionados à incapacidade de realização do sujeito fora do social, ou seja, do indivíduo. Somando-se a isso a culpabilização de sua *derrota* por sujeitos que trapaceiam na disputa capitalista, tornando culpados *os corruptos* e *os ineficientes*, que atrapalham a *boa competição* capitalista.

Estando o socialismo interdito no século XXI, vimos que a disputa ideológica se deu através de outros termos. O encobrimento da luta de classes nas relações sociais deu preponderância ao sujeito, tornando-o mais individualista e com referencial exterior fragilizado. Conforme vimos com Safatle (2021), a substituição das neuroses, que mostravam uma relação de incompletude de caminhos para desague do desejo dos sujeitos, sendo a *cura* o processo de *acomodação negociada* com o grande Outro, no neoliberalismo a depressão assume papel preponderante, atravessando as nomeações mesmas dos sintomas de mal-estar.

O sujeito, perdendo a referência de um grande Outro, ou, na visão de Dufour, o grande Outro sendo o próprio *Mercado* (2005), volta-se para si, sob dizeres empresariais e esportivos que o levam a entender a vida em sociedade como uma grande competição, onde ele deve gerir o trabalho, o lazer, a família, como se tudo fosse uma empresa, metrificado por categorias esportivas, como performance, vitória e derrota.

Assim, a interdição do socialismo aparece como causa e sintoma de tal condição. Causa, pois a crítica socialista do modo de produção é interrompida, fazendo com que o dizer *capitalismo* fique oculto, ou apareça de maneira crítica, mas insubstituível, ou como realidade incontestável. Assim, a interdição funciona na estabilização desse sentido de naturalização do capitalismo. Sintoma, pois a resistência em fazer emergir *socialismo* nos dizeres, seja para identificação dos

sujeitos ou dos movimentos, mostra que há um funcionamento discursivo que o impede de ser enunciado, auxiliando a perpetração dessa *falta*.

Nesse contexto, o *novo* que é desejado nas grandes manifestações de Junho de 2013 dá-se na gramática neoliberal e moral, o que abre caminho para identificações crescentemente fascistoides, como observamos nos protestos seguintes. O “gigante” surgiu e se desmanchou nas ruas de 2013 deixando uma triste herança, visível na permanência da bandeira nacional e da camisa da seleção de futebol nos corpos conservadores.

Referências

ALTHUSSER, Louis. A corrente subterrânea do materialismo do encontro. **Crítica Marxista**, Rio de Janeiro, Revan, n. 20, p. 9-48, 2005. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/critica20-A-althusser.pdf. Acesso em 4 de abril de 2021.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ARAÚJO, Wécio Pinheiro. Lawfare, neoliberalismo e neofascismo na mitologia do Estado de exceção brasileiro. **Conceitos**, João Pessoa, v.1, n. 27, p. 60-71. Disponível em: https://issuu.com/adufpb/docs/revista_conceitos_ed_27. Acesso em: 20 abr. 2021.

BECK, Maurício; ESTEVES, Phellipe Marcel da S. O sujeito e seus modos – identificação, contraidentificação, desidentificação e superidentificação. **Leitura**, Maceió, v. 2, n. 50, p. 135-162, 2012. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/1152/787>. Acesso em: 21 de mar. 2021.

BOITO JR, Armando. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. **Crítica Marxista**, Campinas, v. 1, n. 50, p. 111-119, 2020. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie2020_05_26_14_12_19.pdf. Acesso em: 30 de set. 2020.

BRAGA, Diego Vieira. Quando um dizer se propaga: interpretação e (re)produção do enunciado 'Vem pra rua'. *In*: XVII CONGRESSO INTERNACIONAL ASSOCIAÇÃO DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA DA AMÉRICA LATINA (ALFAL), 17., 2014, João Pessoa. **Estudos Linguísticos e Filológicos - Anais XVII Congresso Internacional Associação de Linguística e Filologia da América Latina (ALFAL)**. João Pessoa - PB: Ideia Editora, 2014. p. 4233-4249.

CARMO, André Henrique Nunes do. **Mensagens de protesto nas manifestações de 2013 no Brasil**: um estudo sobre as tentativas de apagamento da representatividade dos partidos políticos. 2014. 101 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de pós-graduação em Ciências da Linguagem, Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2014.

COIMBRA, Cecilia. **Operação Rio**: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública. Niterói: Intertexto, 2001.

COSTA, Daiman Oliveira da. **Semântica das metáforas**: uma análise cognitivo-discursiva dos processos de metaforização atuantes na esfera política brasileira entre 2013 e 2016. 2018. 96 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2018.

COURTINE, Jean Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: Edufscar, 2009.

DUFOUR, Dany-Robert. **A arte de reduzir as cabeças**. Sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal. Rio de Janeiro: Campanhia de Freud, 2005.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. **Mal-estar, sofrimento e sintoma**: uma psicopatologia do Brasil entre muros. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015. *E-book*.

ERNST, Aracy Graça. A falta, o excesso e o estranhamento na constituição/interpretação do corpus discursivo. *In*: IV Seminário de estudos em análise do discurso, v. 4, **Anais eletrônicos**, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://anaisdosead.com.br/4SEAD/SIMPOSIOS/AracyErnstPereira.pdf>. Acesso em 20 jan. 2020.

FERNANDES, Sabrina. **Sintomas mórbidos**: a encruzilhada da esquerda brasileira. São Paulo: Autonomia Literária, 2019. *E-book*.

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização (1930). *In*: _____. **Obras completas volume 18**. São Paulo: Cia de Letras, 2010. *E-book*. p. 9-89.

FREUD, Sigmund. **Totem e tabu**: algumas concordâncias entre a vida psíquica dos homens primitivos e a dos neuróticos. São Paulo: Cia de Letras, 2013.

GUILBERT, Thierry. **As evidências do discurso neoliberal na mídia**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

GOULART, Magnus Eduardo. **Análise da discursivização das manifestações populares ocorridas no Brasil em 2013 e sua repercussão no ambiente digital**. 2015. 116 f. Dissertação (Mestrado) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

INDURSKY, Freda. AAD-69: o marco histórico de um discurso fundador. **Línguas e Instrumentos Linguístico**, n. 44, p. 157-173, 2019a. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8657793/21807>. Acesso em: 2 abr. 2021.

INDURSKY, Freda. Discurso, Mídias e Formas de Resitência. *In*: FLORES, Giovanna Benedetto; NECKEL, Nádia Régia Maffi; GALLO, Solange Maria Leda *et al* (orgs.). **Análise de Discurso em Rede**: Cultura e Mídia, v. 1, n. 4. Campinas: Pontes Editora, 2019b. p. 125-145.

INDURSKY, Freda. O entrelaçamento entre o político, o jurídico e a ética no discurso do/ sobre o MST: uma questão de lugar-fronteira. **Revista da ANPOLL**, São Paulo/SP: Humanitas, n.12, p.111-131, jan/jun, 2002.

INDURSKY, Freda. Os (des)caminhos do discurso político brasileiro na contemporaneidade. *In*: GRIGOLETTO, Evandra; DE NARDI, Fabiele Stockmans

(orgs.). **Análise do Discurso e sua história**: avanços e perspectivas. Campinas: Pontes Editora, 2016. p. 65-88.

INDURSKY, Freda. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. *In*: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília (orgs.). **Práticas discursivas e identitárias**: sujeito e língua. Porto Alegre: Nova Prova, 2008. p. 9-33.

KALECKI, Michal. Aspectos políticos do pleno emprego. **Jacobin Brasil**. São Paulo, 30 set. 2020. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2020/09/aspectos-politicos-do-pleno-emprego/>. Acesso em: 20 out. 2021.

KEHL, Maria Rita. Marx Feminista? **Blog da Boitempo**. São Paulo, 08 fev. 2021. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2021/02/08/maria-rita-kehl-marx-feminista/>. Acesso em: 19 out. 2021.

KEHL, Maria Rita. **Ressentimento**. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

LOPES, Tiago Alves da Silva. **A Ditadura Brasileira e o Golpe no Chile de 1973**: Reflexos Regionais da Guerra Fria. 2013. 34 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013. Disponível em: <http://www.nucleoprisma.org/wp-content/uploads/2014/08/TCC-O-BRASIL-NO-GOLPE-DO-CHILE-DE-1973.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2020.

LOSURDO, Domenico. **A esquerda ausente**: crise, sociedade do espetáculo, guerra. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2020.

MAGALHÃES, Fabiano Rosa de. **Estratégias de rua**: manifestações político-sindicais do Sindicato dos Bancários na Praça Sete de Belo Horizonte. 2008. 186 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso**: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Campinas: Pontes Editores, 2017.

MALDIDIER, Denise; GUILHAUMOU, Jacques. Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história. *In*: ORLANDI, Eni Puccinelli. (org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. p. 169-191.

MARIANI, Bethania Sampaio Correa. **O comunismo imaginário**: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989). 1996. 258 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2010. *E-book*.

MASCARO, Alysso Leandro. **Crise e golpe**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MASCARO, Alysso Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOREIRA, Dâni Rodrigues. Junho de 2013: a mídia, o golpe e a ascensão da extrema direita no Brasil. *In*: SOUZA, Daniel Maurício Viana de (org.). **O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil**. Pelotas: Ed. UFPEL, 2021. *E-book*. p. 30-41.

NOVAES, Tatiani Daiana de. **Enunciado dos cartazes das manifestações de Junho de 2013**: uma forma carnavalesca de contar a história do Brasil. João Pessoa: IFPB, 2019. *E-book*.

NUNES, José Horta. Marchas urbanas: das redes sociais ao acontecimento. *In*: PETRI, Verli; DIAS, Cristiane (orgs.). **Análise do discurso em perspectiva**: teoria, método e análise. Santa Maria: Editora da UFSM, 2013. p. 65-83.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Terra à vista**: discurso do confronto: velho e novo mundo. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony; MARIANI, Bethania S. (orgs.). **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 163-252.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso. *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony; MARIANI, Bethania S. (orgs.). **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 61-162.

PÊCHEUX, Michel. Formações ideológicas, Aparelhos Ideológicos de Estado, formações discursivas. *In*: Oliveira, Guilherme Adorno de; Nogueira, Luciana. (orgs.). **Encontros na Análise de Discurso**: efeitos de sentido entre continentes. Campinas: Editora da Unicamp, 2019. p. 307-326.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. 7. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, Michel. O Estranho Espelho da Análise do Discurso. *In*: COURTINE, Jean Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: Edufscar, 2009. p. 21-26.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014a.

PÊCHEUX, Michel. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês. *In*: _____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014b. p. 269-281.

PIMENTA, Rosângela Oliveira Cruz. **Direita, Esquerda, Volver**: protestos de Junho de 2013 na mídia brasileira e seus efeitos de sentido no funcionamento discursivo.

2016. 175 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016.

SAFATLE, Vladimir. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. *In*: SAFATLE, Vladimir; JUNIOR, Nelson da Silva; DUNKER, Christian (orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 17-46.

SAFATLE, Vladimir. A redução da política a uma dinâmica de resistência é o fim da política. Entrevista concedida a Laércio Portela. **Marco Zero**, Recife, 10 de out. 2019. Disponível em: <https://marcozero.org/a-reducao-da-politica-a-uma-dinamica-de-resistencia-e-o-fim-da-politica-critica-safatle/>. Acesso em: 13 set. 2021.

SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. *In*: **Serviço Social & Sociedade**: (neo)desenvolvimentismo & política social, v. 4, n. 112, São Paulo: Cortez Editora, 2012. p. 672-688. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n112/04.pdf>. Acesso em: 1 out. 2020.

SINGER, André. Brasil, Junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. **Novos estudos**, n. 97, São Paulo: CEBRAP, 2013, p. 23-40. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000300003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 5 set. 2020.

VINHAS, Luciana Iost. **Discurso, corpo e linguagem**: Processos de subjetivação no cárcere feminino. 2014. 303 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

VINHAS, Luciana Iost. Esquecimento(s). *In*: FERREIRA, Leandro; CRISTINA, Maria (orgs.). **Glossário de termos do discurso**: edição ampliada. Campinas: Pontes Editores, 2020. p. 91-96.

ZANDWAIS, Ana. Das intervenções das superestruturas e das forças sociais sobre o funcionamento da língua. *In*: FINARDI, Kyria; SCHERRE, Marta; VIDON, Luciano (orgs.). **Língua, discurso e política**: desafios contemporâneos. Campinas: Pontes Editores, 2019. p. 121-137.

ŽIŽEK, Slavoj. O espectro da ideologia. *In*: _____ (org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 7-38.

ŽIŽEK, Slavoj. **Violência**: seis reflexões laterais. Rio de Janeiro: Boitempo, 2013.

ZOPPI-FONTANA, Mônica Graciela. O acontecimento do discurso na contingência da história. *In*: BARBOSA FILHO, Fabio; BALDINI, Lauro (orgs.). **Análise de discurso e materialismos**: historicidade e conceito. Campinas: Pontes Editores, 2017. p. 177-199.